

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL  
PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ANA LUÍSA RUGGIERI

**A PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA COMO DISCURSO DE  
MANIPULAÇÃO:**

A campanha do Instituto Datafolha pelo impeachment de Dilma Rousseff

Mariana – MG

2017

ANA LUÍSA RUGGIERI

**A PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA COMO DISCURSO DE  
MANIPULAÇÃO:**

A campanha do Instituto Datafolha pelo impeachment de Dilma Rousseff

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação.

**Área de Concentração:** Comunicação e Temporalidade.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Juçara Gorski Brittes.

Mariana – MG

2017

R931p

Ruggieri, Ana Luísa.

A pesquisa de opinião pública como discurso de manipulação [manuscrito]: a campanha do Instituto Datafolha pelo impeachment de Dilma Rousseff / Ana Luísa Ruggieri. - 2017.

165f.: il.: grafs; tabs.

Orientador: Prof. Dr. Juçara Gorski Brittes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação e Temporalidades.

1. Opinião Pública. 2. Folha de S. Paulo (Jornal) - Datafolha. 3. Opinião Pública - Pesquisa. 4. Mídia social. I. Gorski Brittes, Juçara. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 316.77

ANA LUÍSA RUGGIERI

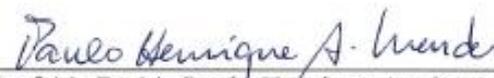
**A PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA COMO DISCURSO DE MANIPULAÇÃO:**

A campanha do Instituto Datafolha pelo impeachment de Dilma Rousseff

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação, aprovado em 06 de abril de 2017.

Banca Examinadora:

  
Prof.(a). Dr.(a). Juçara Gorski Brites – Orientadora  
(UFOP)

  
Prof.(a). Dr.(a). Paulo Henrique Aguiar Mendes (UFOP)

  
Prof.(a). Dr.(a). Hila Rodrigues (UFOP)

A todos e todas que lutaram, lutam e continuarão lutando  
contra todos os golpes em nosso país.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por me apoiarem em minhas decisões, inclusive a de ingressar no universo acadêmico. Foram longos anos longe de casa, e eles enfrentaram a saudade para que eu pudesse realizar meus sonhos. Muito obrigada!

Agradeço ao Thiago, meu irmão mais velho, pelas horas de conversas sobre política e sobre a vida. Com certeza, me ajudaram na formação do meu caráter e na construção de minhas inquietações que, em grande parte, fundamentam este trabalho. Também ao João Pedro, o mais novo, que, desde criança, carrega consigo a rebeldia das dúvidas e a contestação das imposições. Aprendi muito te ensinando e dividindo com você as horas ociosas.

Agradeço aos amigos de Mariana, que estiveram juntos nos momentos de frustração e angústia da construção deste projeto que, ainda bem, foram muito menores que os infinitos momentos de alegrias e descobertas. Seriam muitos nomes para listar, mas guardo com carinho todos aqueles que participaram dessa caminhada. Em especial, minha parceira nas angústias e inseguranças da vida acadêmica, e companheira de aluguel e comilança, Lidiane Andrade: nós vamos chegar lá!

Também aos amigos de São José dos Campos, que me acompanham em todas as fases da vida, e me apoiam de todas as formas possíveis. A saudade de vocês sempre me faz querer voltar. Gratidão especial a minha sobrinha postiça, Maria Flor, que, mesmo antes de chegar ao mundo, nos enche de vontade de lutar por dias melhores.

Agradeço à turma de 2015 do mestrado de comunicação, em especial ao Flávio Reis, Dayane Barretos, Kamilla Avelar, Dayana Barboza e Andriza Andrade. A pós-graduação é um momento em que a produção, na maioria das vezes, é solitária, mas tive a sorte de ter colegas presentes, amigos, e incentivadores. E, em tempos em que nada é produzido sem tecnologia, registro meu agradecimento imensurável à Daniela Gomes, que me emprestou o computador para que eu pudesse acompanhar as aulas e produzir este trabalho.

Agradeço a minha orientadora, amiga, e, algumas vezes, mãe, Juçara Brittes. Muito obrigada pela paciência, por confiar em mim, e por acreditar que eu chegaria até o fim, mesmo quando tudo indicava o contrário.

E, por último, à Universidade Federal de Ouro Preto, por me receber de braços abertos em 2009, na graduação de jornalismo, e repetir o gesto quando retornei para o mestrado.

*“Apesar de você, amanhã há de ser outro dia”.*

*– Chico Buarque.*

## RESUMO

O Brasil presenciou, em 2016, a deposição da presidenta Dilma Rousseff (PT). O processo de impeachment resultou de uma crise política que teve seu início em 2014, com a reeleição da petista. Com este trabalho, objetivamos compreender de que forma as pesquisas de opinião pública foram utilizadas estrategicamente pela mídia como discursos de manipulação que dirigiram a leitura do público sobre a situação política. Mais especificamente, analisamos as estratégias discursivas do Datafolha que ajudaram a enfraquecer o governo Dilma, colaborando com seu afastamento da presidência. Após um resgate teórico sobre os conceitos de Opinião Pública e Esfera Pública, de compreender a mídia como um dos principais atores nesses processos, e definir, por meio de Bourdieu (1981) e Charaudeau (2016), as pesquisas de opinião pública como discursos de manipulação, desenhamos os procedimentos metodológicos. O esquema de análise é uma triangulação metodológica, composta por duas vertentes da Análise do Discurso, propostas por Motta (2013) e Krieg-Planque (2010), e pela Teoria do Enquadramento. A pesquisa nos levou a perceber que o instituto Datafolha criou uma narrativa que tem como vilã a presidenta Dilma Rousseff, principal adversária do “Povo Brasileiro” e culpada pelos esquemas de corrupção desvendados pela Operação Lava Jato. O encadeamento, a omissão de episódios, as estratégias argumentativas e a metanarrativa que permeou toda a história descrita pelo instituto contribuiu para a formação de uma Opinião Pública contrária a Dilma, conferindo o enfraquecimento de seu governo.

**Palavras-chave:** 1. Opinião Pública; 2. Esfera Pública; 3. Pesquisa de opinião pública; 4. Mídia; 5. Datafolha.

## ABSTRACT

Brazil witnessed, in 2016, president Dilma Roussef's ouster. The impeachment process was result of a political crisis that had its beginning in 2014, with the reelection of the Workers' party politician. With this work, we aim to understand how public opinion polls were strategically used by media as discourses of manipulation that led the audience's reading on the political situation. More specifically, we analyzed discursive strategies of Datafolha that helped to weaken Dilma's government, contributing to her removal from presidency. After a theoretical recovery of the concepts of Public Opinion and Public Sphere, after understanding media as one of the main actors in this process, and defining, from Bourdieu (1981) and Charedeau (2016), public opinion polls as discourses of manipulation, we drew the methodological procedures. The analysis scheme is a methodological triangulation, composed of two strands of Discourse Analysis, proposed by Motta (2013) and Krieg-Planque (2010), and of Framing Theory. The research made us notice that Datafolha institute created a narrative that has Dilma Roussef as a villain, main adversary of "Brazilian People", and blamed for corruption schemes unveiled by Operation Car Wash. The chaining, the omission of episodes, the argumentative strategies, and the metanarrative that permeated the whole story described by the institute contributed to the formation of a public opinion against Dilma, corroborating the weakening of her government.

**Keywords:** 1.Public Opinion; 2.Public Sphere; 3.Public Opinion Poll; 4.Media; 5.Datafolha.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hierarquização de vozes	30
Figura 2 – Valência negativa aos partidos no Jornal Nacional	39
Figura 3 – Valências das matérias do Jornal Nacional sobre Dilma Rousseff	40
Figura 4 – Dilma e Lava Jato	83
Figura 5 – Pergunta do Datafolha com a fórmula Operação Lava Jato	84
Figura 6 – Pergunta sobre responsabilidade da Dilma no escândalo da Petrobras	85
Figura 7 – principal problema do país em dezembro de 2014	86

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Definições de Opinião Pública ao longo do tempo	23
Tabela 2 – Sondagens de opinião em análise	61
Tabela 3 – Primeiro movimento de análise	63
Tabela 4 – Segundo movimento de análise	64
Tabela 5 – Terceiro movimento de análise	65
Tabela 6 – Quarto movimento de análise	66
Tabela 7 – Quinto movimento de análise	67
Tabela 8 – Sexto movimento de análise	69
Tabela 9 – Resultados do primeiro movimento	70
Tabela 10 – Resultados do segundo movimento	72
Tabela 11 – Resultados do terceiro movimento	74
Tabela 12 – Resultados do quarto movimento	75
Tabela 13 – Personagens da narrativa do Datafolha	76
Tabela 14 – Resultados do quinto movimento	80
Tabela 15 – Pesquisas de Opinião Pública que abordaram o índice de popularidade	90

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objetivos.....	15
1.1.1 Objetivo Geral .....	15
1.1.2 Objetivos Específicos .....	15
1.2 Justificativa.....	15
1.3 Metodologia.....	16
1.4 Desenvolvimento da pesquisa .....	17
2 OPINIÃO PÚBLICA E MÍDIA .....	18
2.1 Conceito de Opinião Pública .....	18
2.1.1 “Opinião” e “Público” .....	19
2.1.2 A Opinião Pública .....	22
2.1.3 A Esfera Pública Habermasiana .....	25
2.2 Opinião pública na mídia.....	28
2.3 Mídia, política e opinião pública .....	35
2.4 Configuração da mídia no Brasil .....	41
3 PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA .....	48
3.1 As duas abordagens sobre a pesquisa de opinião pública .....	50
3.2 A Opinião Pública não existe .....	53
3.3 A pesquisa de opinião pública como discurso de manipulação.....	56
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	60
4.1 Corpus analítico.....	60
4.2 Esquema de análise.....	62
4.2.1 Primeiro movimento: elaboração do resumo-síntese .....	63
4.2.2 Segundo movimento: encadeamento e episódios omitidos .....	64
4.2.3 Terceiro movimento: identificação do conflito dramático .....	65
4.2.4 Quarto movimento: identificação dos personagens.....	66

4.2.5 Quinto movimento: Identificação de estratégias argumentativas.....	67
4.2.6 Sexto movimento: Identificar a metanarrativa .....	69
5 RESULTADOS DA ANÁLISE .....	70
5.1 O resumo-síntese .....	70
5.2 Encadeamento e episódios omitidos.....	72
5.3 O conflito dramático.....	73
5.4 Os personagens .....	75
5.5 Estratégias argumentativas .....	80
5.5.1 Outras estratégias discursivas .....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	94
REFERÊNCIAS .....	97
ANEXOS .....	107
APÊNDICES .....	142

## 1 INTRODUÇÃO

No dia 26 de outubro de 2014, às 20h27m53s, mesmo com 98% das urnas apuradas, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Dias Toffoli, declarava, “do ponto de vista da totalização (...) foi reeleita presidente da República e reeleito vice-presidente da República, respectivamente, Dilma Rousseff e Michel Temer” (TSE, 2014).

Após ir para segundo turno com o adversário Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Dilma Vana Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), conseguiu uma vitória acirrada, com 51,64% dos votos. Era a quarta eleição presidencial consecutiva em que o PT assumia o cargo executivo máximo da República, ficando o PSDB em segundo lugar. Em 2003, o partido chegou à presidência com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que permaneceu no cargo até 2010. Nesse ano, com o apoio de Lula, Dilma venceu as eleições e se tornou a primeira mulher presidenta<sup>1</sup> do Brasil.

Antes mesmo da sua reeleição em 2014, o cenário político já se mostrava instável. A Operação Lava Jato<sup>2</sup>, amplamente midiaticizada, parecia abalar a estrutura do Partido dos Trabalhadores. As denúncias sobre o possível envolvimento de Dilma e Lula no Petrolão, como foi batizado o escândalo da Petrobras, traziam incertezas sobre o resultado das urnas, contestado pelo candidato derrotado e aliados partidários.

O início de 2015 foi marcado por uma série de manifestações contrárias ao Governo Dilma. As duas maiores aconteceram nos dias 15 de março e 12 de abril, quando manifestantes ocuparam as ruas de todas as capitais brasileiras. Também presenciamos atos favoráveis à presidenta, organizados, principalmente, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outros movimentos sociais. A impressão passada pelos protestos era a de um Brasil polarizado.

No início de dezembro desse mesmo ano, o então presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha, do PMDB, autorizou a abertura do processo de impeachment de Dilma, em

---

<sup>1</sup> Desde a eleição de Dilma Rousseff, o uso da palavra “presidenta” tornou-se polêmica. Muitos afirmam não existir o termo no gênero feminino. Entretanto, o verbete consta no Dicionário Aurélio desde sua primeira edição, em 1975. Disponível em: <[https://dicionarioegramatica.files.wordpress.com/2016/05/img\\_1732.jpg](https://dicionarioegramatica.files.wordpress.com/2016/05/img_1732.jpg)>. Acesso: 30 de agosto de 2016.

<sup>2</sup> Segundo o MPF, a operação Lava Jato “é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia”. Informações retiradas do site do Ministério Público destinado a esclarecer a Operação Lava Jato. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 16 de abril de 2016.

uma espécie de vingança pela falta de apoio do governo na defesa de acusações que o envolviam. O pedido acolhido por Cunha veio dos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior. Na representação, os autores alegavam que a chefe do Executivo descumpriu a Lei de Responsabilidade Fiscal e cometeu atraso no repasse a bancos públicos, a fim de cumprir metas parciais de previsões orçamentárias, as chamadas “pedaladas fiscais”.

O cenário de embate se agravou após o PMDB declarar o rompimento com o governo, endossado pelo presidente do partido e vice-presidente da República, Michel Temer. A decisão, tomada em março de 2016, vinha acompanhada do apoio do partido ao afastamento de Dilma Rousseff da presidência. Vale lembrar que, em caso de impedimento do presidente, quem assume o cargo é seu vice.

Os trâmites do impeachment seguiu o que reza a Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II, Seção III, Art. 86. O afastamento da presidenta se deu após a votação do Senado Federal, que instaurou o processo no dia 11 de maio de 2016. No dia 30 de agosto do mesmo ano, o plenário do Senado condenou a presidenta Dilma Rousseff por crime de responsabilidade fiscal e a afastou definitivamente de seu cargo. Contrário ao que é comumente interpretado na Carta Magna, votou-se separado o afastamento do cargo e a punição de inabilitação política por oito anos. Nessa segunda votação, o resultado foi favorável à presidenta eleita, mantendo sua habilitação para exercer funções públicas. No mesmo dia, Michel Temer foi empossado presidente da República.

A participação da mídia manteve-se intensa nesse processo. Assim como na crise de 1964, os jornais escolheram um lado político. Não há mais, como na década de 60, o fantasma do comunismo e da Guerra Fria, mas os termos “autoritarismo” e “comunismo” foram trocados por “lulopetismo” e “bolivarianismo”, formando um quadro ideológico que uniu jornais, empresários e parlamentares contra a ameaça moderna representada pelo governo de Dilma Rousseff (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2016). Portanto, os meios de comunicação trabalharam em uma construção de sentidos que legitimaram a aprovação da admissibilidade do pedido de impeachment (MOURÃO; MARTINS, 2016).

Uma das fontes de referência<sup>3</sup> do jornalismo são as pesquisas de opinião pública. Nas notícias, os dados das sondagens aparecem como indicadores da Opinião Pública, atestando posicionamentos que podem ser favoráveis aos interesses das empresas de comunicação. O período de conturbação política foi marcado pela presença dessas pesquisas que, em sua

---

<sup>3</sup> “A fonte de referência aplica-se à bibliografia, documento ou mídia que o jornalista consulta. Trata-se de um referencial que fundamenta os conteúdos jornalísticos e recheia a narrativa, agregando razões e ideias”. (SCHMITZ, s/d, p.12).

maioria, revelavam os baixos índices de aprovação da presidenta. Acerca desse cenário, surge a pergunta: Seriam essas sondagens recursos estratégicos para direcionar a interpretação do público sobre os fatos? É o que pretendemos abordar nesta pesquisa.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo Geral**

Compreender de que forma as pesquisas de opinião pública são utilizadas estrategicamente para direcionar a interpretação do público, contribuindo para a construção de uma opinião pública que atenda aos interesses midiáticos.

### **1.1.2 Objetivos Específicos**

- Revisar o conceito de Opinião Pública;
- Compreender a mídia como agente na construção da Opinião Pública;
- Resgatar os estudos sobre Pesquisa de Opinião Pública;
- Analisar as estratégias discursivas do instituto Datafolha na campanha pelo impeachment da presidente Dilma, no período de outubro de 2014, sua reeleição, e em agosto de 2016, seu impeachment;
- Compreender de que maneira o Instituto Datafolha contribuiu para o desgaste do Governo Dilma, a partir de suas pesquisas de opinião, corroborando para a abertura e desfecho do processo de impeachment.

## **1.2 Justificativa**

A relevância da pesquisa em questão se dá, a princípio, pela atualidade do tema<sup>4</sup>. A crise política que afetou o país, seguido de um processo de impeachment doloroso para a

---

<sup>4</sup> Essa mesma atualidade pode trazer dificuldades para a elaboração do trabalho. Por ser recente, com os desdobramentos ainda em aberto, afeta o distanciamento necessário para uma visão ampla e geral dos

nossa democracia, é um fato importante para a história e merece ser estudado pelas mais diversas vertentes, não apenas no âmbito da comunicação.

O crescimento dos estudos que relacionam mídia e política é fruto da época em que vivemos. Em uma sociedade centrada nos meios de comunicação, as ações políticas passam a ser articuladas com o conhecimento do papel midiático nesse campo (CHAIA, 2007). Contudo, os trabalhos que se dedicam a esse tema constroem suas análises em cima dos produtos jornalísticos, como as notícias em suas diversas plataformas. Concentrar as investigações nas pesquisas de opinião pública, geralmente utilizadas como fontes para a escrita das matérias, marca o ineditismo desse projeto.

São muito escassas as pesquisas que trazem o assunto em seu escopo, portanto, avançar com um estudo voltado às sondagens de opinião contribui para o aumento do conhecimento da área, estimulando futuros estudos sobre o tema. Acreditamos, também, que pode ser um incentivo para aumentar o direcionamento das pesquisas aos estudos sobre crítica de mídia, apresentando um objeto de análise rico em informações sobre as estratégias discursivas midiáticas.

Com um problema de pesquisa inovador, os esforços metodológicos também são desafiadores. Mesmo os poucos trabalhos existentes que se propõem a estudar as pesquisas de opinião pública, se limitam a estudos teóricos, não partindo para uma análise empírica. Dessa forma, foi preciso escolher uma metodologia já existente a adaptá-la à narrativa das sondagens de opinião, que possuem estruturas próprias. Pensamos ser esse trabalho o início de uma discussão sobre processos metodológicos que deem conta desse corpus analítico, seja como exemplo de metodologia para pesquisas futuras, ou como estimulador do debate sobre quais métodos adotar para esse tipo de pesquisa.

### **1.3 Metodologia**

Para compreender de que maneira as pesquisas de opinião pública dirigem o público a uma interpretação programada sobre os fatos, escolhemos analisar as pesquisas de opinião pública realizadas pelo Datafolha durante o período da reeleição de Dilma Rousseff e seu impeachment. São, no total, 14 sondagens encontradas na aba denominada “Dilma Rousseff”, no site do Datafolha (ANEXO A).

A triangulação metodológica é composta pela adaptação da narratologia, proposta por Motta (2013), pela noção de fórmulas, de Krieg-Planque, e pela Teoria do Enquadramento. A combinação dessas três concepções metodológicas fundamenta o processo analítico deste trabalho.

São seis movimentos de análise que investigam as intenções do narrador (Datafolha) na descrição dos personagens, conflitos dramáticos, encadeamento da estória e omissão de episódios. O procedimento metodológico também auxilia na identificação de estratégias discursivas que norteiam a interpretação do interlocutor sobre os fatos narrados.

#### **1.4 Desenvolvimento da pesquisa**

O trabalho está dividido em cinco capítulos. Este primeiro abriga a introdução, que nos ajuda a contextualizar o estudo no momento histórico em que vivemos e que concentra as inquietações geradoras da problemática em questão.

O segundo capítulo é resultado de um esforço para conceituar a Opinião Pública, e compreender a participação na mídia nesse processo. A argumentação conta com autores como Figueiredo e Cervellini (1995), Gabriel Tarde (1986), Habermas (1962), Augras (1970), Andrade (1980), Traquina (2002; 2005), Motta (2007), Lima (2001; 2006; 2010), entre outros. Importante frisar que o início do debate sobre esses temas encontra-se na Antiguidade Clássica, fazendo-se necessário recorrer a autores nem sempre contemporâneos.

Em sequência, o terceiro capítulo se aprofunda nas pesquisas de opinião pública. Bourdieu (1981) e Charaudeau (2016), auxiliados por outros estudos, ajudam a compreender as sondagens de opinião como discursos de manipulação, que atendem aos interesses de indivíduos e empresas que compram e realizam esse tipo de pesquisa.

As explicações sobre o corpus analítico e procedimentos metodológicos, e todos os seus detalhes de execução, são encontrados no quarto capítulo, seguidos dos resultados da análise, apresentados no quinto. Por último, nas considerações finais contemplam todas as observações feitas durante o desenvolvimento da pesquisa.

## 2 OPINIÃO PÚBLICA E MÍDIA

Nos últimos anos, nos acostumamos com a utilização do termo Opinião Pública, recorrente, principalmente, em noticiários, ao tratarem de política. Este capítulo, portanto, traz uma revisão bibliográfica sobre o conceito e busca iniciar uma discussão sobre a atuação midiática no processo de construção da Opinião Pública.

### 2.1 Conceito de Opinião Pública

Ao observarmos os mais diversos estudos sobre Opinião Pública, podemos concluir que ainda não existe um conceito com aceitação universal que dê conta do termo. Childs (1939<sup>5</sup>, *apud* BORGES, 2014) alerta que há tantas definições para a expressão quanto há estudos no campo.

Borges (2014) explica que a dificuldade para a conceituação da Opinião Pública está na própria ambiguidade da união dos termos “opinião” e “público”, uma vez que o primeiro refere-se ao individual e o segundo ao coletivo. Portanto, o conceito tem oscilado entre definições que colocam a Opinião Pública nessas duas esferas.

Figueiredo e Cervellini (1995) apontam outras quatro dificuldades enfrentadas por quem se aventura em definir Opinião Pública. A primeira tem relação com a multidisciplinaridade do assunto, que envolve sociologia, ciência política, antropologia, economia, comunicação e psicologia social. Ou seja, um conceito universal de Opinião Pública deve utilizar instrumentos de todas essas áreas das Ciências Humanas, podendo resultar num reducionismo por parte do pesquisador que se limite à sua linha.

O contexto apontado na primeira dificuldade tem relação direta com a segunda. Cada uma das áreas citadas possui compreensões independentes de Opinião Pública. Logo, a forma com que uma aborda a discussão pode desagradar as outras.

A ampla publicidade da expressão e a relação de simbiose entre Opinião Pública e pesquisas de opinião pública marcam os dois últimos empecilhos para a definição do termo. Primeiro, porque, por ser um vocábulo extremamente publicizado, as tentativas de conceituá-lo podem parecer uma limitação radical do seu significado. Segundo, porque nem sempre é

---

<sup>5</sup> Childs, H. L. (1939). By Public Opinion I Mean. *The Public Opinion Quarterly*, 3, nº2, 327-336.

compreendido que a ideia de Opinião Pública é anterior às pesquisas de opinião pública. Entendemos, então, a dificuldade de definir algo que, para muitos, não existe de forma independente.

Para tentar superar as dificuldades impostas, é necessário compreendermos o histórico de tentativas de formulação de um conceito, a fim de encontrarmos um que seja mais apropriado para atingir os propósitos deste trabalho.

### 2.1.1 “Opinião” e “Público”

A origem de cada uma das palavras que compõem o termo Opinião Pública data na Antiguidade Clássica. Borges (2014) explica que, ao longo dos anos, elas assumiram diferentes significados, mas ainda carregam essa herança filosófica.

O estudo sobre “opinião” teve início com Platão, que diferenciou opinião de conhecimento. Antes dele, os sofistas entendiam que a *doxa* (opinião) “era tudo o que a mente humana podia conhecer”, visão não compartilhada pelo pós-socrático. Platão defendia que a *doxa* se tratava da crença popular, fugaz e instável, e tinha como oposição a *epistêmê*, que era o verdadeiro e imutável conhecimento, somente atingido pelos filósofos. Os romanos preservaram essa ideia e traduziram *doxa* por *opinio* e *epistême* por *scientia*. “Ainda hoje a opinião é associada a um juízo incerto ou não completamente provado” (BORGES, 2014, p.87).

Outra visão relevante sobre opinião é trazida por John Locke (2004<sup>6</sup>, *apud* BORGES, 2014). O autor aponta três leis que regem a conduta dos homens: a Lei Divina, a Lei Civil e a Lei da Opinião ou Reputação. Aqui, nos interessa a terceira lei que, segundo Borges (2014, p.88), é descrita como o mecanismo de juízo moral. Já Locke acredita que a opinião designa a “reputação, o crédito, a consideração de que cada um goza perante os demais, sendo um mecanismo de controle social que pode ser mais eficaz que o exercido por qualquer autoridade”, pois nenhum homem pode viver em sociedade sob a constante opinião negativa daqueles que o rodeiam.

Esses dois significados apresentados, o primeiro como um juízo incerto e falível, e o segundo como uma forma de controle por meio do julgamento moral, já representam a dicotomia entre o coletivo e o individual, apontada inicialmente como um dos obstáculos na

---

<sup>6</sup> Locke, J. (2004). An Essay Concerning Humane Understanding, Volume I. Obtido em 22 de fevereiro de 2007, de Project Gutenberg: <<http://www.gutenberg.org/ebooks/10615>>

conceituação de Opinião Pública, antes mesmo de partirmos para o estudo do termo “público”.

O conceito dessa palavra também nasce na Antiguidade e deriva do latim *publicus*, que provém de *poplicus* ou *populus* (o povo). Antunes (2008, p.4) explica que existiam dois sentidos na palavra “público”. O primeiro foca na ideia da acessibilidade, ou seja, “o público designava o acesso comum de vários indivíduos a um mesmo lugar – o lugar ou espaço público”.

Assim, na Grécia, o espaço público era o lugar do reconhecimento da liberdade e da igualdade, condições que permitiam intervir na vida política da polis. Em Roma, a *res publica* era uma determinada propriedade geralmente aberta à população. Na Idade Média, o espaço público era o local que proporcionava o acesso, em campo aberto, à fonte e à praça do mercado (ANTUNES, 2008, p.4).

No segundo sentido, aparece a compreensão de bem comum e interesse comum. Público, assim sendo, se referia a questões que impactavam no coletivo, primordialmente aquelas relacionadas à Administração e ao Estado. Essa visão é bem definida pelo Iluminismo, no século XVIII, que afirmava que “público” “significava a existência de um espaço de discussão crítica operado nos salões, cafés, clubes e na imprensa (consequentemente, assiste-se ao surgimento e tematização da opinião pública)” (ANTUNES, 2008, p.5). Habermas, ao desenvolver o conceito de Esfera Pública, se debruçará nesse momento da história.

Os primeiros estudos científicos a respeito do público e da conduta das multidões foram desenvolvidos por teóricos da sócio-psicologia: Bryce, Tarde, Dewey, James, Baldwin, Le Bon, Park, Cooley e Ortega y Gasset.

Park começa por distinguir público de multidão: o público se encontra num estado de oposição e discurso racional entre agentes críticos, enquanto a multidão requer a capacidade de sentir e empatizar; Portanto, “quando o público abandona a discussão crítica desaparece ou transforma-se em multidão” (ANTUNES, 2008, p.6). Price (1994), em concordância, afirma que:

A concepção sociológica do público contempla este como uma coletividade imprecisamente organizada que surge do decurso da discussão em torno a uma questão. Em contraste com a massa, que se baseia unicamente numa atenção comum face a algum assunto e que está formada por respostas idiossincráticas formadas longe de qualquer debate ou discussão, o público

distingue-se por uma resolução de algum problema por meio de argumentos e réplicas. (...) (PRICE, 1994<sup>7</sup>, *apud* ANTUNES, 2008, p.7)

Com essa concepção em mente, Tarde (1986<sup>8</sup>, *apud* ANTUNES, 2008) elucida que não podemos falar em público antes do século XVI, já que, somente a partir do desenvolvimento da tipografia haverá a possibilidade do debate dos mais variados temas por parte de públicos especializados. Mesmo assim, inicialmente, o público era restrito a poucos eruditos com acesso à leitura. Por esse motivo, apenas no decorrer do século XVIII, podemos observar o surgimento de um público científico e literário.

Porém, apesar de ser um espaço de discussão crítica, Tarde (1986, *apud* ANTUNES, p.18) alerta que os públicos podem se transformar em multidões tumultuosas, isto é, “multidões fanáticas que se passeiam pelas ruas gritando viva ou morra não importa o quê”. Isso porque os públicos são coletividades compostas por indivíduos, e esses podem tender para o mal.

Tarde também se preocupou em explicar o fenômeno da propagação de opiniões individuais entre as multidões. Para o autor, a opinião é um agrupamento momentâneo e lógico de julgamentos que respondem a problemas colocados. Sobre cada questão haverá posicionamentos divergentes nos diferentes públicos que se dedicam a debatê-la, sendo algumas dessas opiniões dominantes e outras estão em constante surgimento. Tarde caracteriza a sociedade como um palco de embate entre opiniões dominantes, as modas, e as novas ideias (VERGAS, 1995).

Cada nova ideia formulada por um indivíduo, essa composta pelas discussões e pontos já existentes sobre os mais diversos temas, tem como objetivo se tornar moda e, para isso, precisa ser propagada e aderida, algo que o autor chama de imitação (REYNIÉ, 1992).

a imitação é o processo social por excelência, sendo a vida social composta especificamente de radiações imitativas que escapam de um ponto de singularização ou de inovação qualquer. Cabe acrescentar ainda que, a princípio, a imitação consiste em uma inovação que se propaga em escala geométrica e que, enquanto tal, almeja a conquista do infinito, o que ela conseguiria não fosse o fato de, ao se propagar, encontrar outras séries imitativas que com ela interferem (TARDE, 1890, *apud* VERGAS, 1995, s/p).

---

<sup>7</sup> PRICE, Vincent, 1994, *La Opinión Pública - Esfera pública y Comunicación*, Barcelona, Paidós.

<sup>8</sup> TARDE, Gabriel, 1986, *La Opinión y la Multitud*, Madrid, Taurus.

A partir dessa ideia, Tarde sugere uma espécie de fenomenologia clínica desse processo, que se articula em torno das figuras do idiota, do sonâmbulo, do tímido e do louco<sup>9</sup>. O idiota, que seria o homem das multidões, é o agente clínico em quem as repetições funcionam em corrente contínua e com o objetivo de reproduzir o semelhante sem complicação. O sonâmbulo, também chamado de hipnotizado, é a figura das correntes de imitação social, aquele que tem apenas ideias sugeridas e crê espontaneamente, indicando o que o autor denomina de assujeitamento às séries repetitivas da vida social. O tímido – ou intimidado – é o sujeito de oposição social e da hesitação. Aqui, entra em cena uma força de resistência suficiente para que o indivíduo não se deixe levar de forma dócil por qualquer corrente imitativa, porém não o impede de acreditar em outra que se contraponha à primeira. Por último, o louco está ligado à invenção. Esse ator supra-social “encontra-se em posição de criar um novo fluxo molecular de crenças e desejos, um novo processo de subjetivação” (VERGAS, 1995, s/p).

Nos estudos de Tarde, mais uma vez, encontramos o reflexo da dicotomia do conceito de Opinião Pública, uma vez que une a coletividade, representada pelo público, e como as opiniões individuais podem se propagar nesse espaço.

### 2.1.2 A Opinião Pública

As controvérsias sobre a definição já duram mais de 200 anos. Para Senna (2007), as primeiras teorizações acerca da Opinião Pública surgiram no século XVIII, quando historiadores, cientistas políticos e sociólogos utilizavam o termo para justificar certas atitudes – nesse tempo, opinião confundia-se com atitude.

Os estudos tiveram seus primórdios na Alemanha, com experiências de laboratório sobre a solução de problemas, nas quais se elaborou a noção de tendências mentais. Em seguida, as pesquisas se ampliaram com os sociólogos da Escola de Chicago, que se dedicavam ao estudo das atitudes e valores.

Demorou para que as investigações sobre Opinião Pública deixassem de tratar a expressão como um conceito intuitivamente apreendido para observá-la como um objeto de

---

<sup>9</sup> Sobre o idiota e o homem das multidões, ver Tarde 1890a, pp. 323 ss.; 1892; 1893b; 1893c; e 1899b. Sobre o sonâmbulo e o hipnotizado, ver 1890b, pp. 82 ss.; 1895b, p. 77. Sobre o tímido e o intimidado, ver 1890b, pp. 93 ss. e 1890a, pp. 360 ss. Sobre o louco e o inventor, ver 1895b, pp. 77, 167 e 173 e 1890b, p. 95. (VERGAS, 1995).

análise científica com grandes complexidades. Contudo, mesmo após as primeiras dissertações sobre o tema, a definição permanecia uma incógnita.

Segundo Sena (2007), “o conceito tem assumido contornos díspares em função dos autores, da época e do enquadramento”. Tendo esse cenário em mente, Figueiredo e Cervellini (1995), apoiados em uma discussão realizada por Childs (1965) sobre o embate teórico nas tentativas de conceituação, elaboraram uma tabela que resume os problemas apontados para cada noção apresentada pelos estudiosos.

**Tabela 1 – Definições de Opinião Pública ao longo do tempo**

	Tipo de definição	Limite
1.0	Julgamento social ou consciência comunitária sobre questão de interesse geral, após discussão racional.	O processo de formação da opinião pública não é sempre racional.
2.0	Sentimentos sobre qualquer assunto entre grupo dos mais informados, inteligentes e moralmente superiores da sociedade	Elitiza o sujeito da opinião pública. Não existem critérios objetivos para definir quem sejam os “moralmente superiores”.
3.0	Quando o grupo envolvido é secundário, sem intermediações, sem contato direto com a fonte.	Restringe mais uma vez o sujeito da opinião pública.
4.0	Atitudes, sentimentos e idéias de um grande número de pessoas sobre um assunto público importante.	Limita os fenômenos a assuntos públicos importantes desconsiderando aqueles que podem vir a ser importantes.
5.0	Opinião que, embora não necessariamente consensual, seja majoritariamente aceita.	Não lida com as freqüentes situações de conflito.
6.0	Opinião pública é um composto de número e intensidade de opiniões.	Número e intensidade qualificam, e não definem, opinião pública.
7.0	Reações e afirmações definidas em uma situação de entrevista.	Opera um reducionismo, pois associa a opinião pública ao momento da entrevista.
8.0	Opiniões das pessoas que o governo acha por bem conhecer e seguir.	Restringe o sujeito e os temas da opinião pública.

\*Tabela preparada pelos autores a partir de sistematização das informações sobre H. L. Childs, citadas in Oskamp (1977)<sup>5</sup>.

Fonte: Figueiredo e Cervellini (1995, p.174).

O próprio Childs, que realizou o debate para tentar por um fim ao impasse, foi criticado ao concluir seus estudos. O autor definiu Opinião Pública como uma coleção de opiniões individuais. A falha apontada para essa ideia foi a extrema genericidade do texto. Por essa definição, qualquer posicionamento sobre qualquer trivialidade poderia ser interpretada como um fenômeno de Opinião Pública (FIGUEIREDO e CERVELLINI, 1995).

Diferentemente de tudo o que foi dito, Bourdieu (1981<sup>10</sup>, p.8) declara que “a opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência”. Em seu discurso, fica claro que os ditos interessados são os institutos de sondagem de opinião pública e a mídia.

O autor levanta uma série de problemáticas que colocam em cheque a validade do que é amplamente divulgado midiaticamente sobre o que seria a Opinião Pública. Um dos argumentos de Bourdieu se refere ao ponto de convergência entre os diversos autores naquilo que consideram ser o significado do termo: não se trata apenas da soma de opiniões individuais, como em um sistema eleitoral.

Tal afirmação nos remete ao trabalho de Augras (1970, p.16), autora que afirma que “a opinião é um fenômeno social. Existe apenas em relação a um grupo, é um dos modos de expressão desse grupo e difunde-se utilizando as redes de comunicação do grupo”. Eliminamos, portanto, o caráter individual da Opinião Pública, como havia sugerido Childs (1965).

Nesse mesmo sentido, Olicshevis (2006) diz que os grupos se tornam público quando se organizam em torno de temas de interesse coletivo. Entendendo, então, que as opiniões existem apenas em relação a um grupo, e que esses grupos possuem objetivos e acesso a informações diferentes, teremos diversos públicos com opiniões divergentes para um mesmo fato.

As definições de Augras (1970), complementadas por Olicshevis (2006), remetem à discussão do tópico anterior e ao conceito de público apresentado por Price (1994). Relembrando: Price afirma que a concepção sociológica defende que o público é uma coletividade imprecisamente organizada que surge do debate em torno de uma questão. Se a opinião existe somente em relação a um público, e havendo diferentes públicos, cada qual com seu posicionamento, o que temos, na verdade, é um conjunto de opiniões públicas.

Partindo dessa compreensão, entendemos a definição de Opinião Pública proposta por Andrade (1980) como a mais próxima do êxito conceitual. O autor afirma que a ela consiste em uma opinião composta pelas diversas opiniões existentes nos públicos. Não é, necessariamente, a opinião da maioria e nem é unânime. A Opinião Pública está em contínuo processo de formação e surge das diversas opiniões existentes nos públicos, em direção a um consenso, porém, sem nunca alcançá-lo. Por último, Andrade explica que ela deve funcionar

---

<sup>10</sup> Discurso feito em Noroit (Arras) em janeiro de 1972 e publicada em *Les Temps Modernes*, 318, janeiro de 1973.

como um fiscal necessário, já que é resultado de discussões acerca de temas de interesse público.

Essa definição de Opinião Pública se assemelha muito ao conceito de Esfera Pública Burguesa, apresentada por Habermas, em 1962. Conforme atesta Brittes (2003), ambas as histórias se confundem.

### 2.1.3 A Esfera Pública Habermasiana

Em seu trabalho intitulado *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1962), Habermas relata o nascimento da Esfera Pública burguesa da Europa. Observando o momento de desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu no século XVII, o autor mostra o surgimento de um espaço entre o privado e o Estado, marcado pela discussão livre e racional sobre o exercício político (AVRITZER e COSTA, 2004).

Esse momento histórico é o mesmo apontado por Tarde<sup>11</sup> como aquele em que se consolida a formação de um público científico e literário. Como dito anteriormente, nessa fase, o termo público significava a existência de um lugar de discussão crítica operado nos salões, cafés, clubes e na imprensa.

Avritzer e Costa (2004, p.707) explicam que Habermas atribuía o nascimento da Esfera Pública à relação da burguesia com o poder. Isso porque a fonte de poder da burguesia se localiza no nível privado, fora do controle estatal, o que a difere das outras classes. Renunciando ao exercício direto do governo, a burguesia exigia o direito de ter conhecimento das ações do Estado, reivindicação que resultou nas prestações públicas de contas que fazia nascer “uma esfera constituída por indivíduos que buscam submeter decisões da autoridade estatal à crítica racional”. Ou, como diz Losekann (2009): a esfera pública foi formada por um conjunto de pessoas privadas que discutia, principalmente nos cafés europeus, questões do seu universo que eram publicamente relevantes.

Losekann (2009) aponta, também, para o fato de que, para Habermas, a condição para existir uma esfera pública é o acesso universal, mas atenta que “todos”, nesse contexto, refere-se, unicamente, ao burguês do século XVIII, configurado por suas características de proprietário e pela sua formação cultural de leitor.

---

<sup>11</sup> Em artigo intitulado Público, subjectividade e Intersubjetividade em Gabriel Tarde. Comentário e Análise Crítica de *Le public et la foule* in *L'opinion et la foule* (1901). Ver Brittes (2003).

Esse ponto trouxe muitas críticas ao trabalho de Habermas. Os que questionavam o teórico o alertavam sobre a exclusão de outros grupos em sua concepção. Porém, Brittes (2003) atenta ao fato de que, na pesquisa inicial de Habermas, o autor se refere à esfera pública burguesa como um modelo do qual não há similar na história, portanto, propõe um padrão normativo que denota uma utopia, ou seja, um objetivo a ser alcançado. Em outras palavras, Habermas não pretendia negar a existência de outras esferas públicas, mas sugerir um modelo a ser seguido.

Habermas admitiu que “ao lado da esfera pública burguesa hegemônica se apresentam outras esferas públicas subculturais ou particulares às classes sob premissas próprias” (HABERMAS, 1999, *apud* BRITTES, 2003, p.13). Sua explicação sobre essas diferentes Esferas Públicas se assemelha à concepção já levantada da existência de diversos públicos com suas particularidades. Seria cada público uma Esfera Pública?

Losekan (2009, p.41) apresenta uma definição de Esfera Pública a partir de trabalhos mais recentes de Habermas:

(...) a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas.

Assim sendo, temos que a Esfera Pública é uma rede onde se filtram e sintetizam os fluxos comunicacionais, auxiliando na tomada de posição e opiniões, marcada pela discussão livre e racional. Concluimos, também, que o público é uma coletividade organizada a partir do debate em torno de determinadas questões. Então, sim, os conceitos se cruzam e se complementam.

Outra definição de Esfera Pública, levantada por Brittes (2003, p.14), a partir dos escritos de Habermas, também contribuirá para essa relação: a Esfera Pública é “o processo de formação da opinião pública que vai ocorrer por meio do outro elemento fundante que é o uso público da razão”.

Temos, então, que a Opinião Pública surge da diversidade de opiniões existentes nos públicos, em direção a um consenso, porém, sem conseguir atingi-lo, conforme explicação de Andrade (1980). Ao mesmo tempo, compreendemos que a Esfera Pública não é um local físico, mas um processo de formação da Opinião Pública pelo uso público da razão.

Entendemos, portanto, que os conceitos de Opinião Pública e Esfera Pública apresentam uma relação de simbiose, em que um depende do outro, e um origina o outro, em uma espécie de ciclo infundável.

Assim como Tarde já atribuía a formação dos públicos somente possível com o desenvolvimento da tipografia, ou seja, o princípio da imprensa, Habermas explica que a argumentação, principal componente da Esfera Pública, só aparece no final do século XVII, quando revistas com ilustrações pedagógicas, críticas e resenhas passam a ser incluídas nos jornais. Os artigos eruditos, que surgem na metade do século XVIII, e o fim da censura prévia, que permitiu que temas políticos fossem incluídos nos jornais, complementam esse cenário. Temos, então, que o surgimento da imprensa literária foi o que possibilitou a constituição dos grupos de debates acerca de diferentes temas (BRITTES, 2003).

Desse modo, Marques (2008) entende que Habermas afirma a existência da esfera pública a partir do diálogo e do confronto argumentativo regulado pela publicidade. A autora explica que, no contexto habermasiano, publicidade aparece em dois sentidos:

O primeiro deles refere-se ao “dar a ver”, à ação de tornar público e visível um conjunto de razões e perspectivas disponibilizados para a troca pública de argumentos entre os cidadãos. Por sua vez, o segundo sentido confere à publicidade o status de princípio regulador do processo de justificação pública e recíproca dessas razões e perspectivas passíveis de serem consideradas e compreendidas por todos. Sob esse aspecto, a dinâmica da publicidade modifica e influi no posicionamento de cada um, permite integrar o ponto de vista do outro e determina o modo de construção de argumentos, pois impõe constrangimentos à ação e ao discurso dos interlocutores (MARQUES, 2008, p.24).

As duas definições são antagônicas e refletem a opinião de Habermas sobre a mídia. Segundo ele, no início da revolução burguesa, a imprensa tinha o papel de mediar e estipular o uso que os indivíduos faziam de sua razão, porém, mais tarde, os meios de comunicação passaram a condicionar e fabricar uma opinião “não pública”, cuja origem, de acordo com o autor, não é a troca pública de razões, mas uma imposição de vontades particulares (MARQUES, 2008).

Para ele, a grande responsável pela transformação da atuação midiática é a chamada Indústria Cultural, que, junto com o desenvolvimento dos meios eletrônicos de massa, trouxe consigo a importância da publicidade e o declínio da vida associativa liberal (BRITTES, 2003). Em suas palavras:

Com a comercialização e a condensação da rede comunicacional, o crescimento dos investimentos e do grau de organização das instituições midiáticas, as vias de comunicação foram mais fortemente canalizadas e as chances de acesso à comunicação pública foram submetidas a constrangimentos de seleção sempre mais poderosos. Disso resultou uma nova categoria de influências, o poder midiático, que utilizado de maneira manipuladora, rouba a inocência do princípio de publicidade. O espaço público, que é ao mesmo tempo, pré-estruturado e dominado pelas mídias de massa, torna-se uma verdadeira arena vassalizada pelo poder, no seio da qual se luta por temas, por contribuições, não somente para a influência como também para um controle (tão dissimulado quanto possível) dos fluxos de comunicação eficazes (HABERMAS, 1999, *apud* BRITTES, 2003, p.26).

Se a imprensa não está mais empenhada na luta em torno do espaço da Opinião Pública, cai por terra o modelo apresentado por Habermas de Esfera Pública e, por isso, Brittes (2003) o qualificou como utópico. Mas, essa conjuntura nos leva a indagar qual é essa opinião “não pública” veiculada pela mídia.

## 2.2 Opinião Pública na mídia

Para compreendermos de que forma a mídia influencia na Opinião Pública, recorreremos a uma breve linha do tempo dos estudos acadêmicos sobre jornalismo. Serão explanadas nesse tópico algumas teorias da área que contribuem para a construção do raciocínio para, ao final, entendermos qual é a “opinião não pública” expressa pelos meios de comunicação.

A partir de 1950, fomentaram-se debates e surgiram correntes teóricas sobre o jornalismo que pretendiam compreender como circulam as informações midiáticas, como são recepcionadas e quais efeitos geram na sociedade. Algumas dessas linhas de pensamento, que serão abordadas a seguir, são antagônicas entre si, se questionam e entram em conflito.

A primeira é a Teoria do Espelho, em que as notícias são vistas como reflexo fiel da realidade. Essa tese poderia expressar uma boa prática do jornalismo, já que, pela lógica, as narrativas representariam o acontecimento, com objetividade e sem distorções. A ideia do jornalismo espelho está em desuso pela academia, por conta da percepção de que a neutralidade, tanto na seleção de notícias, quanto na escrita do texto, é impossível.

Em contradição à Teoria do Espelho surge a *Gatekeeper*, também conhecida como Teoria da Ação Pessoal. Kurt Lewin foi o primeiro estudioso a indicar que a passagem de uma notícia por determinados canais de comunicação depende de “portões” (*gates*, em inglês),

controlados por “porteiros” ou “guardiões” (*keeper*, em inglês), daí o nome *gatekeeper* (FERNANDES, 2011). Nesse ponto, começa-se a perceber o jornalista como um agente que não é neutro, já que cabe a ele, como “porteiro”, selecionar o que passa e o que é deixado de fora. Traquina (2002) diz que essa filtragem depende de juízos de valor baseados nas experiências, atitudes e expectativas do jornalista, portanto, é uma escolha subjetiva.

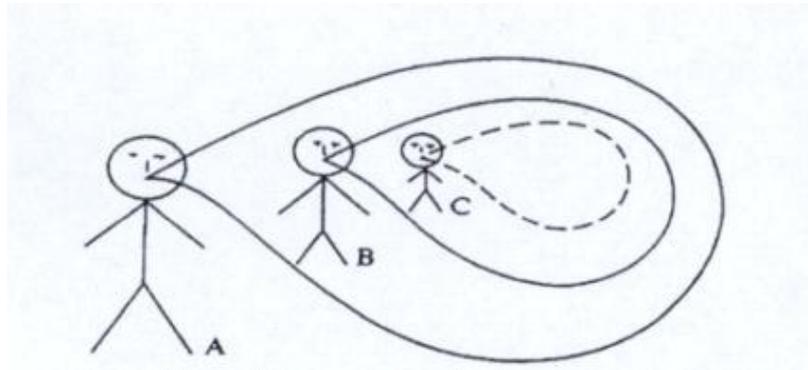
A ideia é que existe uma cadeia de *gatekeepers* e a notícia é transmitida de um para outro: de quem formula a pauta ao repórter; do repórter para o chefe da seção, que envia ao editor chefe, e assim por diante, até a informação chegar ao receptor espectador. Nesse percurso, muitas notícias são barradas nos “portões”. Temos, aqui, o primeiro conflito com a Teoria do Espelho, modificando a visão do jornalismo como manifestação da realidade.

A Teoria Organizacional, por sua vez, questiona o apontamento de que o jornalista se molda às crenças que carrega em si, defendida pela linha anterior (RUBLECKI, 2010). Conforme explica Sousa (2002, p.4), a notícia é um relato resultante dos condicionantes organizacionais, como as “hierarquias, as formas de socialização e aculturação dos jornalistas, a rede de captura de acontecimentos que o órgão jornalístico lança sobre o espaço, os recursos humanos e financeiros desse órgão, a respectiva política editorial, etc.”.

Podemos entender a teoria de hierarquização de vozes, apresentada por Motta (2013), como uma junção de *Gatekeeper* com a Organizacional. É importante ressaltar que essa foi uma constatação nossa, e não uma afirmação do próprio autor. Segundo ele, três níveis de vozes participam da narrativa midiática, sendo que, na ordem hierárquica, temos, ocupando o ponto máximo de poder, o veículo de comunicação, em segundo, o jornalista e, por último, a fonte. Nesse entendimento, a fala da fonte está condicionada ao tratamento do jornalista, que formula a narrativa, hierarquizando os fatos e enquadrando-os de acordo com seus valores pessoais. Esse profissional está subordinado ao veículo de comunicação, que possui suas singularidades e interesses comerciais e ideológicos.

A hierarquização apresentada por Motta (2013) pode ser visualizada na Figura 1. No esquema, A representa o meio de comunicação, B, os profissionais, e C, as personagens-testemunhas (fontes).

**Figura 1 – Hierarquização de vozes**



Fonte: Motta (2013, p.218)

Temos claro que Motta (2013) elaborou seu estudo muitos anos depois dos debates sobre essas duas teorias, trazendo, assim, considerações apontadas por outras correntes. Uma delas é a defendida pela Teoria da Ação Política, efervescente a partir dos anos 1970. Essa linha, segundo Traquina (2005), se debruça sobre as implicações políticas e sociais da atividade jornalística.

Aqui, defende-se que as notícias distorcem a realidade por conta dos interesses políticos dos agentes sociais. Sousa (2002) esclarece que há duas versões dessa teoria. Uma afirma que as notícias são dissonantes da realidade porque os jornalistas estão sujeitos ao controle ideológico e conspirativo que leva os veículos comunicacionais a agirem a serviço da classe dominante. Portanto, as notícias são direitistas, liberais e conservadoras para contribuírem com a sustentação do *status quo*.

Existem, também, os teóricos que afirmam que o que define os rumos das notícias é a ideologia dos próprios jornalistas. Aqui, esses profissionais são vistos como autônomos em relação aos poderes externos. Como, para esses pensadores, os jornalistas são, em sua maioria, de esquerda, logo as notícias tendem a privilegiar uma visão esquerdista do mundo. Essa segunda linha de pensamento da Teoria da Ação Política, em dias atuais, já nos parece insustentável, não por acreditarmos ser impossível os repórteres serem de esquerda, mas justamente por sabermos que a autonomia desse profissional é limitada e que os poderes externos influenciam na atividade.

Em total oposição à Teoria do Espelho, vem a Teoria Construcionista, também conhecida como Estruturalista. Ela afirma ser impossível a mídia refletir a realidade, já que ela própria ajuda a construir essa realidade (RUBLECKI, 2010). Sousa (2002, p.5) explica que, nesse contexto,

as notícias são histórias que resultam de um processo de construção linguística, organizacional, social, cultural pelo que não podem ser vistas como o espelho da realidade, antes são artefactos discursivos não ficcionais - indiciáticos- que fazem parte da realidade e ajudam-na a construir e reconstruir.

O autor ainda afirma que, para os acadêmicos dessa corrente, as notícias são um produto socialmente construído que reproduz a ideologia dominante e legitima o *status quo*, em concordância com o que defende o primeiro grupo da Teoria da Ação Política. Em suas palavras,

os jornalistas e os órgãos de comunicação social têm uma reduzida margem de autonomia, cultivam uma cultura rotinizada e burocratizada e estão sujeitos ao controle da classe dominante, proprietária dos meios de comunicação, que vincula os media às suas (primeiras) definições dos acontecimentos (SOUSA, 2002, p.5).

Dentro da ideia defendida por essa linha, a de que a realidade é construída pela mídia, entramos em outras duas teorias sobre a prática jornalística: o Agendamento e o Enquadramento.

A perspectiva do Agendamento parte do reconhecimento de que existe uma seleção e construção dos acontecimentos a serem narrados. A teoria utiliza a ideia metafórica de uma agenda, que McCombs<sup>12</sup> elucida de maneira simples:

Se você guardar os exemplares do seu jornal preferido durante duas ou três semanas, e em uma tarde passar pelas primeiras páginas, você terá uma noção da agenda que aquele jornal teve ao longo desse tempo. Alguns assuntos estarão nas capas desse jornal por muitas e muitas vezes. Evidentemente, muitos assuntos nem estarão lá. Agenda é simplesmente a questão da cobertura da notícia (DA SILVA JUNIO *et al*, 2008, p.206).

McCombs explica também que a agenda midiática influencia na agenda pública, ou seja, o que os veículos pautam, por repetição e relevância dada, acaba por se tornar interesse público (DA SILVA JUNIOR *et al*, 2008). Tendo isso em mente, Hohlfeldt (1997, p.44) afirma que:

os meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor o que pensar em relação a um determinado tema, como desejava a teoria hipodérmica, são capazes de, a médio e longo prazo, influenciar sobre o que pensar e falar

---

<sup>12</sup> Trata-se de uma entrevista de MacCombs concedida a José Afonso da Silva Junior, Pedro Paulo Procópio e Mônica dos Santos Melo, publicada na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação em dezembro de 2008.

(...). Ou seja, dependendo dos assuntos que venham a ser abordados – agendados – pela mídia, o público termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda da mídia termina por se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social.

Em princípio, de forma simplificada, podemos concluir que essa é uma abordagem que diz aos espectadores o que pensar, mas não como pensar. Porém, com a evolução do entendimento do agendamento, ou *agenda setting*, veio também a compreensão de que os meios de comunicação podem, também, influenciar o olhar da audiência sobre o tema (ROSSETTO; SILVA, 2012).

MacCombs menciona que poderíamos pensar no agendamento como uma agenda de objetos. Quando a mídia falar de um determinado utensílio, descreverá a sua forma, revelando atributos, então saberemos não apenas quais são os objetos, mas suas características. É nesse ponto que relacionamos as Teorias da *Agenda Setting* e do Enquadramento, também chamada de *Framing*.

Nas últimas duas décadas o conceito de Enquadramento vem sendo utilizado por acadêmicos para analisar o comportamento da mídia. Essa teoria busca resposta ao modo como os homens conhecem seu entorno social e lhe atribuem um significado (SÁDABA, 2007).

A teoria veio responder à questão da objetividade jornalística, que seria a isenção do repórter e do veículo em relação aos acontecimentos. No entanto, essa resposta se mostra mais como uma contestação, já que os estudiosos dessa corrente irão negar os postulados da objetividade e defender que, ao narrar um fato, o jornalista irá enquadrar a realidade, considerando seu ponto de vista (SÁDABA, 2007).

A definição de Entman (1993<sup>13</sup>, *apud* ROSSETTO; SILVA, 2012, p.99) para enquadramento contempla o que Sádaba queria dizer:

enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazer eles mais salientes no texto comunicativo de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou um tratamento recomendado para o item descrito.

Essa ideia coloca a objetividade muito distante da atividade jornalística. Entender isso é essencial, já que os meios de comunicação possuem um papel de mediador entre o homem e

---

<sup>13</sup> ENTMAN, R.M. 'Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm', *Journal of Communication*, 1993, 43(4): 51–8.

a sociedade. Muitas vezes, esses canais são os únicos intermediários entre a audiência e o mundo exterior e a única forma de acesso ao que “acontece do lado de fora”.

Gaye Tuchman, em seu livro *Making News* (1978), sustentava a concepção de que as notícias são uma janela para o mundo. Com essa visão, e pensando no enquadramento, Park (2003<sup>14</sup>, *apud* LEAL, 2008, p.1) pontua que:

As pessoas apenas enxergam o mundo através de uma moldura de uma janela. Se a moldura da janela é muito pequena, as pessoas já enxergarão uma pequena parte do mundo. Se a janela na parede é voltada para o oeste, as pessoas apenas enxergarão o oeste. Em outras palavras, a mídia pode mostrar apenas uma pequena parte do mundo a partir de um particular ponto de vista.

Entendemos, então, que a mídia é essa janela pela qual a sociedade entra em contato com o mundo. A vista desse quadro é construída por jornalistas, e nem sempre o público percebe que esse cenário é apenas uma representação do real, e não a realidade em si. Sobre o enquadramento, o professor e coordenador da pesquisa Manchetômetro, João Feres Junior, em entrevista à TV Brasil, comenta sobre o fato de que o cidadão comum recebe, diariamente, várias notícias que contemplam apenas um ponto de vista, e isso reflete na opinião que esse indivíduo formará sobre as mais diversas questões.

Vimos na explicação de Olicshevis (2006) que existem inúmeros públicos, cada qual com suas singularidades e posicionamentos específicos sobre diferentes temas. Esses públicos irão disputar visibilidade midiática, e aqueles que conseguem publicizar sua opinião saem “ganhando”. A questão é que, por meio do enquadramento, a mídia irá dar destaque para aqueles pontos de vista que correspondem aos seus interesses. A autora chama de “acordo forjado” o relacionamento entre os proprietários dos veículos de comunicação e os grupos aliados e, como resultado dessa aliança, não há um debate descompromissado, com uma pluralidade de vozes que revelem um arcabouço de enfoques sobre os temas para a construção da Opinião Pública. O que acontece, na verdade, é a divulgação da opinião dominante como sendo a Opinião Pública.

A alemã Elisabeth Noelle-Neumann desenvolveu, nos anos 1970, a Teoria da Espiral do Silêncio, para demonstrar porque a mídia teria uma tendência para reproduzir a ideologia dominante. Segundo essa suposição, o processo de formação da Opinião Pública é influenciado pelo medo do isolamento social de algumas pessoas (ANDRADE, 2008). Em

---

<sup>14</sup> PARK, J. Contrasts in the coverage of Korea and Japan by US television networks: a frame analysis. *International Journal for Communication Studies*, Londres; Thousand Oaks; Nova Deli, v. 65, n. 2, p. 144-164, 2003.

uma explicação resumida, poderíamos dizer que um indivíduo que entende que sua opinião possa estar em minoria ou ser recebida com desdém está menos propenso a expressá-la.

Sobre isso, Pena (2007) explica que as pessoas não são influenciadas apenas pelo que as outras dizem, mas também pelo que imaginam que iriam dizer. Isso ajuda na manutenção do *status quo*, já que dificulta a mudança de hábitos e mantém a opinião dominante como majoritária. Para exemplificar, o autor faz referência às eleições: muitas vezes, os candidatos que estão na frente nas pesquisas recebem mais votos por conta da percepção popular de que eles devem ser melhores, uma vez que têm a preferência da maioria.

Sob esse olhar, podemos pensar em uma reação em cadeia: a mídia, com seus próprios interesses, divulga as opiniões de seus públicos aliados como sendo a Opinião Pública. A audiência, recebendo aquelas informações, tende a acreditar e aceitar o posicionamento veiculado e, quando discorda, muitas vezes se cala por medo do isolamento social. Por fim, a opinião pública forjada pela mídia acaba se mantendo como a única e verdadeira.

O poder da mídia na construção das opiniões é explicado por Christa Berger (1996). A autora recorrerá aos estudos de Bourdieu sobre Campo Social para fundamentar seu argumento.

Segundo Berger, (1996, p.4) “um Campo Social se constitui a partir da existência de um Capital e se organiza na medida em que seus componentes têm um interesse irreduzível e lutam por ele”. De maneira simplificada, um grupo se apoia naquilo que lhe é mais valioso, naquilo que lhe define, e se organiza para manter esse bem. Alguns exemplos auxiliam nessa compreensão:

O Capital do Campo Acadêmico, por exemplo, é a titulação, e a luta que se trava na academia gira em torno do título, que elevado a valor máximo confere autoridade a quem o possui. O título, no entanto, não vale enquanto capital para ingressar no Campo Religioso ou Artístico. O que não significa que o capital de um campo não funcione como “mérito” em outro (BERGER, 1996, p.4).

Portanto, é a posse do Capital específico que confere a entrada de um membro no campo e, também, sua posição dentro desse campo (FERNANDES, s/d).

A hipótese da autora é que o capital do Campo Jornalístico é o simbólico, “pois é da natureza do jornalismo fazer crer” (BERGER, 1996, p.4). A definição de Bourdieu (1990) sobre poder simbólico colabora com a ideia.

O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. E somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. Isso significa que ele não faz nada? De fato, como uma constelação que começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo - classe, sexo, religião, nação - só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido, segundo um princípio qualquer dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento (BORDIEU, 1990<sup>15</sup>, *apud* BERGER, 1996, p.4-5).

Desse Modo, o poder simbólico é aquele que dá significado às coisas e constrói a realidade. Lima (2010) argumenta que, por esse motivo, o Campo da mídia é o mais indicado para assumir a função de mediação entre os demais campos sociais e dar a eles visibilidade, já que mediar é a própria razão da sua existência. Em função disso, os diferentes públicos disputarão espaço midiático, a fim de inserir suas pautas e opiniões na Esfera Pública.

Porém, como vimos anteriormente, essa mediação não acontece de maneira homogênea, pois os públicos que poderão difundir seu ponto de vista na mídia são selecionados. Ao negar visibilidade para alguns grupos, forma-se, a partir das expressões dominantes, o que Corrêa (1988) entende como opinião do público que, diferentemente da Opinião Pública, é apenas a popularização de um determinado ponto de vista.

Portanto, o que se veicula nos canais de comunicação como Opinião Pública, se analisarmos dentro do conceito do termo, não a é de fato. Os diversos estudos sobre jornalismo expostos no início deste tópico mostram uma linha acadêmica evolutiva que leva ao entendimento de que a mídia não é objetiva e que ela participa da construção da realidade. Para isso, seleciona o que deve ser noticiado e determina interpretações previsíveis em suas narrativas, sem dar lugar para um real debate na Esfera Pública que resulte no processo ideal da formação da Opinião Pública.

Entendemos, então, que essa atuação influencia no panorama político. É o que veremos no tópico a seguir.

### **2.3 Mídia, política e Opinião Pública**

No mesmo estudo em que Berger (1996) nos apresenta sua hipótese sobre o Capital do Campo Jornalístico, ela explana, brevemente, sobre o Capital do Campo Político, que seria a

---

<sup>15</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Credibilidade. Isso chega a ser óbvio: um político, para ser eleito e conseguir apoio para sua base precisa ser crível. Entretanto, a própria autora lembra que essa credibilidade necessita do aval midiático. Já entendemos isso anteriormente, ao vermos a capacidade dos meios de comunicação, por meio de determinadas atitudes, de conferir atributos àquilo que é exposto, contribuindo para a formação da opinião de sua audiência sobre o que é dito.

Precisamos perceber, ainda, esses veículos como mediadores de um Campo com outro, e de divisões dentro de um mesmo Campo. O Campo Político não precisa ter credibilidade apenas com outros, mas dentro de seus próprios nichos também. Nas palavras de Berger (1996, s/p):

(...) a luta do Campo Político só se efetivará através de uma “segunda relação”, entre o MST e a imprensa, entre os ruralistas e a imprensa e entre o governo e a imprensa, confirmando a natureza mediadora do Campo da Comunicação, que faz falar entre si os agentes do próprio Campo - governo, ruralistas e colonos sem-terra. Eles travam, através da imprensa, a luta própria do seu Campo que é fazer crer a todos acerca da sua verdade. E a imprensa, ao buscar a sua credibilidade, constrói a credibilidade “na verdade” de uns ou outros.

De acordo com Berger (1996), para construir sua própria credibilidade de uma imprensa compromissada com a verdade, os veículos conferem credibilidade àqueles grupos que ganham voz em suas plataformas. E, seguindo a lógica do que já foi explicado, no Campo Político, assim como em outros, a mídia dará preferência para os que considera aliados politico-ideológicos<sup>16</sup>.

Com os avanços comunicacionais e o advento das novas tecnologias de informação, o vínculo entre imprensa e política vem se estreitando cada vez mais. Segundo Vera Chaia (2007, p.7), “a relação entre mídia e política deve ser analisada como produto de nossa época histórica, onde predomina uma sociedade centrada nos meios de comunicação”. Partindo desse pensamento, Miguel (2004) assinala quatro dimensões principais nas quais a presença da mídia altera as práticas políticas.

A primeira dimensão coloca os meios de comunicação como principal instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos comuns, o que reduz o peso dos partidos políticos. No mesmo caminho, Lima (2006) afirma que a mídia exerce funções que seriam

---

<sup>16</sup> A credibilidade, enquanto Capital do Campo Político, é o que garante poder e o sustenta, entretanto, entendemos, portanto, que a credibilidade pode não ser real, mas, sim, uma ideia construída e/ou imposta. Um dos modos dessa imposição é a utilização de recursos midiáticos.

primordialmente dos grupos partidários, como a construção da agenda pública; a geração e transmissão de informações políticas; fiscalização de ações de governo; a crítica das políticas públicas; além de canalizar as demandas da população. Conforme argumenta o autor, a ocupação desse espaço público pela imprensa é apontada como responsável pela crise generalizada das siglas. Ele explica que o público prefere a cobertura da mídia à realizada pelos próprios partidos, o que torna o processo político uma disputa entre figuras políticas por espaço midiático e não entre projetos de partidos.

Sobre isso, Luis Gonzaga Motta (2014, s/p), em texto publicado no Observatório da Imprensa, diz que:

O Brasil está dividido em dois partidos políticos: o partido da mídia e os outros. Nada separa tanto a sociedade brasileira hoje quanto a imprensa. Ela se transformou em um partido político autônomo que se dá o direito de intervir diretamente na política – especialmente em períodos eleitorais – de acordo com uma ideologia radical conservadora. Ela é um ator político ativo, tanto na formulação de um pensamento conservador como na defesa dos interesses liberais.

O autor segue elucidando que a mídia é o único partido com independência política, já que é financeiramente autônomo, possui metas explícitas, um projeto ideológico de longo prazo e planos de ação de curto prazo. Isso lhe confere um poder de intervenção no debate público que nenhum outro grupo possui.

A segunda dimensão proposta por Miguel (2004) fala sobre o discurso político, que mudou para se adaptar às formas preferidas dos meios de comunicação. Chaia (2007) concorda ao dizer que essa centralização dos meios de comunicação altera todas as práticas políticas, que passam a ser pensadas para serem midiaticizadas. Como exemplo dessa adaptação, Miguel cita uma suposta entrevista de um político a um telejornal. A fala-padrão desse entrevistado deverá ter poucos segundos e as expectativas dos telespectadores já se adaptaram a essa regra. Então, os discursos serão reduzidos a poucas palavras, de preferência “de efeito”, e, conseqüentemente, os assuntos não poderão ser aprofundados.

O terceiro ponto trata da responsabilidade da mídia na produção da agenda pública, – um papel que deveria caber aos partidos políticos, como defendido por Lima (2006), o que lhe garante a capacidade de formular as preocupações coletivas. Sobre essa questão, o professor de direito Yuri Carajescov (2016)<sup>17</sup> comenta sobre o cenário político vivido nos últimos anos no Brasil, ressaltando que a mídia criou o que ele chama de “agenda do combate à

---

<sup>17</sup> Em entrevista concedida ao programa Justificando, da TV Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=j9G7yp8ELLC>>. Acesso: 22 de maio de 2016.

corrupção”, e que, a partir disso, o debate passou a girar apenas em torno dessa esfera. Porém, ele lembra que essa não é uma agenda consensual, já que nem todos os setores da população, ou os diferentes públicos, concordam que essa deve ser a única pauta privilegiada. No entanto, ao abrirmos jornais e revistas, ou ligarmos a televisão, esse é o assunto do momento.

Ainda na terceira dimensão, Miguel (2004) lembra que esse agendamento não será percebido apenas pelo cidadão comum, mas também pelos políticos, que se sentirão na obrigação de responder às questões pautadas pela mídia.

E, por último, o autor aborda a gestão da visibilidade. Segundo Miguel (2004, p.9), “a presença em noticiários e talk-shows parece determinante do sucesso ou fracasso de um mandato parlamentar ou do exercício de um cargo executivo”. Esse ponto trata, então, do sujeito político buscando formas de se enquadrar nos critérios de noticiabilidade. Faz muito sentido quando pensamos que a construção da credibilidade política acontece dentro dos jornais e que, tendo ciência do papel da mídia na formação das opiniões, os parlamentares precisam batalhar para uma exposição positiva nesse ambiente.

As quatro dimensões apontadas por Miguel (2004) – e respaldadas por outros autores – confirmam o poder dos meios de comunicação no Campo Político e como eles moldam as práticas nesse contexto. Mas, segundo Motta (2014), a mídia, com a sua ação militante, já que atua como um partido político, dirige a Opinião Pública e também ameaça seus adversários – os outros partidos – com um poder para o qual não foi eleita.

O enfrentamento dos veículos aos partidos é feito em nome do povo e com o objetivo de obter credibilidade, mas, para Motta (2014), mesmo se essa credibilidade não for aprovada pela sociedade, os meios de comunicação agirão como se fossem respaldados em nome da democracia.

Podemos exemplificar esse enfrentamento através dos escândalos políticos midiáticos. Nas palavras de Thompson (2002<sup>18</sup>, *apud* CIOCCARI, 2015, p.75): “Escândalo vende e a revelação de segredos ocultos do poder é vista por alguns jornalistas como uma forma de exercer sua missão de guardiães de interesse público”.

Lima (2006, p.13) define esse tipo de escândalo como um “evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores”. Temos que concordar com a importância da publicação desses fatos, afinal, as denúncias precisam existir para que as atitudes necessárias sejam devidamente tomadas. No entanto, a forma como se dá essa

---

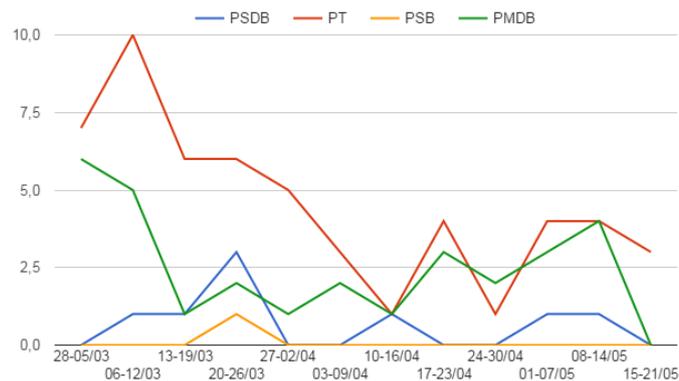
<sup>18</sup> THOMPSON, John B. – O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia. Trad. de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

cobertura tende a ser problemática. Como exemplo, vejamos o caso da Operação Lava Jato, analisada pelo site Manchetômetro.

Deflagrada em março de 2014, a Operação, da Polícia Federal, investiga um grande esquema de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobrás, políticos e algumas das maiores empreiteiras do país. Atualmente, 28 partidos são investigados<sup>19</sup>, porém os dados expostos a seguir são de maio de 2015, quando somente seis siglas estavam ligadas ao esquema.

Apesar de seis partidos (PT, PSDB, PMDB, PP, SD, e PTB) estarem sob a mira da Lava Jato, a pesquisa do Manchetômetro mostra que os jornais priorizaram conteúdos com teor crítico ao Partido dos Trabalhadores. A figura a seguir apresenta os índices de matérias com valências negativas aos partidos no Jornal Nacional, da Rede Globo.

**Figura 2 – Valência negativa aos partidos no Jornal Nacional**



Fonte: Manchetômetro

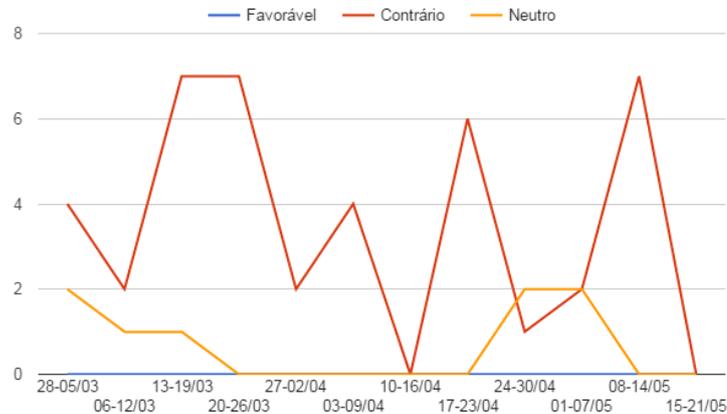
No período analisado, podemos observar que o único momento em que o PT não foi a sigla mais criticada está na semana entre os dias 24 e 30 de março, quando foi superado pelo PMDB. É importante atentarmos, também, para o fato de que o PSDB, partido que há 14 anos ocupa o segundo lugar nas eleições presidenciais, sendo vencido pelo PT, teve seu maior número de matérias críticas entre os dias 20 e 26 de março, e, mesmo assim, na mesma semana, estava muito abaixo da média negativa atribuída ao Partido dos Trabalhadores.

O manchetômetro realizou, ainda, uma análise focada somente na figura de Dilma Rousseff. O objetivo era ver as matérias veiculadas no Jornal Nacional sobre a Operação Lava Jato que se referiam à presidenta, mesmo ela não sendo alvo de investigação e, mais que isso, averiguar a angulação dessas notícias. O resultado surpreende: nenhum conteúdo favorável e

<sup>19</sup> Dados recolhidos em 07 de julho de 2016.

um número muito superior das matérias críticas em relação às neutras, como podemos ver na figura 3.

**Figura 3 – Valências das matérias do Jornal Nacional sobre Dilma Rousseff**



Fonte: Manchetômetro

A tendência da mídia em criticar somente um agente político ou um partido foi estudada por Chaia (2003, p.3). A autora se pergunta a quem interessa os escândalos e responde que “a visibilidade midiática é utilizada para que certos grupos/pessoas alcancem certos objetivos: desmoralizar uma liderança, condenar um político, ‘matar’ um adversário e vingança”.

Quando a imprensa se dedica a denúncias no campo político, ela produz consequências e efeitos colaterais na vida partidária e eleitoral. Isso porque, quando um escândalo é midiaticizado, inevitavelmente, os partidos oposicionistas são favorecidos. Essa situação não pode ser automaticamente interpretada como uma conspiração, mas não podemos ignorar o fato de que os proprietários dos veículos têm suas preferências políticas e ideológicas (AZEVEDO, 2010).

Chaia (2000, p.3-4) também chama atenção para as consequências desses eventos. Segundo ela, reputações passam a ser questionadas e carreiras políticas podem ser destruídas, mas, o mais importante é a quebra da confiança no papel das instituições públicas, que gerará uma crise política.

A mídia em alguns escândalos exagera em suas observações e avaliações, chegando a generalizar certas atitudes, como se toda a categoria dos políticos agisse de uma maneira comum. O político, em alguns momentos é avaliado negativamente, e torna-se sinônimo de corrupção.

Muitas das principais crises políticas do mundo contemporâneo tiveram seu início em escândalos políticos midiáticos. No Brasil, o mais conhecido é aquele que resultou no impeachment do presidente Fernando Collor de Melo, em 1992, mas, o mais significativo, foi o que levou Getúlio Vargas ao suicídio (LIMA, 2006).

Chaia (2000) explica que o acompanhamento da vida do parlamentar por parte dos meios de comunicação, além de ser constante, deve ressaltar, também, os aspectos positivos. As práticas consistentes e boas atuações de partidos precisam ser destacadas da mídia e, dessa forma, contribuir para a transformação da política no país.

Mas por que, então, a mídia não atua dessa forma? Para entendermos de maneira completa o cenário midiático no Brasil, precisamos saber como as empresas de comunicação são organizadas, quem são seus proprietários e seus aliados. Nesse momento, já temos em mente que a opinião veiculada pela imprensa não é a verdadeira Opinião Pública, mas o posicionamento de um ou poucos grupos que ganham visibilidade. Sabemos, também, que, ao priorizar poucos pontos de vista e omitir outros, não existe um debate descompromissado como aquele necessário para a formação de uma Esfera Pública livre de constrangimentos. E, por fim, que essa seleção de vozes e a atuação militante por parte dos veículos comunicacionais interferem tanto na prática política como na interpretação que damos a elas. O próximo passo, portanto, é desvendar a configuração da mídia no Brasil para, enfim, entendermos porque a ideologia e o capital interferem tanto na produção de informação.

## 2.4 Configuração da mídia no Brasil

Desde a segunda metade do século XIX, a imprensa constitui, nas sociedades democráticas, o papel de fiscalização das três instâncias de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário). Ramonet (2009) traz, nesse contexto, a ideia do jornalismo como recurso do cidadão contra os possíveis abusos e injustiças desses poderes, definindo, então, a ideia de “quarto poder”, atribuída por muitos autores à mídia.

É fundamental atentarmos para algumas diferenças conceituais que envolvem o termo “quarto poder”. Albuquerque (2009<sup>20</sup>, *apud* RIZZOTO, 2012, p.112-113) fala da existência de três concepções distintas: o modelo *Fourth Estate*, o *Fourth Branch* e o Poder Moderador. O primeiro se refere não aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas ao Clero, a

---

<sup>20</sup> ALBUQUERQUE, A. **As três faces do quarto poder**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG. Belo Horizonte, MG, jun. 2009.

Nobreza e os Comuns. Aqui, a imprensa como quarto estado “estaria representando os interesses do restante da sociedade, ou seja, o papel da imprensa seria tornar público temas antes só restritos ao Parlamento”.

O segundo modelo, *Fourth Branch*, já faz referência aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas o papel atribuído a mídia, nessa concepção, é o de publicização de alguns temas em detrimento de outros, afirmando sua função de formar a agenda pública.

Por último, o modelo de Poder Moderador, comumente adotado nas pesquisas brasileiras é o referido por Ramonet (2009), e trata o jornalismo como quarto poder neutro, fiscalizador dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Albuquerque (2009) lembra que não é um poder constitucionalizado, mas algo que a mídia se dispõe a fazer.

A atual conjuntura da comunicação modifica esse cenário romântico da função da imprensa. Com a aceleração da globalização neoliberal, o “quarto poder” começa a desaparecer devido ao poder triunfante do mercado. Ou seja, a mídia perde sua função essencial de contrapoder e passa a atuar em favor de um feixe de grupos econômicos e financeiros e empresas globais (RAMONET, 2009).

Sobre isso, Sodré (1999<sup>21</sup>, *apud* RIZZOTO, 2012) explica que a própria história da imprensa se confunde com a história do capitalismo, afinal, é da privatização da mídia, em acordo com os valores do capital, que surge o princípio de liberdade de imprensa. O autor também fala da propaganda como uma conexão entre os meios de comunicação e o modo de produção de mercadorias.

É seguindo esse mesmo raciocínio que Carajescov (2016) atentar-se-á ao fato de que os canais vendem informação e agirão como qualquer outra empresa que comercializa outros produtos, como pneus ou armas. Para a tesouraria dessas instituições, importa o lucro.

Por conta de fatores econômicos intensificaram-se os movimentos de concentração da propriedade dos meios, assim como acontece com organizações de outros ramos. Isso se deu por aquisição de empresas menores e fusões de antigos concorrentes. Como resultado, temos a emergência de grandes conglomerados da mídia (CHRISTOFOLETTI, 2008).

Em âmbito mundial, cerca de dois terços de todo o fluxo de informação, conteúdo de bens culturais e de produtos de entretenimento são originados de um grupo formado por 12 megaempresas do ramo de comunicação, todas com sede em regiões ricas do planeta: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Entre as líderes: AOL Time-Warner, Vivendi-Universal, The Walt Disney Company, News Corporation, Bertelsmann, Viacom e Sony (MORAES,

---

<sup>21</sup> SODRÉ, N. W. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Mauad, 1999.

2004). Levantamentos recentes incluem a Alphabet (grupo de empresas, das quais, a maior é o Google) e o Facebook entre os maiores conglomerados de comunicação do mundo (MIDIA INTERESSANTE, 2016).

[Juntas], entrelaçam a propriedade de estúdios, produtoras, distribuidoras e exibidoras de filmes, gravadoras de discos, editoras, parques de diversões, TVs abertas e pagas, emissoras de rádio, revistas, jornais, serviços online, portais e provedores de Internet, vídeos, videogames, jogos, softwares, CD-ROMs, DVDs, equipes esportivas, megastores, agências de publicidade e marketing, telefonia celular, telecomunicações, transmissão de dados, agências de notícias e casas de espetáculos (MORAES, 2004, p.199).

A situação não é diferente no Brasil. Aqui, o processo de oligopolização se fortaleceu após o período ditatorial, quando os direitos civis da população foram entredados, e o Estado autoritário necessitava de uma mídia que legitimasse seu poder (FEITOSA, 2014). Podemos citar como exemplo a Rede Globo de Comunicações, uma grande apoiadora da ditadura e beneficiada neste processo. Esse apoio chegou a ser admitido pelas Organizações Globo em 2013, por meio de um editorial veiculado no jornal O Globo, intitulado “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”<sup>22</sup>.

Fato é que essa empresa é um dos primeiros grandes conglomerados de comunicação do país e é, ainda hoje, a maior detentora de concessões públicas no Brasil, com inúmeros canais e plataformas sob seu comando, como televisão, rádios, revistas, jornais e outros (FEITOSA, 2014).

Com a redemocratização brasileira, após a ditadura militar, a interferência estatal passa a ser menosprezada e os conglomerados de comunicação privados vão aumentando suas concessões públicas e inserindo cada vez mais a mídia em um viés de mercado. Em consequência disso, a comunicação monopolista vê seus telespectadores como consumidores, “propagando discursos privados, vendendo sua imagem e produtos que as patrocinam, excluindo – na maioria das vezes – a criticidade a favor de um entretenimento vazio, entre outros problemas” (FEITOSA, 2014, p.2).

São seis grupos mandatários que controlam a mídia no Brasil: Grupo Abril, comandado pela família Civita, Organizações Globo, da família Marinho, Grupo Folha, dos Frias, Bandeirantes, gerido pela família Saad, o SBT, dos Abravanel e RBS, da família Sirotsky (LIMA, 2006). Segundo Christofolletti (2008, s/p), essas redes privadas, por meio de 138 grupos regionais, controlam 668 veículos no país. Ele relata, também, que a família

---

<sup>22</sup> Editorial publicado no dia 31 de agosto de 2013.

Marinho detém a liderança isolada na TV aberta (Rede Globo), a maior operadora e distribuidora de TV a cabo (NET), o terceiro jornal de maior tiragem no país (O Globo), dezenas de emissoras de rádio AM e FM, uma das principais produtoras e distribuidoras de cinema, a Globofilmes, e um sistema de produção de canais para TV a Cabo (GloboSat).

O autor traz mais informações que demonstram como a comunicação brasileira tem forte vínculo com a lógica de mercado:

(...) em 2007, o mercado de mídia ultrapassou R\$ 8,2 bilhões (segundo Intermeios e Meio & Mensagem); apenas o segmento televisão somou R\$ 4,88 bilhões no mesmo período, e uma única emissora – a Rede Globo – abocanhou 54% das verbas publicitárias, ficando a vice-líder com uma fatia de 20% (CHRISTOFOLETTI, 2008, s/p).

Venício A. de Lima (2006) atribui a crescente concentração da mídia à inexistência de normas eficazes em nossa legislação que impeçam a propriedade cruzada, um dos vários modelos de centralização Lima (2004) que permitem que um grupo detenha diferentes meios de comunicação, como TV, jornal, revista, rádio, Internet etc. Além desse, ele enumera mais três modelos: concentrações horizontal, vertical e o monopólio em cruz. O primeiro se dá quando uma mesma empresa é proprietária de diversos veículos no mesmo setor; o segundo ocorre quando uma organização controla diferentes etapas da cadeia de produção e de distribuição; o terceiro acontece quando uma corporação de nível nacional detém o controle de veículos locais e regionais.

Ele pontua que impedir a propriedade cruzada, mais que garantir a competição econômica entre as empresas privadas, preservaria a pluralidade e diversidade de ideias, “condição básica para a formação de uma opinião pública independente nas democracias liberais” (LIMA, 2006, p.97).

Se olharmos o Decreto-Lei nº236/1967, em seu artigo 12, encontraremos o seguinte texto:

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:  
 I) Estações radiodifusoras de som:  
 a - Locais:  
 Ondas médias - 4  
 Frequência modulada - 6  
 b - Regionais:  
 Ondas médias - 3  
 Ondas tropicais – 3 (sendo no máximo 2 por Estados)  
 c - Nacionais:  
 Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 7º - As empresas concessionárias ou permissionárias de serviço de radiodifusão não poderão estar subordinada a outras entidades que se constituem com a finalidade de estabelecer direção ou orientação única, através de cadeias ou associações de qualquer espécie (DECRETO-LEI 263, 1967).

O Decreto contempla uma limitação nas propriedades, mas, como aponta Lima (2006), o Ministério das Comunicações faz uma interpretação equivocada do texto, já que considera “entidade” como sinônimo de “pessoa física” e não leva em conta o parentesco. Já em relação ao parágrafo 7, o MiniCom não enxerga as redes afiliadas como subordinadas com finalidade de estabelecer direção ou orientação única. O autor afirma que mesmo com a existência do Art. 12, a interpretação do Ministério das Comunicações acaba por apagá-lo.

O capítulo V da Constituição de 1988 também traz um texto que estabelece normas que poderiam evitar a concentração. No artigo 220, parágrafo 5, reza que os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio. Além disso, estabelece a promoção da cultura nacional e regional, o estímulo à produção independente e a regionalização da produção cultural, artística e jornalística. No entanto, 28 anos depois da promulgação da Carta Magna de 88, nenhuma dessas normas foi regulamentada por lei complementar.

Somados a tais circunstâncias que facilitam o fortalecimento dos oligopólios, há, ainda, na história da mídia nacional diversos momentos no qual a conjuntura política foi fundamental para a configuração do atual modelo da indústria de comunicação. Podemos citar a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962, legislação criada mediante influência daqueles que já detinham certo monopólio sobre a radiodifusão sonora e de sons e imagens, e que veio a garantir os interesses dos empresários do setor.

Também são relevantes as concessões de emissoras de rádio e TV a autoridades políticas e empresários aliados ocorridas no governo Sarney, no final da década de 1980. O mesmo se repetiu no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), Lula (2002-2010) e Dilma (2010-2014). Esses acontecimentos resultaram no que se batizou de coronelismo eletrônico<sup>23</sup>, que é a utilização das concessões de radiodifusão como moeda de barganha

---

<sup>23</sup> O termo “coronelismo eletrônico” ganhou visibilidade na década de 1990, quando os impactos da distribuição desenfreada de concessões de radiodifusão para políticos começaram a revelar uma prática de barganhas que envolvia presidentes, ministros, senadores, deputados, grandes grupos de mídia nacionais e o universo isolado dos pequenos municípios brasileiros. A inspiração para a formulação da expressão vinha do “coronelismo político”, vocábulo corriqueiramente utilizado para designar a política dos coronéis, chefes locais que ganharam

política. Nesse cenário, “a moeda de troca continua sendo o voto, como no velho coronelismo. Só que não mais com base na posse da terra, mas no controle da informação, vale dizer, na capacidade de influir na formação da opinião pública” (LIMA, 2008, p.28).

Kucinski (1998) afirma que José Sarney, em seu governo, de 1985 a 1989, chegou a conceder mais de 1.028 frequências de rádio e TV, das quais 539 foram a congressistas e seus protegidos, no intuito de conseguir a extensão de um ano em seu mandato. Segundo o mesmo autor, movimentos sociais e populares não foram contemplados, na mesma proporção.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), o presidente assegurava que não mais seriam concedidas licitações de emissoras de TV e rádio por meio do modelo imposto historicamente. Apesar disso, em seu mandato, foram autorizadas 1.848 licenças de RTV (repetidoras de televisão), sendo que 268 foram para entidades ou empresas controladas por 87 políticos, todos favoráveis à emenda da reeleição. A prática permaneceu recorrente nos dois mandatos do governo Lula e nos primeiros quatro anos de Dilma Rousseff na presidência.

Como resultado do coronelismo eletrônico, presenciamos uma imprensa dominada por parlamentares e seus aliados. Segundo o estudo denominado *Donos da Mídia*<sup>24</sup> (2009), no Brasil, 271 políticos são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação. Essa realidade vai contra o que a própria Constituição Federal afirma. O artigo 54, seção V, Título IV, que trata da organização dos poderes, proíbe, terminantemente, a presença de detentores de cargos políticos em empresas ou órgãos de caráter público ou prestadoras de serviço público (neste caso, empresas de radiodifusão, que são concessões públicas).

É uma conjuntura difícil de mudar. Carajeleskov (2016) diz que os proprietários dos veículos classificam como censura qualquer tentativa de alteração desse cenário. A própria presidente Dilma Rousseff, em entrevista ao *Jornal Folha de S. Paulo*, no dia 29 de maio de 2016, afirmou que não concorda com os oligopólios midiáticos, mas que não enviou nenhuma proposta de lei para mudar a situação porque, em suas próprias palavras: “Eu vou mandar uma lei para perder, é? Porque uma das coisas que o senhor Eduardo Cunha [então Presidente da Câmara] dizia para quem quisesse ouvir é que ele tinha feito uma negociação e que essa proposta não passaria” (BERGAMO, 2016, s/p).

---

a patente militar Guarda Nacional no período imperial. Ver: <<http://www.coronelismoeletronico.com.br/coronelismo-eletronico/o-que-e/>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2017.

<sup>24</sup> O Projeto *Donos da Mídia* reúne dados públicos e informações fornecidas pelos grupos de mídia para montar um panorama completo da mídia no Brasil. Para estabelecer o número de políticos sócios ou diretores, cruzou dados da Agência Nacional de Telecomunicações com a lista de prefeitos, governadores, deputados e senadores de todo o país para mapear quais deles são proprietários de veículo de comunicação. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br>>. Acesso: 10 de dezembro de 2015.

É importante percebermos como esse contexto midiático tem relação direta com a maneira como a questão da Opinião Pública é tratada. Uma imprensa concentrada na mão de poucas famílias corrobora para que haja um número reduzido de fontes e menos pluralidade informativa, tendo, como consequência, menos pontos de vistas disponibilizados para a audiência.

Como as empresas do ramo operam com vistas ao lucro, em uma lógica de mercado, atuarão como qualquer outra instituição, objetivando eliminar a concorrência e jogar no time daqueles que podem auxiliar na obtenção de poder.

Coligada a alguns partidos políticos que apoiam suas ambições, a mídia será militante daqueles que defendem a manutenção desta configuração da comunicação, sem limitar seus poderes. Assim sendo, por meio do agendamento e do enquadramento, os veículos trabalharão para que o posicionamento do público seja favorável a seus propósitos e de seus aliados. Dessa forma, a divulgação dos diferentes pontos de vista nunca será em prol de um debate descompromissado, como esperado para o funcionamento ideal da Esfera Pública, e no lugar de formarmos uma legítima Opinião Pública, sempre teremos apenas a manifestação da opinião dominante.

### 3 PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

Os estudos sociológicos para conhecer o pensamento do público começam a surgir a partir do momento em que a sociologia percebeu que, com o desenvolvimento tecnológico do capitalismo, o aparecimento das massas promovia um comportamento coletivo. Dessas observações, nasceu a Pesquisa de Opinião Pública (SANCHEZ, 1991).

O processo de consolidação da Opinião Pública como uma ciência social empírica passou por sete fases. A primeira foi quando existiu uma impressão geral de que algo chamado opinião pública era importante, o que resultou na segunda fase, em escritores pontuaram amplas considerações sobre o tema. A terceira fase foi de recolhimento de dados empíricos em artigos, revistas e demais documentos. Em um próximo passo, houve um intenso interesse pela metodologia do assunto, marcando a quarta fase. No ponto seguinte, órgãos comerciais especializados e institutos universitários assumiram a pesquisa. O contato com a Antropologia e a Psicologia nesses estudos caracteriza a sexta fase, que levou à sétima, “em que se desenvolvem proposições sistemáticas sobre Opinião Pública: a pesquisa de opinião pública converteu-se em ciência social empírica” (LAZARFELD, 1972<sup>25</sup>, *apud* FERREIRA, 2015, p.61).

Paul Felix Lazarsfeld é, segundo Sanchez (1991), o pai da pesquisa de opinião pública. Sua entrada nesse estudo foi, especificamente, em 1938, quando foi nomeado Diretor do Bureau de Pesquisa de Rádio, na Universidade de Columbia, com a finalidade de estudar o comportamento dos ouvintes. Ao mesmo tempo, Lazarsfeld estudava o comportamento do eleitor, publicando, em 1940, o livro *O Povo Elege*.

O primeiro instituto de sondagem de opinião pública do mundo foi o GALLUP, fundado em 1936, nos Estados Unidos, e de propriedade de George Gallup, jornalista e estatístico. A entidade, na época, identificou, com uma amostragem de menos de dois mil eleitores, o percentual de votos que daria a vitória de Roosevelt, em sua disputa contra Landon (SILVA, 2015).

Nesse período, o Brasil vivia o Estado Novo, nas mãos de Getúlio Vargas. Por ser um período político marcado por grande autoritarismo, as sondagens de opinião, já famosas nos EUA, não eram práticas nacionais. Porém, essa realidade começa a mudar com o enfraquecimento da ditadura, graças ao processo de redemocratização deslanchado após o fim da Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>25</sup> LAZARFELD, Paul F. A opinião pública e a tradição clássica. In: STEINBERG, Charles S. (org). **Meios de Comunicação de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

Em 1942, Aurélio Penteadó, inspirado nos procedimentos técnicos do instituto norte-americano, fundou, no Brasil, o IBOPE, primeiro instituto de pesquisa de opinião pública do país. A primeira sondagem realizada pela entidade foi publicada no dia 17 de maio de 1945, no jornal Diário da Noite, após cessarem o regime autoritário e a ameaça nazista (SILVA, 2015).

Desde o início dos anos 1980, as pesquisas políticas e de opinião pública têm se constituído, na América Latina, como evento central ao processo de democratização. Echegaray (2001) pondera que quanto mais comuns se tornam as instituições democráticas, mais forte é a presença das pesquisas de opinião. Isso porque, grande parte do que conhecemos dessas organizações instituições é produto de sondagens, já que são utilizadas para dizer o que está certo e o que está errado nos governos democráticos, o que é aprovado e o que é reprovado. Ou seja, essas pesquisas ajudam a embasar a atuação do Estado em nossa sociedade.

Charaudeau (2016) sustenta que existem três tipos de pesquisas de opinião pública: as de intenção, de preferência e de avaliação. O primeiro modelo abarca perguntas que, segundo o autor, não abordam comportamentos, mas declarações de comportamento. Trata-se, portanto, de respostas que projetam ações que estão por vir, que supõem já haver uma escolha feita. Ele explica que o entrevistado, nesse caso, se sente desobrigado com a verdade, não pela resposta ser mentirosa, mas por não tratar de um compromisso imediato.

O que está em causa é a medida de uma intenção que não é o próprio ato, mas um ato em perspectiva, uma declaração que não compromete o interrogado porque está ligada ao humor do momento e deixa o campo livre para uma mudança possível sem risco de perjuro (CHARAUDEAU, 2016, p.129).

As pesquisas de preferência comportam perguntas que confrontam pelo menos dois elementos. Elas são utilizadas, principalmente, em levantamentos de mercado, mas vêm sendo praticadas, também, no campo político. De acordo com o autor, a pesquisa de preferência coloca o entrevistado em posição de escolher em função de critérios mais afetivos (carisma, simpatia, confiança) do que racionais (programas políticos, ideologia). É por esse motivo que esse modelo se diferencia do primeiro: não se trata de declarar o que seria um comportamento previsional a favor de um candidato ou candidata excluindo todos os outros; “trata-se de expressar uma inclinação a favor de uma dessas pessoas segundo as impressões que se tem” (CHARAUDEAU, 2016, p.130). Isso se comprova nos resultados finais de uma eleição, por

exemplo, em que as pesquisas de preferência não se convertem, necessariamente, em intenções de voto.

Por último, nas pesquisas de avaliação importa saber como os cidadãos se posicionam quanto a determinados problemas da sociedade. Para o autor, esse tipo de sondagem almeja coletar informações para enriquecer as controvérsias sociais em torno de certas questões. Essa pesquisa coloca o interrogado em uma “moldura de pensamento”, que exige que a opinião expressa se baseie em suas experiências pessoais, em observações e sentimentos, já que não são especialistas para emitir posicionamentos técnicos. Aqui, o indivíduo não deve expressar uma preferência entre dois elementos, nem demonstrar intenção de realizar um ato. Espera-se dele um julgamento de razão, implicando sua vida pessoal e o interesse geral. A pesquisa de avaliação é, por essa definição, a mais próxima do conceito de democracia representativa.

Alguns autores se dedicaram a falar sobre as pesquisas de opinião pública. O que descobrimos na revisão bibliográfica é que podemos dividir essas ponderações em dois grupos: os que acreditam que as sondagens são favoráveis à democracia, e os que defendem que elas deturpam o Estado democrático.

### **3.1 As duas abordagens sobre a pesquisa de opinião pública**

Desde seu surgimento como ferramenta de conhecimento, o papel das pesquisas de opinião pública no espaço democrático tem sido ora endeusado, ora demonizado (ECHEGARAY, 2011).

Nascidas junto com o otimismo do George Gallup (1940), para quem as pesquisas contribuíram para um governo mais democrático, eficiente e responsável, as pesquisas não demoraram em se confrontar com o cinismo inicial de Walter Lippman (1925) para quem o público estava ausente na elaboração de opiniões genuínas e com consequências políticas. Daí a dizer que as pesquisas poderiam estar sujeitas à manipulação pelas elites foi preciso pouco, levando a controvérsia adiante (ECHEGARAY, 2011, p.61).

Os argumentos que buscam o lado positivo das pesquisas seguem a ideia de que elas dão ao povo a chance de se expressar. Esses estudiosos defendem que as sondagens de opinião pública aproximam os interesses dos representados aos representantes e aumentam a qualidade da informação sobre a qual são tomadas decisões do governo. Echegaray (2001, p.62) pontua, ainda, que as pesquisas também podem conter “propriedades pedagógicas e

terapêuticas pelo fato de induzir um processo de auto-conhecimento e um aprendizado informado sobre noções e conceitos populares vitais”.

Um dos teóricos dessa linha de pensamento é Bolivar Lamounier (1992), que acredita que as sondagens de opinião pública contribuem efetivamente para o autoconhecimento da sociedade. Segundo o autor, é por meio delas que o cidadão se expressa sobre a agenda social corrente e reage às políticas governamentais que exercem impacto sobre sua vida.

Outros autores também enfatizam que as pesquisas obtêm a função de revelar os déficits e fraquezas que impedem a plena legitimação da democracia, e podem alertar as instituições sobre como corrigir os defeitos. Echegaray (2001) cita como exemplo Garretón *et al* (1993)<sup>26</sup>, o qual defende que os levantamentos têm potencial para ajudar a reduzir o número de erros no processo de tomada de decisões, enriquecendo-o com informações.

Fabián Echegaray trabalha com pesquisa de mercado e opinião pública na América Latina desde os anos 1990. Em um de seus projetos, o autor tratou de levantar as vezes em que as sondagens contribuíram para melhorar a qualidade da democracia, quando elas deslegitimaram opções não democráticas e, também, quando foram utilizadas contra a consolidação democrática. Para ilustrar, ele cita o que aconteceu na Argentina e Venezuela:

a ampla difusão pública dos resultados das pesquisas através da mídia foi essencial para o fracasso de várias tentativas de golpe. Mas é correto dizer que, em algumas oportunidades, também ocorreu o contrário: isto é, quando achados de estudos de opinião funcionaram como miragens para forças antidemocráticas, motivando-as a deslanchar rebeliões militares, disseminar a violência política na rua ou mobilizar campanhas favoráveis a causas autoritárias (ECHEGARAY, 2001, p.66).

Podemos dizer, portanto, que Echegaray é um entusiasta das virtudes das sondagens de opinião pública, mas reconhece que a utilização de seus resultados pode seguir rumos distintos daqueles esperados em um regime democrático. Exemplo disso, trazido pelo próprio autor, é o caso peruano. Em abril de 1992, o presidente Fujimori fechou todas as outras instituições republicanas, menos o Executivo, proclamando um “auto-golpe”. Sua justificativa era respaldada em pesquisas de opinião que revelaram a expectativa da população sobre essa atitude.

O artigo também traz exemplos de quando as pesquisas de opinião deslegitimaram opções não democráticas, porém, consideramos que o fato exposto pelo autor apresenta controvérsias. Ele explica que o governo do presidente Bush, dos Estados Unidos, se sentiu

<sup>26</sup> GARRETÓN, Manuel, LAGOS, Marta, and MENDEZ, Roberto. (1983) **Los chilenos y la democracia. La opinión pública**, 1991-1994. Informe 1991, Participa.

respaldado pela Opinião Pública quando sondagens feitas em TVs e jornais do país mostravam um apoio da população norte-americana a uma intervenção militar no Panamá, no princípio dos anos 1990. A ação dos EUA naquela nação tirou do poder o autoritário General Noriega<sup>27</sup>.

Contudo, Echegaray (2001) levanta dados das pesquisas da época que mostram que 23% dos entrevistados alegaram ter parentes mortos ou feridos durante a respectiva ação. Ele comenta, também, que o alto apoio da população nas sondagens desqualificou quem criticou a ação norte americana por motivos políticos. Essas observações colocam em xeque a ideia de que essas pesquisas contribuíram para ações democráticas, tendo em vista que a intervenção dos EUA no país ocorreu no período pós Guerra Fria.

Com a derrocada da União Soviética, os Estados Unidos, na condição de única superpotência, começaram a redesenhar suas estratégias geopolíticas pelo mundo. Segundo Santos (2006), a administração George Bush promoveu uma intervenção militar unilateral no Panamá e assegurou a instalação de um governo amigo dos EUA, em um momento de mudança administrativa do Canal do Panamá. Nesse contexto, não podemos ignorar o ponto de que as pesquisas de opinião pública não contribuíram para a instauração da democracia, mas para a remodelagem geopolítica a partir dos anseios de grupos poderosos.

Essa visão nos leva ao lado negativo das sondagens. Aqui, elas são acusadas de divulgar uma caricatura das preferências cidadãos “já que ignoram a verdadeira dinâmica de formação e mudança da opinião, minimizando as influências dos líderes, da mídia e dos grupos de interesse na construção de respostas por parte da população” (ECHEGARAY, 2001, p.62).

Tendo conhecimento dos argumentos apresentados no capítulo anterior que justificam a mudança estrutural da Esfera Pública habermasiana, concordamos com o posicionamento crítico em relação às sondagens de opinião. Ressaltamos que não discordamos dos autores que acreditam que as pesquisas podem contribuir para a democracia, mas, para que essa colaboração fosse efetiva, precisaríamos alcançar plenamente a Esfera Pública livre de constrangimentos de grupos poderosos com interesse na dominância da Opinião Pública.

Entre os pesquisadores com abordagem crítica às sondagens de opinião, encontramos Bourdieu (1981) e Charaudeau (2016). O primeiro afirma que o posicionamento expresso

---

<sup>27</sup> Manuel Antonio Noriega governou o Panamá de 1983 a 1989. Foi retirado do poder na chamada Operação Causa Justa, em 1989, organizada pelos Estados Unidos da América. Noriega foi condenado por narcotráfico e lavagem de dinheiro em um tribunal de Miami. Em junho de 2015, o ex-líder pediu perdão à população do Panamá: “Peço perdão a todas as pessoas que se sintam ofendidas, afetadas, prejudicadas ou humilhadas por minhas ações e as de meus superiores no cumprimento de ordens ou de meus subalternos, dentro do status de responsabilidade de meu Governo civil e militar” (MURILLO, 2015).

pelas pesquisas não é, de fato, a Opinião Pública. Por meio de três postulados, o autor questionará a forma como esses levantamentos são realizados para provar seu argumento. Charaudeau (2016), da mesma forma, negará que as sondagens reflitam a real Opinião Pública, porém, diferente de Bourdieu (1981), construirá sua argumentação com base em uma abordagem da análise de discurso. Nós tópicos a seguir, apresentaremos a forma como entendemos as pesquisas de opinião pública a partir das contribuições desses dois autores.

### **3.2 A Opinião Pública não existe**

A máxima “a opinião pública não existe” foi apresentada por Bourdieu (1981) em um discurso feito em Noroit (Arras), em janeiro de 1972. A intenção do teórico não era de desqualificar os conceitos que tentam definir a Opinião Pública, já que sua crítica não é à academia, mas aos meios que buscam avaliar a Opinião Pública. Por isso, esclarece:

eu quis dizer que a opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência. Disse que havia, por um lado, opiniões mobilizadas, opiniões constituídas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses; e, por outro lado, disposições, isto é, a opinião no estado implícito, que, por definição, não é opinião se com isso se compreende algo que pode ser formulado em discurso com uma certa pretensão à coerência. A definição de opinião que levei em conta é a definição que se realiza em estado implícito nas pesquisas de opinião. Não é minha opinião sobre a opinião. É simplesmente a explicação da definição de opinião que as pessoas que produzem sondagens de opinião realizam pedindo às pessoas para formularem opiniões ou para tomarem posição sobre opiniões formuladas (BOURDIEU, 1981, p.7).

Para explicar seu posicionamento, o autor parte do questionamento de três postulados impostos pelas pesquisas de opinião pública. O primeiro é o de que todo mundo pode ter uma opinião, ou que a opinião está ao alcance de todos. O segundo supõe que todas as opiniões se equivalem. E, por último, a premissa de que existe um consenso sobre os problemas da sociedade.

Ao questionar o primeiro postulado, o autor entende que pode estar ferindo um sentimento de democracia, mas não é essa sua intenção. Ele explica que a competência política para a elaboração de uma opinião não é universalmente disseminada, variando, a grosso modo, com o nível de instrução dos indivíduos. Os problemas de instrução envolvem

questões ligadas à educação, e também à atuação da mídia na fomentação de debates de interesse público.

Lippmann afirmava que, em uma democracia, existem duas classes de cidadãos: a especializada, minoria inteligente responsável por tomar decisões, e o “rebanho desorientado”, que tem como única função eleger indivíduos especializados para os representarem (CHOMSKY, 2013). Bourdieu (1981) não é tão extremista quanto Lippmann, mas também acredita que nem todos os sujeitos conseguem constituir questões como políticas, por conta do “ethos de classe”.

Ethos de classe é “um sistema de valores implícitos que as pessoas interiorizaram desde a infância e a partir do qual engendram respostas para problemas extremamente diferentes” (BOURDIEU, 1981, p.3). Por conta desses valores, algumas questões que são políticas passam a ser avaliadas como morais. Imaginemos a pergunta: “Você é a favor da legalização da maconha?”. Ela pode ser interpretada politicamente, com visão no fim do tráfico de drogas, na qualidade e na criação de impostos sobre o produto, e na elaboração de políticas públicas para ajudar o usuário. Entretanto, o indivíduo pode enxergar a questão somente como princípios e costumes. “Uma multidão de respostas consideradas como respostas políticas são, na realidade, produzidas a partir do ethos de classe” e concomitantemente “podem revestir uma significação totalmente distinta quando interpretadas no terreno político” (BOURDIEU, 1981, p.4).

Logo, é um erro as pesquisas de opinião pública considerarem todas as respostas como válidas, já que, muitas delas estão vazias de conhecimento sobre o assunto em pauta. Bourdieu (1981) argumenta que seria mais justo se as sondagens apresentassem em suas perguntas todas as opiniões já formuladas e válidas sobre as questões e deixar que o entrevistado escolhesse uma delas como preferida, não fugindo, dessa forma, da interpretação ideal.

A prova de que nem todos podem produzir uma opinião são as “não-respostas”. Na grande maioria das pesquisas, existe uma porcentagem, mesmo que pequena, de indivíduos que optaram por não responder à questão. Não afirmamos que o único motivo para não responder seja a ausência de um posicionamento sobre o assunto, mas assumimos que pode ser uma causa. Bourdieu (1981, p.2) alerta que, em situações de não-resposta, o instituto realizador da pesquisa pode optar por descartá-las, recalculando as porcentagens como se todos tivessem respondido a questão. “Eliminar as não-respostas é fazer o que se faz numa consulta eleitoral em que existem votos brancos ou nulos; é impor à pesquisa de opinião a filosofia implícita da pesquisa eleitoral”.

A compreensão sobre o “ethos de classe” já começa a extrapolar o questionamento do primeiro postulado e adentrar na discussão feita em torno do segundo, o de que as opiniões se equivalem. Os valores morais existentes nos diferentes públicos irão influenciar na opinião de seus indivíduos, assim como sexo, classe social, idade, nível de instrução e posições políticas e ideológicas.

A união de grupos diferentes na soma de respostas iguais acaba por reduzir uma diversidade a uma homogeneidade e criar uma opinião fictícia (CHARAUDEAU, 2016). Para compreender, basta imaginarmos uma sondagem que trate da aceitação de um partido de centro. Tanto os entrevistados com viés político de direita, quanto os da esquerda podem reprovar essa sigla, porém é um equívoco considerar as opiniões desses dois grupos como equivalentes.

Ao ignorar as divergências entre os públicos que podem optar por respostas iguais, sem levar em conta os motivos de cada um, os institutos de opinião pública vão contra o princípio do conceito de Opinião Pública: ela não é a vitoriosa entre a soma de opiniões diferentes.

Quando as pesquisas rejeitam que as relações entre opiniões são conflitos de força entre grupos, ignoram os movimentos de opinião. Principalmente em situações de crise, as pessoas estarão diante desses pontos de vista constituídos e sustentados por grupos, e precisarão escolher entre elas.

Em outras palavras, as pesquisas de opinião captam bastante bem a estrutura das opiniões num dado momento, em situação de equilíbrio, mas captam muito mal os estados virtuais da opinião e, mais exatamente, os movimentos da opinião; isto por captarem as opiniões numa situação que não é a real, segundo a qual as opiniões se constituem, e por apreenderem as opiniões e não as disposições duráveis das quais são o produto (...). A situação na qual se constitui a opinião, em particular nas situações de crise, é desse tipo; isto significa que as pessoas estão diante de opiniões constituídas, de opiniões sustentadas por grupos, opiniões entre as quais é preciso escolher porque é preciso escolher entre grupos. Este é o princípio do efeito de politização que a crise produz: é preciso escolher entre grupos que se definem politicamente e definir cada vez mais tomadas de posição em função de princípios explicitamente políticos (BOURDIEU, 1981, p.5).

Portanto, ignorar que as opiniões estão dentro de uma arena na Esfera Pública, e que os grupos em confronto estão medindo forças através de suas ideias, acaba por esvaziar o debate e limitar aos indivíduos a possibilidade de escolha entre os diferentes públicos.

Sobre o terceiro postulado, o autor lembra que, para reconhecer uma questão como um problema, é preciso fazer parte, estar inserido na problemática. Ou seja, ao receber uma

pergunta, o interrogado precisará escolher uma das respostas oferecidas para um tema que, até aquele momento, poderia não ter sido questionado por ele (CHARAUDEAU, 2016).

Bourdieu (1981, p.3) explica que “não existem problemas que se apresentem de igual modo para todos; não existem perguntas que não sejam reinterpretadas em função dos interesses ou dos não-interesses das pessoas para as quais são colocadas”. Em outras palavras, além de ser confrontado por um problema antes inexistente, por uma questão de reinterpretação, o entrevistado pode responder a um questionamento que, na verdade, não foi o proposto. Nesse caso, a resposta apenas registra um mal entendido.

Assim sendo, as sondagens de opinião apresentam problemas hipotéticos aos indivíduos, e oferecem respostas prontas para eles, não abrindo espaço para justificativas. Mais do que isso, impõem questões de alguns grupos a outros, e as “pessoas são interpeladas a respondê-las como se de fato fossem questões suas” (BOURDIEU, 2012, s/p).

Os três postulados questionados dizem respeito ao fato de as pesquisa considerarem todas as opiniões como válidas, ignorando as falhas na instrução dos indivíduos de nossa sociedade; O modo como elas tratam como equivalentes as opiniões, excluindo os diferentes posicionamentos dos grupos em confronto na Esfera Pública; E a imposição de problemas de alguns grupos a outros, como se todas as questões atingissem a todos da mesma forma. Todos esses equívocos resultam em uma Opinião Pública fictícia, formulada a partir da soma de pontos de vista, rejeitando os aspectos mais complexos do processo de formação da real Opinião Pública.

### **3.3 A pesquisa de opinião pública como discurso de manipulação**

Nas palavras de Charaudeau (2016, p.68):

A manipulação procederia de uma visada discursiva de incitação a agir: quando se está numa situação em que há a necessidade do outro para realizar um projeto, e não se tem autoridade sobre este outro para obrigá-lo a agir de um determinado modo, empregam-se estratégias de persuasão ou sedução que consistem em fazer com que o outro (indivíduo ou público) compartilhe de uma certa crença. Assim sendo, todo discurso que corresponda a uma visada de incitação seria manipulador.

Alguns estudiosos acreditam que a manipulação pode ser positiva. Aristóteles pensava que a manipulação fosse uma técnica para dizer o bem, o justo e o verdadeiro. Charaudeau

(2016) afirma que, para muitos autores, o fato de que todo discurso de persuasão seria manipulador acaba por anular o lado negativo. Ora, todos são manipuladores, mas poderiam instruir tanto para o melhor quanto para o pior.

Van Dijk (2008) entende a manipulação como uma forma de controle exercida por uma pessoa sobre outras. Ela ocorre contra a vontade e o interesse dos manipulados, e, portanto, é um ato negativo, já que transgride as normas sociais. Oliveira (2010) diz que a manipulação envolve abuso de poder, sendo uma dominação na qual a influência exercida pelo manipulador não é legítima. O locutor, no caso, age em prol de seus interesses próprios e contra os interesses dos manipulados.

Para entendermos as pesquisas de opinião pública como um discurso de manipulação é preciso ter em mente que elas são demandas de tipo particular. Em outras palavras, alguém ou alguma instituição com interesses privados está pagando pela sondagem.

Baquero (1995<sup>28</sup>, *apud* BARTH, 2007), analisando as pesquisas eleitorais, afirma que elas podem ter efeitos deletérios ou manipulativos sobre os eleitores e, para compreender esses reflexos, devemos nos perguntar quem apresenta os resultados e com quais interesses.

Da mesma forma, Barreto (1997<sup>29</sup>, *apud* BARTH, 2007, p.38) enxerga os poderes de manipulação das sondagens. Segundo o autor, “os mídia revestem as pesquisas eleitorais com um aparente invólucro de coisa certa e definitiva, fazendo o eleitor pensar que seu resultado é fator inalterável”.

A repetição de uma sequência de pesquisas que apontem uma mesma tendência acaba por influenciar os indivíduos que Barreto (1997, *apud* BARTH, 2007) chama de “maria-vai-com-as-outras”. Ou seja, é a aplicação da teoria da Espiral do Silêncio, em que pessoas que acreditam estar em posição de minoria acabarão se calando ou se adequando ao dito posicionamento da maioria.

Como diz o conceito de manipulação apresentado por Charaudeau (2016), as sondagens de opinião podem construir crenças e levar à ação. No caso das pesquisas eleitorais, influenciam indivíduos a votarem em alguém. Já nas pesquisas em geral, ajudam a formatar a Opinião Pública.

Definir as sondagens como discurso de manipulação significa dar foco à linguagem e às estratégias que visam criar um enquadramento de interpretação. Esses artifícios estão definidos tanto nos questionários quanto nos textos de divulgação dos resultados. Por regra

---

<sup>28</sup> BAQUERO, M. Opinião pública e pesquisas eleitorais. In: BAQUERO, M. (Org.). **Brasil – transição, eleições e opinião pública**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995. p. 79-92.

<sup>29</sup> BARRETTO, L. As pesquisas de opinião pública no processo eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 1997.

geral, os enunciados narrativos se constroem através de estratégias comunicativas e recorrem a operações linguísticas para realizar determinadas intenções e objetivos. Logo, nenhum discurso é ingênuo, nem mesmo uma pergunta (MOTTA, 2013).

Em um primeiro momento, entendemos que a maneira como uma pergunta é elaborada pode induzir a algumas respostas possíveis. Isso porque o interrogador quer saber alguma coisa com um determinado objetivo. Em outras palavras, fazer uma pergunta a alguém significa impor-lhe uma moldura de pensamento, e o entrevistado se sente obrigado a responder dentro dessa moldura (CHARAUDEAU, 2016).

As perguntas das sondagens de opinião têm uma característica em particular: elas não são um pedido de informação, e sim, visam estabelecer um certo estado das opiniões que se supõem comuns a um determinado grupo de pessoas. Elas são legitimadas pela justificativa de que existem em nome da democracia, para que se teste a Opinião Pública, ideia divergente do conceito do termo, que não se resume à soma de opiniões individuais (CHARAUDEAU, 2016).

Bourdieu (1981) questionou, em seu terceiro postulado, a imposição dos problemas através das perguntas realizadas pelos institutos de sondagem de opinião, mas, nesse momento, não nos limitamos às reinterpretações feitas pelos grupos não atingidos pelos assuntos em pauta. Mesmo os indivíduos envolvidos na questão podem conduzir suas respostas de acordo com o enquadramento oferecido pela pergunta. Portanto, aqui não falamos da observação espontânea do entrevistado, mas da interpretação conduzida pela própria empresa que realiza a pesquisa.

Igualmente estratégica é a forma de reprodução dessas pesquisas na mídia. Bourdieu (1981, p.2) afirma que a “opinião pública” manifestada nas páginas de jornais sob a forma de porcentagens é um artefato puro e simples, “cuja função é dissimular que o estado da opinião num certo momento é um sistema de forças, tensões”.

Sabe-se que as relações de força nunca se reduzem a relações de força: todo exercício da força é acompanhado por um discurso que visa legitimar a força de quem a exerce; pode-se mesmo dizer que é próprio de toda relação de forças dissimular-se como relação de força e de só ter toda sua força na medida que ela se dissimula como tal. Em suma, para falar simplesmente, o homem político é aquele que diz: "Deus está conosco". O equivalente de "Deus está conosco" é, hoje em dia, "a opinião pública está conosco". O efeito fundamental da pesquisa de opinião é o seguinte: a ideia de que existe uma opinião pública unânime é constituída para legitimar uma política e reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível (BOURDIEU, 1981, p.2).

Entendemos, então, que as pesquisas de opinião pública são discursos de manipulação, a partir do momento que se camuflam de Opinião Pública para divulgar os posicionamentos daqueles que as encomendam, sendo eles, em grande parte, meios de comunicação. Nesse sentido, as sondagens contribuem para disseminar o ponto de vista dito dominante e contribuir para a fomentação de uma Opinião Pública que vá de acordo com os interesses midiáticos e daqueles grupos que compartilham os mesmos posicionamentos.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Compreender os enquadramentos propostos pelas pesquisas de opinião pública, ajuda a revelar de que forma elas foram articuladas como discursos de manipulação. A maneira que é construída a narrativa dessas sondagens dirige o leitor a uma interpretação daquilo que é dito Opinião Pública pela mídia.

Para avançar com a descoberta sobre o enquadramento nesse tipo de objeto, buscaremos auxílio na Análise do Discurso (AD). Para Gregolin (2007, p.13), “a articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos”.

São muitos os autores que sugerem técnicas dentro da AD, mas para este trabalho utilizaremos a narratologia descrita por Motta (2013), e a noção de fórmulas, apresentada por Krieg-Planque (2010). A composição entre Enquadramento, Narratologia e Fórmulas formam a triangulação metodológica<sup>30</sup> planejada para a análise.

### 4.1 Corpus analítico

Selecionamos, para esse procedimento, as pesquisas do instituto Datafolha que, além de pertencer ao Grupo Folha, é um dos institutos mais consagrados do país, fonte para os mais diversos meios de comunicação. O jornal Folha de S. Paulo, também desse grupo, ocupa o terceiro lugar no *ranking* brasileiro de circulação, em meio impresso, e primeiro lugar no meio digital, segundo os dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ), referente ao ano de 2015. Importante ressaltar que este grupo demonstrou tomar partido na questão do impeachment, o que pode ser verificado no editorial publicado em abril de 2016, intitulado “Nem Dilma nem Temer”, apoiando a ideia de renúncia de Dilma, já que, de acordo com o jornal, “A presidente (...) perdeu as condições de governar o país” (FOLHA, 2016a).

O Instituto Datafolha foi criado em 1983, como departamento de pesquisas e informática do Grupo Folha da Manhã. Segundo o site do próprio instituto, tinha como

---

<sup>30</sup> Denzin e Lincoln (2005, *apud* APPELLINI; FEUERSSCHÜTTE, 2015) definem a triangulação como uma combinação de três metodologias diferentes para analisar um mesmo fenômeno. Os autores acreditam que, ao utilizar múltiplos métodos de pesquisa, é assegurada uma compreensão mais profunda sobre o objeto.

objetivo “oferecer conteúdo e servir como ferramenta de planejamento para o jornal Folha de S. Paulo e outros veículos e serviços da empresa”.

O Datafolha foi o terceiro instituto de sondagem de opinião a ganhar peso no Brasil, se destacando no processo das eleições diretas para presidente da República, em 1989. De acordo com Biroli, Miguel e Mota (2011), o instituto marcou diferença em relação aos dois concorrentes (IBOPE e Instituto Gallup) não aceitando pesquisas contratadas por partidos políticos e por apoiar-se na credibilidade do jornal do mesmo grupo. Além disso, foi o primeiro a utilizar o método de ponto de fluxo, que é um tipo de consulta feita em locais de passagem de público alvo da pesquisa, como as praças públicas, por exemplo. Os demais institutos, ainda hoje, recorrem às visitas em domicílio.

No início da década de 1990, o Datafolha alcançou a marca de mil pesquisas realizadas e se tornou uma “empresa independente”, conforme publicado em seu portal. Mas vale frisar que ele nunca deixou de pertencer ao Grupo Folha. Sua independência significa que passou a atender clientes externos, como bancos, supermercados, agências de comunicação, etc., como indica a página online da Folha<sup>31</sup>. Nesse mesmo sítio, são listados como principais serviços prestados pelo instituto as pesquisas de opinião pública, que servem aos veículos de comunicação, as pesquisas de mercado, pesquisas de opinião para anunciantes e veículos de comunicação, estudo de imagem de empresas, avaliação de satisfação, avaliação de programas de TV, levantamentos estatísticos, entre outros.

As sondagens de opinião destacadas para compor o corpus analítico são as 14 consultas encontradas na aba denominada “Dilma Rousseff”, veiculadas entre a reeleição da presidenta, em outubro de 2014, e sua deposição, em agosto de 2016. São elas:

**Tabela 2 – Sondagens de opinião em análise**

<b>Título</b>	<b>Data</b>
“Responsabilizada por Petrobras pela maioria, Dilma tem avaliação estável”	08/12/2014
“Aprovação a governo Dilma Rousseff cai, e reprovação a petista dispara”	09/02/2015
“47% foram à Avenida Paulista em 15 de março protestar contra a corrupção”	17/03/2015
“Reprovação ao governo Dilma atinge 62% e é mais alta desde Collor”	18/03/2015
“Reprovação a Dilma para de subir, mas maioria ainda rejeita seu governo”	13/04/2015
“Por Lava Jato, maioria quer abertura de processo contra Dilma Rousseff”	13/04/2015
“100 mil foram à Paulista em 12 de abril; 77% defendem impeachment”	13/04/2015
“Recorde, rejeição a Dilma atinge 65%”	22/06/2015
“Maioria agora apoia fim da reeleição”	23/06/2015
“Recorde, reprovação a Dilma supera pior momento de Collor”	06/08/2015

<sup>31</sup> FOLHA DE S. PAULO. **Conheça o Datafolha**. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca\\_o\\_datafolha.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_datafolha.shtml)>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

“Corrupção lidera pela primeira vez pauta de problemas do país”	30/11/2015
“64% reprovam governo Dilma”	29/02/2016
“Reprovação à gestão Dilma recua e volta a nível pré-manifestação”	11/04/2016
“Governo Temer é aprovado por 14%”	18/07/2016

Fonte: elaboração nossa

Cada uma dessas pesquisas vem acompanhada de um relatório, divulgado pelo Datafolha, com informações sobre seus procedimentos metodológicos – como o perfil dos entrevistados, as perguntas realizadas (APÊNDICE A) e a descrição detalhada dos indivíduos que escolheram cada uma das opções de respostas. Esses relatórios também compõem o corpus analítico.

## 4.2 Esquema de análise

Motta (2013) sugere sete movimentos para a realização da análise pragmática da narrativa, ou narratologia, e esses procedimentos estarão focados nas três instâncias expressivas das narrativas definidas pelo autor:

1. Plano da expressão (linguagem ou discurso): “É o plano da linguagem, o plano de superfície do texto, através do qual o enunciado narrativo é construído pelo narrador (seja a linguagem visual, sonora, verbal, gestual, multimodal, etc.)” (MOTTA, 2013, p.136). É nesse plano que podemos identificar os usos estratégicos da linguagem para produzir efeitos de sentido, como medo, riso, comoção. Isso porque, segundo o autor, cada uma dessas linguagens é facilmente utilizada como recurso estratégico a fim de imprimir efeitos dramáticos. Por exemplo, uma reportagem televisiva utiliza as imagens para gerar determinados sentimentos nos telespectadores. Aqui, portanto, as intencionalidades e estratégicas discursivas do narrador podem ser reveladas.

2. Plano da estória (ou conteúdo): “É o plano virtual da significação, em que uma realidade referente é evocada pelo texto narrativo através de sequências de ações cronológicas e causais desempenhadas por personagens, estruturando uma intriga” (MOTTA, 2013, p.137). Portanto, esse plano focará no enredo da narrativa: as intencionalidades por trás do encadeamento de acontecimentos, das unidades nucleares e suas funcionalidades na história, das ações individuais.

3. Plano da metanarrativa (tema de fundo): “Plano em que temas ou motivos de fundo ético ou moral integram as ações da estória em uma estrutura compositiva cultural pré-textual, de caráter antropológico” (MOTTA, 2013, p.138). É nesse plano que o autor enfatiza o que

remarca não poder ser ignorado: a sociedade e o contexto cultural em que a narrativa está inserida. Por isso, destacaremos a narrativa como uma espécie de fábula, que ao fim produz um efeito moral, que vai variar de acordo com os costumes dos interlocutores dessa estória.

Os seis movimentos que serão listados a seguir perpassarão pela análise desses três planos da narrativa e auxiliarão na identificação do enquadramento imposto pelo Datafolha em suas sondagens. Eles resultam de adaptações dos sete movimentos propostos por Motta (2013) e essas mudanças foram necessárias devido às particularidades das pesquisas de opinião pública, que não foram contempladas no trabalho de referência.

#### 4.2.1 Primeiro movimento: elaboração do resumo-síntese

Neste primeiro passo, o autor explica a importância de compreender a força aglutinadora da intriga na expressão narrativa. Para ele, o analista deve ser capaz de colocar compreensivamente junto o que estava separado, resgatando o enredo geral da narrativa. Para isso, é recomendado ler e reler quantas vezes for possível as estórias, para identificar todas as intrigas, os pontos de virada, as divisões dos episódios e as ligações entre eles, os conflitos principais e secundários, os personagens protagonistas e antagonistas. Compreendido esse processo, o analista deve produzir um resumo-síntese da estória, “uma espécie de sinopse do enredo, destacando os pontos de virada, episódios, conflitos, papéis de cada personagem e tudo que parece relevante na configuração da intriga” (MOTTA, 2013, p.145).

**Tabela 3 – Primeiro movimento de análise**

<b>1º movimento: elaboração do resumo-síntese</b>	
O que será feito?	Construir uma narrativa geral da estória contada, possibilitando identificar a trama, enredo, personagens e ações. Para isso, utiliza-se o corpus analítico e notícias veiculadas pela Folha de S. Paulo, no período de realização das sondagens.

Fonte: elaboração nossa

O procedimento original diz que a elaboração do resumo-síntese deve ser focada no objeto analisado, mas sentimos a necessidade de ir além. As pesquisas de opinião pública são realizadas com base em assuntos que estão sendo debatidos na sociedade, e tanto as

perguntas, como as respostas, são construídas a partir de demandas ditas de interesse público, portanto, que estão em circulação na mídia. Estão agendadas.

Entendemos que centrar a análise somente nas pesquisas de opinião seria deixar de fora parte de uma narrativa participante no processo de elaboração do corpus analítico. Portanto, para compor o resumo-síntese, não utilizamos apenas as narrativas das pesquisas de opinião pública, mas contextualizamos o objeto de acordo com as notícias veiculadas nos dias de sua publicação. Assim, para cada uma das pesquisas de opinião pública analisadas, coletamos as notícias políticas de dois dias anteriores e do dia de veiculação das pesquisas. Por exemplo, para uma pesquisa de opinião pública divulgada no dia 11 de outubro, verificamos as notícias dos dias 9, 10 e 11 do mesmo mês. O veículo de comunicação escolhido foi o jornal impresso e online da Folha de S. Paulo.

Para enriquecer a contextualização, recorremos ao livro de Rodrigo de Almeida (2016), que foi publicado após a saída de Dilma da presidência, narrando os bastidores da crise política que a derrubou. O autor acompanhou de perto o processo de impeachment, pois era secretário de imprensa da presidenta eleita.

Alertamos que essa contextualização não aumenta o corpus analítico, que continua se limitando às 14 pesquisas de opinião pública realizadas pelo Datafolha, no período em análise, e seus respectivos relatórios. As notícias acrescentadas na elaboração do resumo-síntese servem única – e necessariamente – para não ignorarmos em nossas constatações a situação da sociedade, no momento em que as sondagens foram elaboradas. Entendemos que, dessa forma, cumpriremos o exercício de não olharmos as narrativas isoladas da conjuntura em que se encontram.

#### 4.2.2 Segundo movimento: encadeamento e episódios omitidos

**Tabela 4 – Segundo movimento de análise**

<b>2º movimento: encadeamento e episódios omitidos</b>	
O que será feito?	Compreenderemos o encadeamento escolhido pelo Datafolha para narrar a crise política que derrubou Dilma da presidência. Em comparação com o resumo-síntese, conseguiremos identificar fatos omitidos pelo instituto, que comprometem uma compreensão do enredo geral dos acontecimentos nacionais.

Fonte: elaboração nossa

A sugestão original de Motta (2013) é que houvesse um procedimento para compreender o encadeamento da narrativa e, em seguida, outro para deixar surgir novos episódios que não estavam presentes na estória.

Optamos por unir os dois movimentos após observar, em uma pré-análise, que o encadeamento escolhido pelo Datafolha, como uma forma de enquadramento, deixa de lado alguns acontecimentos políticos extremamente importantes para a compreensão geral da crise política que assolou o país<sup>32</sup>. De certa forma, o encadeamento escolhido pelo narrador já é uma forma de omitir episódios relevantes para a narrativa por completo e essas omissões só puderam ser encontradas por meio da contextualização realizada para o resumo-síntese.

A sugestão nesse ponto da análise é compreender de que forma o narrador encadeou os acontecimentos, com a finalidade de gerar efeitos de sentido. Ou seja, de que forma foram articuladas as ações, surpresas, tensões, clímax, e outros quesitos da ordem narrativa, como começo, meio e fim, objetivando uma resposta emocional do interlocutor. Portanto, é possível perceber que a própria omissão de fatos delinea o encadeamento da estória, visando criar uma narrativa paralela ao contexto geral.

#### 4.2.3 Terceiro movimento: identificação do conflito dramático

**Tabela 5 – Terceiro movimento de análise**

<b>3º movimento: identificar o conflito dramático</b>	
O que será feito?	Encontraremos o conflito que perpassa toda a narrativa. Esse conflito funciona como um enquadramento que guiará o olhar do público sobre os personagens e suas ações.

Fonte: elaboração nossa

Aqui, o analista precisa permitir ao conflito dramático se revelar. O autor explica que, depois de compreender o enredo da história, o fio que liga os episódios, o pesquisador deve identificar o conflito ou os conflitos existentes e “assim, ele (...) poderá ir deduzindo as artimanhas e estratégias discursivos consciente ou inconscientemente utilizados na comunicação narrativa” (MOTTA, 2013, p.166). Ele explica que, em qualquer gênero, é o conflito que estimula os processos cognitivos.

<sup>32</sup> Por isso, ao final da descrição do processo metodológico, teremos seis movimentos, e não sete.

O autor também acrescenta que, na narrativa, o conflito político é estrategicamente utilizado pelo narrador, funcionando como um *frame* ou enquadramento que se apropria da realidade e o relata de determinada maneira. Diante disso, é importante identificar nesse conflito quem é posto em lados antagônicos, ou seja, quem são os heróis e quem são os vilões.

Nesse movimento, entendemos importante dirigir a atenção apenas ao corpus analítico, deixando de lado a contextualização realizada no primeiro passo da análise. Dessa forma, além de identificar o conflito dramático construído pelo Datafolha, poderemos comparar com a narrativa maior que rodeia as pesquisas de opinião pública.

#### 4.2.4 Quarto movimento: identificação dos personagens

Os personagens são elementos-chave em qualquer narrativa, pois, para Motta (2013), são eles que exercem as funções e compõem os conflitos e intrigas. Por isso, devemos compreender como esses personagens são descritos, suas características, ou seja, suas representações.

Nem sempre os personagens são identificados explicitamente como heróis ou vilões, porém, o modo como são representados na narrativa pode definir o “papel” que desempenham na composição. Por isso, é importante observar se suas ações condizem com o que é aceito moralmente na cultura em questão.

**Tabela 6 – Quarto movimento de análise**

<b>4º movimento: identificar os personagens</b>	
O que será feito?	Identificaremos os personagens primários na narrativa, a fim de verificar o modo como são representados. A maneira como um personagem é caracterizado pelo narrador colaborará para interpretação do leitor sobre aquele elemento.

Fonte: elaboração nossa

Como em nosso corpus analítico os personagens são pessoas reais, é preciso ter um cuidado dobrado. Primeiro porque temos que compreender que todas as narrativas, mesmo as fáticas, trabalham com personagens, isto é, “figuras fabricadas pelo discurso”. Isso significa que devemos ter em mente, que a figura representada na estória não é a real, mas apenas uma representação.

Como personagens do discurso, elas representam pessoas, mas não são pessoas, são representações de pessoas. (...) Como nenhuma história pode ser contada na íntegra, o discurso não traduz a realidade, conta a realidade, uma versão da realidade, e os sujeitos do relato são sujeitos do discurso. (Motta 2013, p.190-191)

Desse modo, os personagens foram definidos de acordo com a narrativa. Por exemplo: a personagem Dilma Rousseff foi analisada de acordo como é representada pelo Datafolha em suas pesquisas de opinião pública e, por isso, as impressões pessoais sobre a presidenta eleita precisaram ser deixadas de lado, para que não houvesse alterações nos resultados desta pesquisa.

#### 4.2.5 Quinto movimento: Identificação de estratégias argumentativas

Para Motta (2013, p.196) “quem narra tem sempre algum propósito: nenhuma narrativa é ingênua, neutra, imparcial; toda narrativa é argumentativa. Quer atrair, seduzir, envolver, convencer, provocar efeitos de sentido”. Justamente por esse motivo, estudar qualquer narrativa requer descobrir o uso intencional de recursos linguísticos e extralinguísticos pelo narrador.

**Tabela 7 – Quinto movimento de análise**

<b>5º movimento: identificar as estratégias argumentativas</b>	
O que será feito?	Identificaremos as estratégias no discurso que definem um enquadramento para o público. Entre essas estratégias, buscaremos as fórmulas utilizadas pelo Datafolha que colaboram para a orientar uma visão sobre os fatos narrados.

Fonte: elaboração nossa

Acrescentamos aos procedimentos inspirados em Motta, a noção de fórmula, apresentada por Alice Krieg-Planke (2010). Por fórmula, a autora designa “um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir” (2010, p.9).

Krieg-Planque (2010, p.110) mostra diferentes acepções do termo fórmula, e dentre elas escolhemos a significação jornalística, quer seja a de “um enunciado conciso, supostamente gerador de efeitos, frequentemente pronunciado com fins provocativos ou polêmicos, talvez demagógicos, e fácil de ser memorizado, portanto reproduzido, citado”.

Existem quatro propriedades que definem um termo como fórmula: ela precisa ter um caráter cristalizado, se inscrever em uma dimensão discursiva, funcionar como um referente social e comportar um aspecto polêmico.

Dizer que ela deve ter um caráter cristalizado, significa que ela deve ser sustentada por uma forma significante, relativamente estável. Em outras palavras, a fórmula deve ter um significado padrão, de modo que facilite ao pesquisador rastreá-la em determinados momentos.

A segunda propriedade trata do caráter discursivo da fórmula. Em vista disso, precisamos entender que a noção de fórmula não tem um caráter linguístico, mas um caráter discursivo, como explica a própria autora. Isso significa que nenhuma forma está “pré-programada” para se tornar uma fórmula, e nenhuma está excluída dessa possibilidade. O que determinará isso é seu uso.

Assim, o analista não deve procurar uma forma nova, mas buscar o uso particular de determinado termo, por meio do qual ele passa a representar um movimento, um jogo de posições, e deixa de funcionar de seu modo “normal” (KRIEG-PLANQUE, 2010).

Em seguida, a autora fala sobre a fórmula funcionar como um referente social e explica que esse caráter traduz o aspecto dominante da fórmula num dado momento e num dado espaço. Significa que nesse momento e nesse espaço, a fórmula evoca uma coisa para todos. “A ‘notoriedade’ do signo (...) é, assim, uma condição necessária para a existência ‘formulaica’ desse signo” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.92).

Por último, deve comportar um aspecto polêmico, pois, se essa fórmula é entendida por todos, em um determinado espaço, num determinado momento, haverá polêmica. Isso porque ela circulará em uma mesma “arena”, como diz a autora. As questões que as fórmulas carregam são, para Krieg-Planque, de naturezas variadas, e igualmente variadas são as formas dos locutores e interlocutores responderem a essas questões. Nesse debate, cada grupo tentará impor seus próprios significados ao termo “formulaico”.

Nesse movimento da análise, encontraremos as fórmulas utilizadas pelo Datafolha em suas narrativas e buscaremos compreender de que maneira esses termos ajudaram a dirigir a interpretação do interlocutor.

#### 4.2.6 Sexto movimento: Identificar a metanarrativa

Este movimento auxilia na identificação dos efeitos morais que a narrativa propõe à sociedade e à cultura em que está inserida. Para isso, precisa entender o que, para esses interlocutores, é transgressão e o que na estória trata-se de questão moral.

**Tabela 8 – Sexto movimento de análise**

<b>6º movimento: aflorar a metanarrativa</b>	
O que será feito?	Compreender quais pontos da narrativa do Datafolha carregam em si elementos que, em nossa sociedade, qualificam transgressões morais. Essas transgressões, quando agendadas e associadas ao governo, desqualificam o Estado e suas ações.

Fonte: elaboração nossa

Não trataremos esse procedimento em um tópico específico, pois entendemos que ele pode ser avaliado em diversos momentos da análise e, por isso, em cada um dos tópicos possíveis, apresentaremos os efeitos morais nas escolhas do narrador.

## 5 RESULTADOS DA ANÁLISE

Esse capítulo apresenta os resultados da análise. Como explicado no procedimento metodológico, percorremos seis movimentos de pesquisa, averiguando, em cada passo específico, de que modo a narrativa do Datafolha impõe um enquadramento que dirige o público à formação de uma opinião preestabelecida.

### 5.1 O resumo-síntese

A elaboração do resumo-síntese (APÊNDICE B) foi primordial para a compreensão do contexto geral da crise política que assolou o país nos últimos anos. A inclusão de notícias e observações fornecidas por Almeida (2016) forneceu diversos personagens, conflitos e pontos de clímax – ou de virada – na estória.

**Tabela 9 – Resultados do primeiro movimento**

<b>1º movimento: elaboração do resumo-síntese</b>
<b>Conflitos identificados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Operação Lava Jato como principal adversária do governo;</li> <li>- O governo (PT) em conflito com o PMDB, seu partido inicialmente aliado;</li> <li>- Eduardo Cunha (PMDB), presidente da Câmara, como principal adversário do governo (PT);</li> <li>- Partidos de oposição, como PSDB e DEM, em ação com alguns parlamentares do PMDB, em forte campanha contra Dilma Rousseff;</li> <li>- Disputa dentro da sociedade, aparentemente dividida entre eleitores de Dilma versus eleitores de oposição;</li> <li>- Eleitores de oposição em forte campanha contra a presidenta eleita.</li> </ul>
<b>Personagens primários</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dilma Rousseff;</li> <li>- Michel Temer;</li> <li>- Eduardo Cunha;</li> <li>- Aécio Neves;</li> <li>- Luiz Inácio Lula da Silva;</li> <li>- Eleitores pró-Dilma;</li> <li>- Eleitores de oposição;</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Operação Lava Jato;</li> <li>- Movimentos de oposição (MBL e Vem pra Rua)</li> <li>- Partido dos Trabalhadores (PT)</li> <li>- Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)</li> <li>- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)</li> <li>- Democratas (DEM)</li> </ul>
<b>Pontos relevantes na narrativa</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reeleição de Dilma Rousseff, em outubro de 2014;</li> <li>- Movimento de oposição exigindo recontagem de votos, desqualificando a vitória do PT;</li> <li>- Manifestações de rua em oposição ao governo;</li> <li>- Manifestações de rua a favor do governo;</li> <li>- Prisões de parlamentares do PT e PMDB por conta das investigações da Operação Lava Jato;</li> <li>- Rompimento de Eduardo Cunha com o governo (PT);</li> <li>- Abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff;</li> <li>- Envio da carta de Michel Temer para Dilma desabafando sobre seu descontentamento com a aliança entre presidente e vice-presidente;</li> <li>- Nomeação de Lula para a Casa Civil;</li> <li>- Saída do PMDB do governo;</li> <li>- Afastamento de Dilma do cargo da presidência;</li> <li>- Efetivação do impeachment.</li> </ul>

Fonte: elaboração nossa

No resumo-síntese (uma narrativa mais abrangente dos acontecimentos políticos que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff), identificamos, pelo menos, seis conflitos centrais, treze personagens e doze grandes acontecimentos que contribuíram para a intensificação do desequilíbrio governamental.

Na elaboração da sinopse sugerida no primeiro movimento de análise, interpretamos que o impedimento do exercício do mandato da presidenta veio como consequência de uma oposição empenhada em desqualificar seu governo, somada às estratégias parlamentares e rompimentos de partidos aliados, que impossibilitaram que Dilma Rousseff praticasse de forma plena suas funções. Aliado a esses fatos, as denúncias da Operação Lava Jato atingiram a chefe do Executivo, mesmo que ela não estivesse, de fato, em investigação. A protocolização do pedido de impeachment, baseado nos crimes de responsabilidade fiscal (as pedaladas), acaba por se perder em meio a outros motivos que já desestabilizavam a presidência.

## 5.2 Encadeamento e episódios omitidos

Observamos, aqui, o encadeamento proposto pelo Datafolha, independente da contextualização feita no primeiro procedimento. Dessa forma, foi possível compreender como o instituto enquadró a crise política e quais episódios foram omitidos de sua narrativa.

**Tabela 10 – Resultados do segundo movimento**

<b>2º movimento: encadeamento e episódios omitidos</b>	
<b>Encadeamento sugerido pelo Datafolha</b>	A presidenta eleita segue em constante queda por conta de seu envolvimento com os escândalos revelados com as investigações da Operação Lava Jato. Sua crescente desqualificação frente ao povo brasileiro contribuiu para a abertura de um processo de impeachment, que resultou na queda de Dilma do poder.
<b>Episódios omitidos</b>	O Datafolha focou apenas nos conflitos “Dilma x Operação Lava Jato” e “Dilma x Povo Brasileiro”. Portanto, ignorou as intrigas entre governo e oposição, os atos de Eduardo Cunha enquanto presidente da Câmara, e a divergência dentro da própria sociedade, que não se manifestava em unanimidade contra Dilma Rousseff.

Fonte: elaboração nossa

Comparando os resultados do segundo movimento com os apresentados na Tabela 9, notamos uma grande diferença de enredo. O encadeamento sugerido pelo Datafolha propõe que a presidenta segue em depreciação por conta de seus envolvimento nos esquemas de corrupção descobertos pela Operação Lava Jato.

Observando a Tabela 2 (ver página 61), que apresenta todas as manchetes<sup>33</sup> das pesquisas de opinião pública do corpus analítico, esse encadeamento fica óbvio. A princípio,

<sup>33</sup> Podemos montar o encadeamento da narrativa somente com as manchetes. Isso porque, segundo uma pesquisa realizada pela empresa de assessoria Outsell, em 2010, quase metade dos internautas, 44%, só leem o título das matérias. Portanto, entendemos que, muitas vezes, o que vem na manchete será a única compreensão dos acontecimentos por parte dos leitores (R7, 2010).

após sua reeleição, Dilma tem sua avaliação estável, porém, os entrevistados a responsabilizam pela corrupção na Petrobrás. Em sequência, sua reprovação vai crescendo, ao mesmo tempo em que manifestações de rua, contrárias ao governo, ganham peso.

Em nenhum momento das pesquisas, o motivo real que levou à abertura do processo de impeachment foi levado em conta. O desejo da população pelo afastamento da presidenta tem como base a corrupção e as descobertas da Operação Lava Jato, como ressaltam as manchetes do dia 17 de março de 2015: “47% foram à Avenida Paulista em 15 de março protestar contra a corrupção”; 13 de abril de 2015: “Por Lava Jato, maioria quer abertura de processo contra Dilma Rousseff” e 30 de novembro do mesmo ano: “Corrupção lidera pela primeira vez pauta de problemas do país”.

Dessa forma, o enquadramento escolhido pelo Datafolha exime a responsabilidade de terceiros do processo de fragilidade política, centralizando o desequilíbrio somente na presidenta e em suas atitudes. O *framing* guia o leitor a interpretar toda a situação narrada, a partir das transgressões morais de Dilma, marcando a metanarrativa da estória: as intrigas do campo político dão espaço para os julgamentos dos crimes de desvio de verba e pagamento de propinas, atribuídos à chefe do Executivo.

### 5.3 O conflito dramático

Normalmente, quando se trata de política, o conflito gira em torno de objetivos e percepções antagônicas. No caso, candidato A, ou partido A, tem como adversário o candidato B, ou partido B, porque têm projetos políticos com diferentes visões (MOTTA, 2013). Porém, ao analisarmos as pesquisas de opinião pública do Datafolha, observamos que o conflito em questão gira em torno de condutas, ou seja, no que os políticos fazem, e não no que objetivam em um plano de governo.

Foram identificados dois conflitos principais que regem a narrativa, número muito inferior ao estabelecido pelo resumo-síntese, o qual incluiu a contextualização dos fatos que compunham a crise política.

**Tabela 11 – Resultados do terceiro movimento**

<b>3º movimento: identificar o conflito dramático</b>	
<b>Conflitos identificados no resumo-síntese</b>	<b>Conflitos identificados na narrativa do Datafolha</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Operação Lava Jato como principal adversária do governo;</li> <li>- O governo (PT) em conflito com o PMDB, seu partido inicialmente aliado;</li> <li>- Eduardo Cunha (PMDB), presidente da Câmara, como principal adversário do governo (PT);</li> <li>- Partidos de oposição, como PSDB e DEM, em ação com alguns parlamentares do PMDB, em forte campanha contra Dilma Rousseff;</li> <li>- Disputa dentro da sociedade, aparentemente dividida entre eleitores de Dilma x eleitores de oposição;</li> <li>- Eleitores de oposição em forte campanha contra a presidenta eleita.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dilma Rousseff x Povo Brasileiro</li> <li>- Dilma Rousseff x Operação Lava Jato</li> </ul>

Fonte: elaboração nossa

O conflito preponderante na narrativa é o de “Dilma x Povo Brasileiro” e, paralelamente, em segundo plano temos “Dilma x Operação Lava Jato”. O segundo conflito serve para justificar e abastecer o primeiro.

É importante atentarmos que o conflito serve, para o narrador, como um enquadramento e é ele que vai guiar os olhos dos interlocutores para a interpretação da história (MOTTA, 2013). Nesse caso, os dois conflitos presentes são desfavoráveis à presidenta, quando temos que o primeiro a coloca como principal adversária do povo, e o segundo a qualifica como transgressora das normas consagradas para um bom funcionamento do Estado.

Qualquer intriga que poderia colocar Dilma como possível vítima de conspiração, ou alvo de parlamentares oportunistas e estrategistas, ou sequer capaz de recuperar as rédeas da situação, não compõem a narrativa proposta pelo Datafolha, reduzindo o campo de visão à moldura do enquadramento imposto pela narrativa.

## 5.4 Os personagens

Identificamos três personagens de maior relevância nas pesquisas de opinião pública do Datafolha analisadas: Dilma Rousseff, “povo brasileiro” e Operação Lava Jato. São esses os personagens que conduzem a trama e centralizam o conflito dramático da narrativa. Como personagens secundários temos Michel Temer e Congresso Nacional. Esses dois últimos não são postos dentro do conflito e por isso não nos dedicaremos a eles.

Em comparação com o número de personagens presentes no resumo-síntese, a narrativa do Datafolha reduz seu quadro de atores em grande proporção.

**Tabela 12 – Resultados do quarto movimento**

<b>4º movimento: identificar os personagens</b>	
<b>Personagens no resumo-síntese</b>	<b>Personagens na narrativa do Datafolha</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dilma Rousseff;</li> <li>- Michel Temer;</li> <li>- Eduardo Cunha;</li> <li>- Aécio Neves;</li> <li>- Luiz Inácio Lula da Silva;</li> <li>- Eleitores pró-Dilma;</li> <li>- Eleitores de oposição;</li> <li>- Operação Lava Jato;</li> <li>- Movimentos de oposição (MBL e Vem pra Rua)</li> <li>- Partido dos Trabalhadores (PT)</li> <li>- Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)</li> <li>- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)</li> <li>- Democratas (DEM)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dilma Rousseff</li> <li>- Povo Brasileiro</li> <li>- Operação Lava Jato</li> </ul>

Fonte: elaboração nossa

Uma observação importante é que, além de reduzir o número de personagens na narrativa, o Datafolha une os “eleitores pró-Dilma” e “eleitores de oposição” em uma única categoria: o Povo Brasileiro. Desse modo, descarta os diferentes públicos existentes na Esfera

Pública e considera como Opinião Pública aquela vencedora em número de votos, atitude equivocada, conforme já demonstrado, por Bourdieu (1981) e Charaudeau (2016).

A Tabela 13 apresenta as principais características que definem como é representado cada um dos personagens presentes na narrativa em análise.

**Tabela 13 – Personagens da narrativa do Datafolha**

<b>4º movimento: identificar os personagens</b>	
<b>Personagens primários</b>	<b>Representação</b>
Dilma Rousseff	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vilã</li> <li>- Principal adversária do Povo Brasileiro</li> <li>- Corrupta</li> <li>- Desonesta</li> <li>- Incapaz</li> </ul>
Povo Brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Vítima</li> <li>- Indignado com a corrupção</li> <li>- Contrário ao governo Dilma</li> </ul>
Operação Lava Jato	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Heroína do Povo Brasileiro</li> <li>- Delatora de Dilma Rousseff</li> </ul>

Fonte: elaboração nossa

### **Dilma Rousseff**

Dilma é apresentada como uma presidenta em declínio. Na primeira pesquisa após sua reeleição, já é colocada em oposição ao “povo brasileiro”, pois é responsabilizada por ele pelos escândalos de corrupção na Petrobras. O texto que divulga a pesquisa, publicado em 8 de dezembro de 2014, aponta que,

A maioria dos brasileiros (68%) avalia que a presidente Dilma Rousseff tem alguma responsabilidade no caso de corrupção em negócios da Petrobras. Para 20%, ela não tem responsabilidade e 12% não souberam responder (DATAFOLHA, 2014b).

Apesar de apontada pelos entrevistados como a presidenta que mais investigou e puniu corruptos em seus mandatos, seu governo também é considerado o mais corrupto da história, conforme apresenta a pesquisa do dia 29 de fevereiro de 2016:

Considerando todos os governos desde o liderado por José Sarney, o de Dilma Rousseff é o mais apontado, dentre os apresentados para consulta estimulada, como aquele em que houve maior número de casos de corrupção (DATAFOLHA, 2016a).

A honestidade de Dilma também é duvidosa. Segundo a sondagem publicada no dia 9 de fevereiro de 2014, para a maioria dos brasileiros, a presidente Dilma Rousseff mentiu durante a campanha à reeleição. “Esse grupo inclui aqueles que acreditam que ela disse mais mentiras do que verdades durante a campanha (46%), os que avaliam que disse somente mentiras (14%)” (DATAFOLHA, 2015c).

Dados da mesma pesquisa apontam que a boa imagem da presidenta também estava em crise. Vimos que 50% dos entrevistados a consideravam indecisa, enquanto, em 2012, apenas 15% a consideravam dessa forma. Igualmente em queda, a capacidade intelectual de Dilma não era bem avaliada: em 2012, 84% dos entrevistados diziam que a presidenta era muito inteligente, já em 2014, 66% tinha essa mesma opinião.

A desmoralização de Dilma foi evoluindo conforme o andamento das investigações da Operação Lava Jato. Os escândalos de corrupção envolvendo seu partido contribuíram para que a presidenta atingisse, em seu pior momento de avaliação, índices de reprovação superiores aos de Collor antes de sua renúncia (DATAFOLHA, 2015q).

Além de ser uma governante com a popularidade mais baixa desde a redemocratização do país, Dilma também tinha números alarmantes de pessoas favoráveis ao seu impeachment antes mesmo da abertura do processo, que se deu em dezembro de 2015, quando já em abril daquele ano, 63% “dos brasileiros” apoiavam a abertura de um processo de afastamento da chefe do executivo.

Essas visões destacadas pelas pesquisas do Datafolha podem ser questionáveis, se levarmos em conta a existência de diversos públicos na Esfera Pública. Certamente, dentro desses grupos, encontraremos uma parcela que enxerga Dilma da forma representada pelo instituto, contudo, existem também aqueles que defendem outras opiniões.

Por isso mesmo, a tese sobre o golpe de Estado foi amplamente defendida por aqueles que se opunham ao movimento de impeachment de Dilma e alguns grupos entendiam a presidenta como injustiçada em todo o processo. Ela mesma, ao ser afastada da presidência, afirmou que sofria a dor da injustiça<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> MARTINS, Raphael. “Sofro a dor da injustiça, mas não esmoreço”, diz Dilma. **Exame (online)**. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/sofro-a-dor-da-injustica-mas-nao-esmoreco-diz-dilma/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

Contudo, o enquadramento sobre a imagem de Dilma Rousseff, realizado pelo Datafolha, pode moldar a interpretação daqueles que procuravam se informar pelos dados das sondagens, ou pela grande mídia, que reverberava essas noções.

### **“Povo brasileiro”**

Principal adversário da presidenta Dilma Rousseff, o povo brasileiro, representado pelos entrevistados das pesquisas de opinião pública do Datafolha, se mostra indignado com a corrupção que assola o país. É uma indignação crescente no decorrer das investigações da Operação Lava Jato. Na pesquisa de 8 de dezembro de 2014, a corrupção ocupava o quarto lugar do *ranking* de principal preocupação do país. Já em fevereiro de 2015, passou a ocupar a segunda posição, perdendo somente para a saúde. Ela permaneceu nesse posto até 30 de novembro, quando, segundo o Datafolha (2015k), a “corrupção lidera pela primeira vez pauta de problemas do país”.

As denúncias de corrupção levaram o “povo brasileiro” às ruas pela primeira vez no dia 15 de março e os manifestantes se mostravam descontentes com a presidenta. Segundo pesquisa do Datafolha (2015b), 96% dos presentes no protesto declaravam que o governo de Dilma era ruim ou péssimo. Eles consideravam que ela tinha responsabilidade sobre os esquemas de corrupção na Petrobras.

Cada vez mais o “povo brasileiro” desaprovava o governo Dilma, como podemos observar nos índices de reprovação da presidenta. Entretanto, mais que reprovar o governo, o “povo brasileiro”, considerando tudo o que revelou a Operação Lava Jato, passou a aprovar a abertura de processo de afastamento da chefe do Executivo de seu cargo. Esse desejo os levou novamente às ruas no dia 12 de abril de 2015, quando 77% dos presentes se declaravam a favor do impeachment.

Apesar da maioria do “povo brasileiro” ainda preferir a democracia a outras formas de regime político, a descrença no Estado fez com que ele não apoiasse mais a reeleição, principalmente para o cargo de presidente (DATAFOLHA, 2015l).

Após Dilma Rousseff ser afastada de seu cargo, por conta da abertura do processo de impeachment, o “povo brasileiro” passou a aprovar o governo do presidente interino, Michel Temer.

No resumo-síntese, foi possível ver que, além dos movimentos de oposição, manifestações pró-Dilma também aconteceram em todo o país. No entanto, apesar do enquadramento das pesquisas de opinião pública do Datafolha guiarem para uma

interpretação de que o “povo brasileiro” estava contra Dilma, sabe-se que a população estava dividida em diferentes opiniões sobre a questão.

Da mesma forma, o Datafolha atribui pesos equivalentes para opiniões de distintos grupos, o que é um erro, conforme vimos em Bourdieu (1981). Não levando em conta as diferenças de classe, sexo, políticas ideológicas e sociais entre os entrevistados, e distribuindo opiniões “aparentemente iguais” como correspondentes, o instituto cria a sensação de homogeneidade, quando ela não existe.

### **Operação Lava Jato**

A Operação Lava Jato é uma investigação da Polícia Federal, a fim de averiguar o chamado “Petrolão” que, segundo editorial da Folha de S. Paulo<sup>35</sup>, já tinha feito o “mensalão virar fichinha”. A investigação levou à prisão empresários e políticos acusados de pagar e receber propinas.

As denúncias da Operação desmoralizaram, principalmente, o Partido dos Trabalhadores e a presidenta Dilma Rousseff, que foi responsabilizada pelo “povo brasileiro” pelos escândalos revelados durante as investigações. Graças às descobertas da investigação, a maioria dos “brasileiros” passou a apoiar o processo de impeachment, vontade que foi manifestada nos protestos de rua ocorridos no país nos dias 15 de março e 12 de abril de 2015.

As pesquisas de opinião pública do Datafolha, apesar de citarem a Operação em diversos momentos, não entram em detalhes sobre as investigações. Portanto, o instituto considera a Operação Lava Jato como compreendida pelos leitores, e faz isso apesar de sua própria pesquisa, divulgada em 8 de dezembro de 2014, revelar que:

A maioria dos brasileiros (84%) tomou conhecimento das prisões, no início deste mês, de executivos de empreiteiras acusados de corrupção em negócios com a Petrobras, sendo que 28% estão bem informados sobre o assunto, 42% estão mais ou menos informados, e 14% estão mal informados (DATAFOLHA, 2014b).

Os próprios entrevistados deixaram claro que a compreensão sobre as investigações pudesse ser limitada, já que, dos que tomaram conhecimento sobre a Operação, um número muito inferior à metade se considerava bem informado sobre o assunto.

---

<sup>35</sup> Jornal Folha de S. Paulo, Edição de 8 de fevereiro de 2016, nº31.357.

Mesmo assim o Datafolha ressalta as associações que os entrevistados fazem entre Dilma e os escândalos de corrupção na Petrobras. Somente o leitor atento entenderia que essa associação pode ser contestável.

### 5.5 Estratégias argumentativas

Conforme explicamos na metodologia, o 5º movimento de análise consiste em encontrar as estratégias argumentativas presentes na estória, a fim de identificarmos os interesses do narrador por trás de suas escolhas. A Tabela 14 sintetiza o que foi observado nesse procedimento.

**Tabela 14 – Resultados do quinto movimento**

<b>5º movimento: identificar as estratégias argumentativas</b>		
<b>Estratégias discursivas</b>		<b>Efeitos no enquadramento</b>
Fórmulas	Impeachment	Ao associar Dilma às questões ligadas ao afastamento do cargo, antes mesmo de haver justificativa efetiva para a abertura de um processo, o Datafolha corrobora para a interpretação de que o impedimento é inevitável. A todo o momento, o impeachment é associado às descobertas da Operação Lava Jato, contribuindo para a visão de que Dilma estava, de fato, envolvida nos esquemas de corrupção.
	Petrobras	Desde a primeira pesquisa de opinião realizada pelo Datafolha após a reeleição de Dilma, o instituto relaciona a presidenta aos escândalos de corrupção na Petrobras.
	Lava Jato	O instituto impõe em suas questões que a causa do desejo do impeachment de Dilma tem como causa as descobertas da Operação Lava Jato.
	Collor	Ao comparar Dilma a Collor, o Datafolha contribui para a ideia de que, como o ex-

		presidente, ela merece deixar o cargo por conta de casos de corrupção.
	Corrupção	A utilização da fórmula corrupção marca a metanarrativa no discurso do Datafolha. O instituto sugere que a presidenta estava associada aos esquemas corruptos da Petrobras, levando o Povo Brasileiro a julgá-la por suas transgressões morais.
Outras estratégias	Aprovação/Reprovação	O uso do termo “reprovação”, na grande maioria das pesquisas de opinião que se referem à popularidade de Dilma, cria a ideia de que sua aprovação é irrelevante. Ao contrário, para falar do presidente interino, Michel Temer, o Datafolha utiliza o termo “aprovação”.
	Expressão “brasileiros”	Utilizar o termo “brasileiros” como sinônimo de “entrevistados” gera a falsa ideia de homogeneidade no público, como se o afastamento da presidenta fosse uma vontade nacional, incontestável.

Fonte: elaboração nossa

Encontramos alguns termos que classificamos como fórmulas, conforme visto na tabela acima. Essas fórmulas contribuem para direcionar a interpretação do público sobre os fatos narrados, marcando um enquadramento. A seguir, apresentaremos esses termos, explicando o porquê de os considerarmos fórmulas e de que maneira foram utilizados na narrativa.

### **Impeachment**

O termo impeachment pode ser considerado uma fórmula, já que obedece aos quatro critérios que assim o definem. Primeiro, podemos afirmar que tem um caráter cristalizado, porque ele condensa um conjunto de saberes supostamente compartilhado, que não precisa ser explicitado para que haja, no atual contexto, um entendimento geral de seu uso. Essa forma

significante pode ser considerada relativamente estável no presente cenário político nacional, quer dizer, sua utilização tem se dado somente para tratar de um mesmo movimento.

A segunda propriedade diz respeito ao caráter discursivo do termo, ou seja, de que, em determinado contexto, ela deixará de ter seu significado comum, ou significado linguístico. Em outras palavras, ela passará a significar mais o que seu uso determina do que seu sentido de dicionário. De acordo com o dicionário Dicio, impeachment significa “Impugnação de mandato; processo de cassação feito a partir de uma denúncia crime contra uma autoridade”. Porém, dentro do universo de análise, o termo impeachment refere-se somente ao processo de afastamento específico da presidenta Dilma Rousseff.

O termo também funciona como um referente social, pois, dentro do contexto, evoca uma mesma coisa a todos. Isso significa que, tanto dentro do objeto de pesquisa, quanto na contextualização dos fatos que fizemos no resumo-síntese, impeachment se refere à crise política que assolava o governo Dilma.

Por último, emprega um aspecto polêmico. Não fosse polêmico, as próprias pesquisas de opinião nos dariam valores como 0% ou 100% de aprovação ao processo. A polêmica em torno do impeachment também fica clara quando governantes e contestadores do impedimento nomearam o processo de golpe de Estado.

Esses quatro pontos qualificam o termo como uma fórmula, mas é preciso entender de que forma essa fórmula foi aplicada nas pesquisas de opinião pública, para a entendermos como uma estratégia narrativa.

A fórmula impeachment aparece somente em uma manchete das pesquisas de opinião pública em análise. Em outra manchete, aparece subentendida na expressão “abertura de processo contra Dilma Rousseff”, ambas publicadas no dia 13 de abril de 2015. Vale lembrar que o dia anterior foi marcado por manifestações de oposição ao governo em todos os estados do país.

Na data em questão, ainda não havia se dado a abertura do processo de impeachment da chefe do Executivo e o afastamento de Dilma do cargo não passava de uma especulação. As denúncias sobre as chamadas pedaladas fiscais, que fundamentaram o relatório do processo de impedimento da presidenta eleita, começam a surgir em junho de 2015.

O título de uma das sondagens trazia a seguinte descrição: “Por Lava Jato, maioria quer abertura de processo contra Dilma Rousseff”. Porém, como observamos na contextualização dos fatos que permearam o objeto de pesquisa, a presidenta não chegou a ser investigada e/ou acusada em qualquer momento pelo esquema de corrupção na Petrobras. Isso nos leva a entender que o instituto Datafolha associou Dilma à Operação Lava Jato em sua

pesquisa por opção própria e não por estar atenta aos fatos. Tal associação vem acompanhada do desejo da maioria [dos entrevistados] pelo impeachment da presidenta.

### **Lava Jato**

Neste trabalho, também qualificamos o termo Lava Jato como uma fórmula, já que, assim como Impeachment, ele obedece aos quatro critérios estabelecidos para ser considerado para isso. É cristalizada, pois podemos rastrear seu uso pela sua forma de significado estável, dentro do contexto em que vivemos. Também tem um caráter discursivo, pois deixa de ter seu significado comum. Essa segunda propriedade fica visível na fotografia que ilustrava uma matéria veiculada pelo jornal O Globo, no dia 6 de agosto de 2016.

**Figura 4 – Dilma e Lava Jato**



Fonte: O GLOBO (2016)

A imagem ilustra a presidenta Dilma andando de bicicleta [ou pedalando] em frente a um Lava Jato. No contexto político, podemos entender um significado diferente de um espaço de lavagem de carros para o termo Lava Jato, associando à Operação Lava Jato que, de acordo com o que afirmam as próprias pesquisas de opinião pública do Datafolha, investiga crimes que são de responsabilidade de Dilma Rousseff.

Lava Jato também é um referente social por evocar, dentro do cenário político, um mesmo signo a todos e também abriga um aspecto polêmico. São notórias as acusações que afirmam que a Operação Lava Jato se preocupa em investigar somente o Partido dos Trabalhadores. Ao pesquisarmos em sites de busca da *internet*, encontramos uma infinidade de blogs e portais de notícias criticando a seletividade dos investigadores. Portanto, enquanto temos grupos que enxergam a Lava Jato como uma operação que ajudará o país a se livrar da corrupção, outros a veem apenas como um caminho para a oposição subir ao poder.

A fórmula Lava Jato aparece em uma manchete de pesquisa de opinião, publicada no dia 13 de abril de 2015: “Por Lava Jato, maioria quer abertura de processo contra Dilma Rousseff”. Nesse título, recebemos duas informações. A primeira, de que a maioria quer a abertura do processo de impeachment de Dilma. A segunda é da causa desse desejo – a Operação Lava Jato.

A Figura 5 apresenta a pergunta realizada aos entrevistados para a formulação dessa manchete.

### **Figura 5 – Pergunta do Datafolha com a fórmula Operação Lava Jato**

**P.10 Na sua opinião, considerando tudo o que se sabe até o momento a respeito da Operação Lava Jato, o Congresso Nacional deveria ou não abrir um processo de impeachment, isto é, um processo para afastar a presidente Dilma da Presidência ?  
(Resposta estimulada e única, em %)**

Fonte: DATAFOLHA (2015d, s/p)

A fórmula foi utilizada na própria pergunta que deu origem ao título da pesquisa. Isso levanta algumas questões, justamente por obedecer aos dois primeiros critérios que estabelecem uma fórmula, ou seja, ter caráter cristalizado e um critério discursivo, por isso, incluir o termo Operação Lava Jato na questão se torna problemático. Em outras palavras, a fórmula traz consigo uma bagagem de conhecimentos e crenças que induzem a resposta do entrevistado.

O instituto poderia perguntar se o indivíduo é a favor do impeachment da presidenta, mas, ao acrescentar a frase “considerando tudo o que se sabe até o momento a respeito da Operação Lava Jato”, ele chama ao discurso a narrativa por trás dessa fórmula. Essa atitude pode constranger o entrevistado, que se vê obrigado a concordar com o afastamento de Dilma por conta das investigações, ou pode levar o indivíduo a compreender que a chefe do executivo está, de fato, envolvida nos esquemas que justificam a Operação.

Outro problema que pode ser considerado é que o Datafolha não abre espaço para o entrevistado ser a favor do processo de impeachment por outro motivo que não seja a

Operação Lava Jato, já que acrescenta o motivo na própria pergunta. Isso pode confundir o entrevistado que, por ser a favor do afastamento da presidenta, mesmo que por outras razões, prefere responder que sim.

## **Petrobras**

A Operação Lava Jato concentra suas investigações em torno da petroleira estatal Petrobras. Neste trabalho, também entendemos Petrobras como uma fórmula. Apresenta caráter cristalizado, pois sua significância no cenário político pode ser considerada estável e seu uso discursivo extrapola seu signo “inicial”, que seria somente o nome de uma instituição. A modificação de seu significado dentro do discurso fica clara na pesquisa de opinião pública realizada pelo Datafolha, divulgada no dia 8 de dezembro de 2014, intitulada “Responsabilizada por Petrobras pela maioria, Dilma tem avaliação estável”. Na manchete, entendemos que Dilma não é responsável pela empresa, mas pelo escândalo envolvendo a Petrobras. A pergunta ilustrada na Figura 3, feita durante a referida pesquisa, comprova essa visão.

### **Figura 6 – Pergunta sobre responsabilidade da Dilma no escândalo da Petrobras**

**P.26 Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff tem ou não responsabilidade no caso de corrupção em negócios da Petrobras?  
A presidente tem muita responsabilidade ou um pouco de responsabilidade ?  
(Resposta estimulada e única, em %)**

Fonte: DATAFOLHA (2014<sup>a</sup>, s/p).

Petrobras também tem o caráter de referente social, já que, até pela grande escala de divulgação das investigações na empresa, ela evoca um mesmo significado a todos que se deparam com o termo. Também confere polêmica por motivos óbvios. Petrobras, do fim de 2014 aos dias de hoje, remete à investigação, corrupção, denúncias, delações, prisões e crise governamental.

Observamos que no título da pesquisa do dia 8 de dezembro de 2014, o Datafolha leva o leitor a entender que o índice de popularidade da Dilma tem relação com seu envolvimento nos esquemas de corrupção da Petrobras. Poderíamos colocar a manchete de outra forma: Apesar de responsabilizada pelos escândalos na Petrobras, Dilma tem avaliação estável. Porém, nas questões da sondagem, uma pauta não tem relação com outra. A pergunta de número 1 apresentava a indagação sobre a avaliação do governo e somente a questão 26 abordava sobre a responsabilidade da presidenta nos esquemas denunciados da petroleira. Isso

nos leva a entender que foi opção do instituto a associação entre a fórmula Petrobras e a avaliação de popularidade da presidenta.

Na época, a saúde era o principal problema do país, também considerado de responsabilidade do governo federal, conforme apontado pelos entrevistados, seguido de violência/segurança/polícia, educação e, em quarto lugar, corrupção (ver Figura 4).

**Figura 7 – principal problema do país em dezembro de 2014**

P.5 Considerando as áreas que são de responsabilidade do governo federal, na sua opinião qual é o principal problema do país hoje ?  
(Resposta espontânea e única, em %)

	TOTAL	SEXO		IDADE					ESCOLARIDADE			RENDA FAMILIAR MENSAL				OCUPAÇÃO PRINCIPAL	
		Mascu- lino	Femi- nino	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais	Funda- mental	Médio	Super- rior	Até 2 S.M.	Mais de 2 a 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.	PEA	NÃO PEA
Saúde	43	38	48	36	44	45	47	42	47	44	34	47	43	36	34	42	46
Violência/ segurança/ polícia	18	19	17	13	15	18	22	23	20	18	15	20	17	16	13	17	20
Educação	9	10	8	16	12	7	6	8	5	10	17	6	10	17	13	10	8
Corrupção	9	12	6	9	8	10	9	9	6	10	13	5	11	13	16	10	7
Desemprego	4	3	5	6	4	4	4	3	5	5	1	6	3	2	4	4	4
Economia	3	4	3	4	4	4	3	1	1	3	9	2	4	7	9	4	2
Inflação	2	2	2	3	2	2	2	2	2	2	2	2	3	1	1	2	2
Fome/ miséria	1	1	2	3	2	1	1	1	1	2	1	2	1	1	2	1	2
Salário	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1
Habitação	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Drogas	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0
Social	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	2	0	0
Falta de água/ água	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0
Reforma agrária/ sem terra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras respostas	3	4	3	3	4	4	2	3	3	2	6	2	4	4	9	4	2
Nenhuma	0	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1
Não sabe	3	3	3	4	3	2	2	5	5	2	1	4	2	1	1	2	4
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Base ponderada	2896	1386	1510	469	675	576	684	492	1112	1220	564	1227	1122	330	136	2031	865
Total Nos. absolutos	2896	1410	1486	640	681	543	611	421	1034	1289	573	1209	1132	325	144	2053	843

Fonte: DATAFOLHA (2014a, s/p).

Portanto, não podemos dizer, conforme sugere o título dessa pesquisa, que a presidenta Dilma já estava sendo avaliada com base em suspeitas de envolvimento em casos de corrupção.

## Corrupção

A quinta fórmula encontrada no objeto de pesquisa foi Corrupção. Ela aparece em duas manchetes e, analisando todas as pesquisas, em todo seu conteúdo, tem uma recorrência de 74 aparições.

Primeiramente, vamos nos dedicar à condição formulaica do termo. Corrupção tem caráter cristalizado, principalmente nas coberturas políticas do momento em análise. Seu uso discursivo pode ficar pouco em evidência, já que não encontramos uma diferenciação óbvia em sua utilização. Para isso, nos foi muito útil o resumo-síntese, ou seja, a análise de contexto que realizamos para construir uma narrativa que abrangesse mais que o objeto em análise. Conseguimos compreender que a corrupção exposta se refere mais a um próprio partido que a

outros. Em outras palavras: a corrupção nos remete somente a um responsável, o partido de governo. O fato da pesquisa divulgada no dia 30 de novembro de 2015, intitulada “Corrupção lidera pela primeira vez pauta de problemas do país” estar na aba do site do Instituto Datafolha nomeada “Dilma Rousseff” corrobora esse entendimento.

Também pode ser considerada um referente social, uma vez que, de acordo com o que explicou João Feres Junior (2011, s/p), em matéria no portal da Carta Capital<sup>36</sup>, “a corrupção foi guindada à condição de questão maior da política brasileira nesse começo de governo Dilma, e a grande mídia parece muito empenhada em insuflar essa agenda”. Também o professor Iuri Carajescov (2016), em entrevista ao canal Justificando, afirma que nos últimos anos a mídia construiu a “agenda de combate à corrupção” e, segundo ele, “todos nós passamos a só discutir isso nos últimos anos”.

Corrupção é, de igual forma, um termo polêmico. Diferentes grupos tentam atribuir a corrupção ao seu adversário, ao mesmo tempo em que se esforçam para criminalizar a acusação de corrupção quando envolve seus pares. Vai de acordo com o que explica Krieg-Planque (2010, p.104) quando disserta sobre o aspecto polêmico da fórmula, afirmando que, “cada grupo político constrói, então, dois dicionários: o seu, que ele quer ver transformado em dicionário da língua, e o do adversário, que ele condena ao desaparecimento”.

Em duas sondagens, o Datafolha utilizou a fórmula no título. A primeira, do dia 17 de março de 2015, com a manchete: “47% foram à Avenida Paulista em 15 de março protestar contra a corrupção”, e a segunda, a já referida pesquisa do dia 30 de novembro do mesmo ano. As duas associam a presidenta Dilma Rousseff à corrupção e como já vimos em outros tópicos, a trama da narrativa do Datafolha coloca Dilma contra o “povo brasileiro”, que está indignado com os escândalos de corrupção descobertos pela Operação Lava Jato.

Durante toda a narrativa, o Datafolha se preocupou em avaliar o índice de preocupação dos entrevistados com a corrupção no Brasil. Das 14 pesquisas de opinião em análise, 10 abordam em suas questões a corrupção, de modo direto ou indireto. De modo direto, quando questionam o entrevistado sobre a responsabilidade da presidenta sobre os escândalos de corrupção da Petrobras, e indireto quando perguntam sobre o principal problema do país considerado de responsabilidade do governo federal, como vimos na Figura 4.

Vale lembrar que corrupção é uma fórmula que podemos considerar “incluída” em outras fórmulas. Quando falamos das fórmulas “Impeachment”, “Lava Jato” e “Petrobras”,

---

<sup>36</sup> FERES JUNIOR. A grande mídia e a corrupção do espaço público. **Carta Capital**. 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/a-grande-midia-e-a-corrupcao-do-espaco-publico>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

entendemos que, ao mesmo tempo, perpassamos pela corrupção. Dessa forma, entendemos como correto afirmar que corrupção é a fórmula que costura a trama e justifica a utilização das demais fórmulas e, por isso, é o termo com maior recorrência entre as fórmulas identificadas em todo o discurso em análise.

## **Collor**

Em duas das pesquisas analisadas, o instituto Datafolha comparou os índices de reprovação de Dilma Rousseff aos do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Entendemos, aqui, Collor como uma fórmula, mesmo se tratando de um nome. Collor nos traz uma bagagem de acontecimentos que extrapolam o indivíduo.

Fernando Collor foi eleito presidente do Brasil em 1989. Seu governo ficou marcado não só por uma inflação na casa dos 1200% ao ano, mas por denúncias de corrupção feitas por seu próprio irmão, Pedro Collor de Mello. O escândalo levou à abertura de um processo de impeachment, resultando na renúncia do presidente no dia 29 de dezembro de 1992. Collor, até o dia 2 de dezembro de 2015, era o único presidente do país a passar por um processo de impeachment.

Entendemos que, ao comparar Dilma com Collor, o Datafolha não recorre ao político Fernando Collor, ainda politicamente ativo, ocupando hoje o cargo de Senador pelo estado de Alagoas, mas, sim, ao ex-presidente que sofreu o mesmo processo por envolvimento com corrupção e que obtinha a maior impopularidade na história, de acordo com as pesquisas do instituto. Portanto, seu caráter discursivo está exatamente nesse ponto, uma vez que Collor deixa de significar o indivíduo para representar a rejeição e deposição de um político.

Collor é também um referente social de uma época, evocado para os dias de hoje, em que um processo semelhante ocorria no Congresso. Da mesma forma, indica polêmica, portanto, não há dúvidas do caráter formulaico de Collor.

A primeira utilização de Collor como fórmula, no período analisado, foi no dia 18 de março de 2015, na publicação de uma pesquisa intitulada: “Reprovação ao governo Dilma atinge 62% e é mais alta desde Collor”. A manchete pode dar a entender que os números da avaliação de popularidade da presidenta estavam equivalentes ao de Collor, mas não era o caso. Ao lermos a matéria, encontramos a explicação:

A avaliação negativa do governo Dilma, acima de 60%, é comparável à enfrentada por Sarney (pesquisas em 10 capitais durante o mandato do

maranhense mostravam índices negativos de 62% a 68% entre março de 1988 e janeiro de 1990) e por Fernando Collor (68% avaliavam seu governo como ruim ou péssimo no início de setembro de 1992, pouco antes de Collor ser impedido de exercer a Presidência da República) (DATAFOLHA, 2015t).

Portanto, Dilma havia superado o valor de 60% de reprovação, porém, ainda não havia alcançado ou superado Collor. O fato de a pesquisa comparar Dilma a Collor e não a Sarney, que obteve os mesmos valores de impopularidade que o primeiro, confirma a ideia da utilização de Collor como uma fórmula.

No dia 6 de agosto do mesmo ano, outra pesquisa é publicada com a manchete: “Recorde, reprovação a Dilma supera pior momento de Collor”. Nessa sondagem, a presidenta eleita aparece com 71% de rejeição. É um processo lógico imaginar que se Dilma tinha reprovação maior que Collor, que foi deposto, então ela também seria<sup>37</sup>. A própria pesquisa já traz como subtítulo os dizeres: “66% dos brasileiros apoiam a abertura do processo para afastar petista do cargo”.

É importante observar como todas as fórmulas levantadas nessa análise são, de fato, negativas para Dilma. E por estarem no que Krieg-Planque (2010) chama de “arena”, a que poderíamos entender como a da Esfera Pública, elas colocam em jogo algo grave. A autora explica que a fórmula é portadora de questões sociopolíticas e, diferente dos slogans publicitários utilizados nos jogos políticos, elas causam efeitos sobre as consciências e as crenças. Efeitos esses que, segundo Krieg-Planque, são difíceis de medir.

Pode-se dizer, portanto, que a utilização dessas fórmulas ajudaram a fomentar a crença ou a consciência das pessoas sobre a má conduta da presidenta Dilma Rousseff. Se observarmos novamente o quadro com a ordem cronológica das pesquisas de opinião pública do Datafolha, concluiremos que as fórmulas utilizadas contribuem para a compreensão de que a presidenta estava em ruína por seu envolvimento nos escândalos da Petrobras.

Porém, não foi somente o uso das fórmulas que configuraram as estratégias discursivas da narrativa em análise. Entendemos que outros fatores podem ser somados às fórmulas para enxergarmos melhor as intenções do Instituto Datafolha em sua narrativa.

---

<sup>37</sup> O ex-presidente Collor não chegou a ser deposto, pois renunciou ao cargo em meio ao processo de impeachment. Contudo, em uma das pesquisas em análise, o Datafolha (2015q) se refere ao Collor como “presidente afastado”, e, na outra, afirmou que ele foi “impedido de exercer a Presidência da República” (DATAFOLHA, 2015t). Então, a ideia transmitida pelo instituto é a de que Fernando Collor foi retirado de seu cargo.

### 5.5.1 Outras estratégias discursivas

Para além das fórmulas, encontramos outras estratégias discursivas relevantes que indicam a intencionalidade do instituto Datafolha em suas pesquisas de opinião pública. Uma delas é o uso dos termos “rejeição”, “reprovação” e “aprovação”. Entendemos que são termos comuns ao tipo de narrativa em análise: todas as sondagens de opinião do objeto se prestaram a investigar o índice de popularidade da presidenta e, a última em questão, do presidente interino, Michel Temer. Assim, seria impossível não abordar a aprovação ou reprovação.

Porém, a forma como escolhem utilizar esses termos podem nos revelar alguns objetivos do discurso. Um exemplo foi escolher utilizar a aprovação de Michel Temer e não a reprovação, com número visivelmente superior, na pesquisa publicada no dia 18 de julho de 2016. Na tabela 15, temos todas as sondagens que, no período de análise, tinham como manchete a popularidade de Dilma e, somente a última, do presidente interino.

**Tabela 15 – Pesquisas de Opinião Pública que abordaram o índice de popularidade**

<b>Título</b>	<b>Data</b>
“Responsabilizada por Petrobras pela maioria, Dilma tem avaliação estável”	08/12/2014
“Aprovação a governo Dilma Rousseff cai, e reprovação a petista dispara”	09/02/2015
“Reprovação ao governo Dilma atinge 62% e é mais alta desde Collor”	18/03/2015
“Reprovação a Dilma para de subir, mas maioria ainda rejeita seu governo”	13/04/2015
“Recorde, rejeição a Dilma atinge 65%”	22/06/2015
“Recorde, reprovação a Dilma supera pior momento de Collor”	06/08/2015
“64% reprovam governo Dilma”	29/02/2016
“Reprovação à gestão Dilma recua e volta a nível pré-manifestação”	11/04/2016
“Governo Temer é aprovado por 14%”	18/07/2016

Fonte: elaboração nossa

Vemos que, na primeira pesquisa, o Datafolha ainda qualifica o índice de popularidade da presidenta como estável e, em todos os outros referentes à Dilma, aborda a avaliação com os termos “reprovação” e “rejeição”. Mesmo na pesquisa do dia 13 de abril de 2015, o instituto opta por afirmar que a “reprovação para de subir”, ao invés de dizer que a “aprovação subiu”. Situação semelhante acontece na sondagem publicada no dia 11 de abril de 2016.

Já na pesquisa do dia 18 de junho de 2016, o Datafolha traz em sua manchete que o Governo Temer era aprovado por 14% dos entrevistados. Dilma, em seu pior momento, tinha um índice de aprovação entre 8 a 10%. A última pesquisa realizada pelo instituto, antes da presidenta ser afastada de seu cargo, durante o processo de impeachment, revelou que Dilma tinha uma aprovação de 13%, valor muito próximo ao de Michel Temer e, se considerarmos a margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, podemos entender os valores como um empate. Mesmo assim, o Datafolha se referiu ao índice de Dilma como “reprovação” e ao de Michel Temer como “aprovação”. Essa escolha pode levar o leitor a uma falsa impressão de que o governo de Temer era aprovado, enquanto o de Dilma Rousseff era reprovado.

Escolher dar um viés positivo ou negativo para aquilo que se aborda tem relação com a teoria do enquadramento. Entendemos que a escolha do Datafolha em abordar o índice de reprovação ou de aprovação é uma opção de *framing*, que determina a visão do espectador sobre o tema. Dilma foi colocada no centro do conflito contra o “povo brasileiro”, enquanto Temer não, já que ele é aprovado.

Outro ponto que consideramos relevante em nossa análise foi a utilização do termo “brasileiros” quando o instituto se refere aos entrevistados. Esse uso foi detectado em todas as pesquisas em análise, exceto nas duas que foram realizadas nas manifestações de oposição ao governo no dia 15 de março e 12 de abril de 2015.

Este trabalho não tem como objetivo contradizer a fórmula matemática utilizada não só pelo Datafolha, como por outros institutos de sondagem de opinião, para calcular a amostra de uma pesquisa. Porém, após longo estudo sobre a definição de Opinião Pública, entendemos que a Esfera Pública, onde ocorre o debate de ideias, é composta por diferentes públicos, com diferentes opiniões advindas de diversas fontes de informação. Esse entendimento nos leva a crer que denominar os entrevistados, que são alguns representantes desses públicos distintos, de “brasileiros”, como se representassem um consenso da nação sobre as questões em pauta foi uma estratégia do Datafolha.

A própria utilização do termo “brasileiros” ajuda na construção da trama da crise política abordada pelo Datafolha, que coloca o povo brasileiro contra o governo Dilma. Contudo, como vimos a partir de Charaudeau (2016), uma das problemáticas das pesquisas de opinião pública é a união de grupos diferentes na soma de respostas iguais, o que acaba por gerar uma homogeneidade inexistente na realidade.

A ideia vai ao encontro do segundo postulado posto por Bourdieu (1981) em sua contestação às pesquisas de opinião pública. Recapitulando, o autor critica a suposição de que todas as opiniões têm o mesmo peso na discussão sobre alguma questão.

Na pesquisa veiculada no dia 8 de dezembro de 2014, o instituto Datafolha informa que “para 68%, Dilma tem alguma responsabilidade em corrupção na Petrobras”. Segundo a pesquisa, 84% dos entrevistados tomaram conhecimento das prisões de executivos de empreiteiras acusados em esquemas na petroleira, porém, desses, apenas 28% declararam estar bem informados sobre o assunto. 42% acreditava estar mais ou menos bem informado, enquanto 14% se declarou mal informado (DATAFOLHA, 2014b).

Se levarmos em conta o que explica Bourdieu (1981), não podemos tratar como equivalentes as opiniões dos bem informados e a dos mal informados, assim como não podemos equiparar as opiniões de especialistas e leigos, e também dos diferentes grupos, envolvidos de formas diferentes com a questão.

Essa equiparação das opiniões, que não poderiam estar em pé de igualdade, acontece em todas as pesquisas. Por isso, o próprio instituto primeiro fornece uma informação generalizada, que são as que ganham destaque como título e subtítulo das pesquisas, e depois, no escopo da narrativa, dissecam as informações. Como exemplo, podemos usar a pesquisa do dia 13 de abril de 2015, no momento em que o instituto aborda a abertura do processo de impeachment:

Considerando tudo o que se sabe até o momento sobre a Operação Lava Jato, a maioria dos brasileiros (63%) avalia que o Congresso Nacional deveria abrir um processo de impeachment para afastar Dilma Rousseff da Presidência da República. São contrários à abertura 33%, e 4% não souberam responder. Entre os mais escolarizados, fica abaixo da média o índice dos que apoiam a abertura do processo de impeachment da presidente (52%), assim como entre os mais ricos (51%) e os mais velhos (52%). No Centro Oeste, 73% são favoráveis à abertura de um processo para afastar Dilma, ante 54% de apoio no Nordeste. Na parcela dos que declaram ter votado na petista no 2º turno da última eleição presidencial, 43% acreditam que o Congresso deveria abrir processo de impeachment contra a petista. Entre os que votaram em Aécio, o índice chega a 79% (DATAFOLHA, 2015o).

Primeiro, o Datafolha informou que 63% dos “brasileiros” concordavam que o Congresso Nacional deveria abrir um processo de impeachment para afastar Dilma Rousseff de seu cargo, considerando tudo o que se sabia, até o momento, sobre a Operação Lava Jato. Essa foi a informação que gerou o título da pesquisa: “Por Lava Jato, maioria quer abertura de processo contra Dilma Rousseff”. Em seguida, vemos que, em alguns grupos, os valores

variam, e, em grupos daqueles que apoiaram a presidenta no segundo turno das eleições de 2014, menos da metade era a favor do impedimento.

Entendemos como uma estratégia discursiva levar, a pontos de destaque da pesquisa, como títulos e subtítulos, informações generalizadas, que unem opiniões que não poderiam ser somadas e que criam uma ilusão de consenso. Na pesquisa utilizada como exemplo, ao invés de dizer que 63% dos brasileiros aprovavam a abertura de um processo de afastamento da presidenta, o Datafolha, se levasse em conta os estudos sobre o conceito de Opinião Pública, deveria categorizar sua pesquisa por cada classe, etnia, sexo, idade, nível de instrução, viés ideológico, etc. e apresentar cada informação separadamente, dentro de seus próprios grupos. Essa seria uma maneira de se aproximar mais daquilo que é a real Opinião Pública.

Dessa forma, as estratégias argumentativas, ou recursos discursivos, identificados nesse movimento, contribuem para direcionar a visão do leitor àquilo que foi programado pelo narrador. O enquadramento imposto pelo Datafolha, em suas pesquisas de opinião pública, comprova o caráter de discurso de manipulação do gênero, uma vez que o instituto lança mão de artifícios que dirigem a interpretação, contribuindo para fomentar uma “opinião não pública”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de não haver um conceito de aceitação universal que dê conta de definir a Opinião Pública, há um ponto em comum que une todos os estudos sobre o tema, nas mais diversas áreas do conhecimento: ela não é a vencedora em uma soma de votos. Isso porque, na Esfera Pública, existem diferentes grupos, que se tornam públicos a partir do momento em que se organizam para debater assuntos de interesse público. Cada um desses grupos se informa de maneiras distintas sobre os temas em pauta, da mesma forma que se relacionam com eles de formas singulares. Como resultado, temos várias opiniões públicas em relação a uma mesma questão.

Não é possível somar essas opiniões como em um sistema eleitoral, no qual aquela que tem mais representação se torna a porta-voz da sociedade, afinal, a Opinião Pública não é um resultado, mas um processo envolvendo todas as opiniões existentes, fomentando o debate, buscando um consenso, porém, sem nunca alcançá-lo.

O papel da mídia é importante nesse processo e vários estudos em comunicação nos levam a crer que ela é um agente relevante na construção da representação da realidade, influenciando na formação da Opinião Pública. As teorias do agendamento e do enquadramento nos mostram como os veículos de comunicação selecionam o que será divulgado e de que maneira aquilo será interpretado. Sendo a mídia o elo entre sociedade e mundo, o público, que não pode ter contato com o evento narrado, receberá dela as informações selecionadas e enviesadas, que ajudarão na formulação de suas opiniões, tanto individuais, como coletivas.

Um ponto importante para o entendimento do comportamento midiático frente ao processo de construção da Opinião Pública é sua forte ligação com o mercado, obedecendo às regras do sistema capitalista. No Brasil, a mídia é oligopolizada, concentrada nas mãos de poucas famílias milionárias, inclusive dirigida por parlamentares, o que é proibido pela Constituição de 1988. Em suas produções, essas empresas contemplam seus interesses políticos e ideológicos, a fim de manter o *status quo* e não perder seus poderes. Dessa forma, privilegia os grupos existentes que representam seus objetivos, divulgando suas opiniões como dominantes, mesmo que não seja, de fato, a da maioria.

Uma das estratégias midiáticas na apresentação de uma parcela de opiniões como sendo a majoritária é a utilização das pesquisas de opinião pública, que cometem o equívoco de tratar a Opinião Pública como uma simples soma. Ignoram a diversidade da Esfera Pública e tratam todas as respostas como equivalentes. O maior erro dessa atitude é colocar dentro de

uma mesma classificação indivíduos que deram as mesmas respostas por motivos completamente distintos.

Consideramos este tipo de pesquisa como discursos de manipulação, porque levam o público a crer que seus resultados, aparentemente incontestáveis, representam, de fato, os desejos da sociedade, como se não houvesse divergências dentro da arena de debates de questões de interesse público. Elas impõem problemas aos entrevistados, que muitas vezes vão criar opiniões sobre assuntos que antes não eram vistos como tal. Essa seleção de questões a serem discutidas nas sondagens corresponde ao agendamento midiático, e a forma como a questão é elaborada revela o enquadramento da pesquisa, que emoldará a angulação do debate.

Várias sondagens que apontem um mesmo resultado, ou resultado semelhante, contribuem para a ideia da veracidade dos resultados. O público pode ser levado a acreditar que as pesquisas de opinião revelam uma verdade e, conforme estudamos na Teoria da Espiral do Silêncio, os indivíduos que se veem como minoria se adaptam às opiniões entendidas como majoritárias, se calam por medo do isolamento social. A manipulação acontece, portanto, quando essas sondagens influenciam nas ações e crenças das pessoas, contribuindo, nesse caso, para a formulação de uma Opinião Pública que atenda aos interesses midiáticos.

De acordo com a análise realizada, as pesquisas do Datafolha, no período entre a reeleição de Dilma Rousseff e seu impeachment, contribuíram para o enfraquecimento da credibilidade da presidenta, colaborando com a crise política que levou ao seu afastamento.

As 14 sondagens estudadas apresentam uma presidenta em constante queda de aprovação por sua suposta responsabilidade nos escândalos de corrupção na Petrobras, reveladas pela Operação Lava Jato. Dilma é representada, nas pesquisas, como a principal adversária do Povo Brasileiro, indignado com os desfeitos e transgressões do governo do Partido dos Trabalhadores.

A ideia de que Dilma tinha o Povo Brasileiro como principal inimigo veio da falsa ilusão criada pelo instituto de que havia um consenso entre os cidadãos de que presidenta era ruim e merecia ser afastada. Essa ilusão acontece quando o Datafolha utiliza o termo “brasileiros” no lugar de “entrevistados”, e apresenta seus resultados como uma vontade da nação. Tal substituição fere o conceito de Opinião Pública por ignorar o embate entre os diferentes públicos na Esfera Pública.

A narrativa do Datafolha omitiu conflitos relevantes para a compreensão da situação que afetava o país, como o rompimento da chapa de governo (PT-PMDB), as artimanhas do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e a forte campanha dos partidos de oposição,

liderados pelo candidato derrotado nas urnas, Aécio Neves (PSDB). O encadeamento proposto pelo instituto tem como base somente os conflitos entre Dilma Rousseff, população brasileira e Operação Lava Jato, revelando um enquadramento negativo para a presidenta.

Por meio da utilização das fórmulas “impeachment”, “Petrobras”, “Lava Jato” e “corrupção” o Datafolha elaborou suas perguntas relacionando Dilma Rousseff às investigações da Operação Lava Jato, mesmo que a presidenta não estivesse, de fato, em investigação pela Polícia Federal. Ao receberem a questão os entrevistados eram influenciados por acreditarem que ela poderia ter alguma responsabilidade real nos escândalos (ver Figura 5, página 84).

O instituto também lançou mão, por duas vezes em suas manchetes, da fórmula “Collor”, comparando os índices de reprovação de Dilma com os do ex-presidente, que também passou pelo mesmo processo. A lógica criada no enquadramento é a de que, se Collor foi deposto, com apoio popular, por se envolver em casos de corrupção, Dilma, que chegou a ter números piores que o dele, também merece o impedimento.

Ao analisarmos somente as sondagens que tratam da popularidade de Dilma, em apenas uma o Datafolha não utilizou o termo “reprovação”. Mesmo quando o índice de aprovação subia, o instituto optava por anunciar que a reprovação caía. O contrário aconteceu com Michel Temer, ainda presidente interino, quando teve a popularidade avaliada: “Governo Temer é aprovado por 14%”. É evidente que a aprovação de Temer era inferior à reprovação, contudo, na manchete, ele era aprovado, enquanto Dilma sempre foi reprovada.

Esses procedimentos na construção da narrativa de suas pesquisas mostram como o Datafolha utilizou estratégias discursivas para ajudar a enfraquecer Dilma Rousseff. Certamente o instituto não foi o culpado pela crise política que o país enfrentou neste momento específico, mas seus produtos contribuíram para a construção de uma Opinião Pública contrária à presidenta, respaldando os argumentos de seus adversários.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rodrigo de. **À sombra do Poder** – Os bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo: Leya, 2016.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. Público e opinião pública. In: **Curso de relações públicas**. São Paulo: Atlas, 1980.
- ANDRADE, Paulo Henrique. Teoria da Espiral do Silêncio : A Mordaza Invisível da Autocensura e as Limitações à Diversidade e ao Pluralismo de Idéias. In: **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008.
- ANTUNES, Marco António. Comunicação, público e multidão em Gabriel Tarde. In: **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. 2008. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-antonio-comunicacao-publico-multidao.pdf>> Acesso em: 03 de agosto de 2016.
- APPELLINI, Marcelo B.; FEUERSSCHÜTTE, SIMONE, G. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. In: **Administração: Ensino e Pesquisa**, v.16, n.2, p.241-273, Rio de Janeiro, mai-jun, 2015.
- AUGRAS, Monique. **A opinião pública - teoria e pesquisa**. Editôra Vozes Limitada, 1970.
- AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública: Concepções e usos na América Latina. In: **Revista Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.47, n.4, 2004, p.702-728. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4>>. Acesso: 24 de maio de 2016.
- AZEVEDO, Fernando. Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil. In: **Em Debate**, Belo Horizonte, v.2, n.3, p.14-19, 2010. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neamp/artigos/arquivos/artigo\\_97.pdf](http://www.pucsp.br/neamp/artigos/arquivos/artigo_97.pdf)>. Acesso: 28 de maio de 2016.
- BARTH, Fernanda. Mídia, política e pesquisas de opinião pública. In: **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 26-48, jul.-dez. 2007.
- BERGAMO, Mônica. ‘Dou murro, mas não em todas as facas’, diz Dilma. **Folha de S. Paulo** (online). 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1776031-dou-murro-mas-nao-em-todas-as-facas-diz-dilma.shtml>>. Acesso: 29 de maio de 2016.
- BERGER, Christa Liselote Kuschick . Das Relações: Realidade & Linguagem, Política & Comunicação (capítulo 1). **Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais**. As relações entre o movimento sem terra e a Zero Hora. Tese de Doutorado na ECA, USP – Maio de 1996, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BORGES, Susana. Opinião Pública: história, crítica e desafios na era transnacional. In: **Revista Científica Esec**, nº9, 2014. Disponível em: <<http://www.exedrajournal.com/wp-content/uploads/2015/04/n9-B5.pdf>>. Acesso em: 29 de julho de 2016.

BOURDIEU, P. 2012. A fábrica de opinião pública. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, n. 54, jan. 2012. p.14-15. Sur l'État: cours au Collège de France, 1989 - 1992 [Sobre o Estado: curso no Collège de France, 1989-1992], Raisons d'Agir – Le Seuil, Paris, 2012. Disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1074>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In THIOLENT, Michel. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151 Disponível em : <<http://evoluireducacional.com.br/wp-content/uploads/2012/08/21979592-Bourdieu-A-opinio-publica-nao-existe.pdf>>. Acesso: 5 de maio de 2016.

BRITTES, Juçara Gorski. **Internet, Jornalismo e Esfera Pública. Estudo sobre o processo comunicativo do ciberespaço na formação da opinião**. Tese de Doutorado na ECA-USP – São Paulo, 2003.

CHAIA, Vera. **Escândalos políticos e mídia: Casos na vida política brasileira**. EDUC/NEAMP, 2000.

CHAIA, Vera. Relação entre mídia e política. In: **Revista Aurora**, n.1, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da Opinião Pública. Como o discurso manipula as escolhas políticas**. Trad.: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Implicações da concentração de mídia na qualidade do jornalismo: ensaio de discussão e estudo de caso. In: **6º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, Universidade Metodista, São Bernardo do Campo, novembro, 2008.

CIOCCARI, Deysi. Operação Lava Jato: Escândalo, agendamento e enquadramento. In: **Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS**, vol. 04, n. 09, p. 74-80, jan-jun 2015.

CORREA, T. G. **Contato imediato com a opinião pública: bastidores da ação política**. São Paulo. Global. 1988.

DA SILVA JUNIOR, José Afonso; PROCÓPIO, Pedro Paulo; DOS SANTOS MELO, Mônica. Um Panorama da Teoria do Agendamento, 35 anos depois de sua formulação. In: **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, vol. 31, núm. 2, jul-dez, 2008, pp. 205-221.

FEITOSA, Mikhaella de Paiva Costa Wanderley. Monopólio x Democratização Da Mídia: Um Debate Acerca Da Comunicação Social No Brasil. In: **XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – João Pessoa - PB – 15 a 17 de maio de 2014**. Disponível em: < <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-1623-1.pdf>>. Acesso: 07 de julho de 2016.

FERNANDES, Bruno Rafael Duarte. **A Teoria Clássica do Gatekeeper e do Newsmaking na Rádio: O caso da RDP**. Dissertação de Mestrado da Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2011.

FERREIRA, Fernanda Vasques. Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação. In: **Em Debate**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.50-68, jan, 2015.

FIGUEIREDO, Rubens; CERVELLINI, Silvia. Contribuições para o conceito de opinião pública. In: **Revista Opinião Pública** (online), v.3, n°3, p.171-185, dezembro, 1995.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. In: **Comunicação, mídia e consumo**, v.4, n.11, p.11-25, São Paulo, nov, 2007.

HOHLFELDT, Antonio. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. In: **Revista FAMECOS**, n° 7, Porto Alegre, novembro, 1997.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo e Sociedade**. In: A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 15- 37.

LAMOUNIER, Bolívar (org.). **Ouvindo o Brasil**. Sumaré/IDESP, 1992.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso. In: **II Compolítica - Congresso da Associação Brasileira dos Pesquisadores de Comunicação e Política**, 2007. Disponível em: <[www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/.../10195](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/.../10195)>. Acesso em 28 de maio de 2016.

LIMA, Regina Lúcia Alves de. **Vozes em cena: Análise das estratégias discursivas da mídia sobre os escândalos políticos**. Belém-PA: FADESP, 2010.

LIMA, Venício, A de. **Mídia: teoria e política**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mídia: Crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

LOSEKANN, Cristiana. A Esfera Pública Habermasiana, seus princípios críticos e as possibilidades do uso desse conceito no contexto brasileiro. In: **Pensamento Plural**, n.4, p.37-57, jan/jun. Pelotas: 2009.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. In: **Líbero**, ano XI, n.21, 2008.

MÍDIA INTERESSANTE. **Quais os maiores conglomerados de mídia o mundo?** 2016. Disponível em: <<http://midiainteressante.com/2016/10/quais-os-maiores-conglomerados-de-midia-do-mundo.html>>. Acesso em: 18 de abril de 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. Dossiê “mídia e política”. In: **Revista de Sociologia e Política**, n21, 7-12 jun, 2004.

MORAES, Dênis de (org). O capital da mídia na lógica da globalização. In: **Por uma outra comunicação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

OLICSHEVIS, Giovana. Mídia e Opinião Pública. In: **Revista Vernáculo**, n. 17 e 18, 2006.

OLIVEIRA, Daniele de. A mídia e a manipulação da opinião: um casamento amigável? In: **Entremeios: revista de estudos do discurso**. v.1, n.1, jul/2010.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**, 2a. ed.. São Paulo:Contexto, 2007.

RAMONET, Ignacio. **A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias**. São Paulo: Publisher Brasil, 2012, p. 43-65

REYNIÉ, Dominique. Gabriel Tarde, o teórico da opinião. In TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 (pg.1-43).

RIZZOTO, Carla Candida. Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder. In: Rev. Estud. Comun., Curitiba, v. 13, n. 31, p. 111-120, maio/ago. 2012.

ROSSETTO, Graça P.N; SILVA, Alberto Marques. Agenda-setting e Framing: detalhes de uma mesma teoria? In: **Revista InTexto**, Porto Alegre : UFRGS, n.26, pp.98-114, jul 2012.

RUBLECKI, Anelise. Teorias do Jornalismo: Questões Exploratórias em Tempos Pós-massivos. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Caxias do Sul, RS – 2 a 6 de setembro de 2010.

SÁDABA, Teresa. **Framing: el encuadre de las noticias**. El binômio terrorismo-medios. 1ª ed. – Buenos Aires: La Crujia, 2007.

SANCHEZ, Homero Izaca. Pesquisa de Opinião Pública no Brasil. In: **Revista de Administração Pública RAP**, 9, setembro, 1991. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13029/1438225.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso: 10 de novembro de 2016.

SANTOS, Marcelo. A supremacia dos EUA no pós-Guerra Fria. In: **Perspectivas**, São Paulo, 29: 37-66, 2006.

SCHMITZ, Aldo A. **Classificação das fontes de notícias**. s/d. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2017.

SENA, Nilza Mouzinho de. Espaço público, opinião e democracia. In: **Estudos em Comunicação**, n 01, p.270-304, abril, 2007.

SILVA, Heber Ricardo da. As pesquisas de opinião pública e a imprensa: reflexões sobre a construção dos hábitos de consumo na sociedade brasileira (1942-1953). In: **Revista**

**Transversal**, v.7, n.7, 2015. Disponível em: <<http://www.ieda.edu.br/transversal/downloads/edicao7/4-as-pesquisas-de-opiniao-publica-e-a-imprensa-reflexoes-sobre-a-construcao-dos-habitos.pdf>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia**. 2002. Disponível em: <[http://www.bocc.ubi.pt/\\_esp/autor.php?codautor=13](http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=13)>. Acesso em: 24 de maio de 2016.

TRAQUINA, Nelson. **O que é jornalismo?** Lisboa: Quimera, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005.

van DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VERGAS, Eduardo Viana. A microsociologia de Gabriel Tarde. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 27, 1995. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_27/rbcs27\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_27/rbcs27_06.htm)>. Acesso em 30 de julho de 2016.

## PESQUISAS DE OPINIÃO PÚBLICA E RELATÓRIOS

DATAFOLHA. **100 mil foram à Paulista em 12 de abril; 77% defendem impeachment**. 2015a. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/04/1615923-100-mil-foram-a-paulista-em-12-de-abril-77-defendem-impeachment.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **47% foram à Avenida Paulista em 15 de março protestar contra a corrupção**. 2015b. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contr-a-corrupcao.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **64% reprovam governo Dilma**. 2016a. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/02/1744564-64-reprovam-governo-dilma.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Aprovação a governo Dilma Rousseff cai, e reprovação a petista dispara**. 2015c. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/02/1587329-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-e-reprovacao-a-petista-dispara.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff (avaliação do Congresso Nacional, expectativas econômicas, operação Lava Jato, Petrobras) PO813805 09 e 10/04/2015**. 2015d. Disponível em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/04/13/avaliacao\\_governo\\_dilma.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/04/13/avaliacao_governo_dilma.pdf)>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff (avaliação do Congresso Nacional, expectativas econômicas, operação Lava Jato, Petrobras) PO813805 09 e 10/04/2015.** 2015e. Disponível em: <  
[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/04/13/avaliacao\\_governo\\_dilma.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/04/13/avaliacao_governo_dilma.pdf)>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff (principal problema do país, expectativas econômicas, caso Petrobras, crise hídrica e energética) PO813798 03 a 05/02/2015.** 2015f. Disponível em: <  
<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/02/09/arquivo-brasil.pdf>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff Intenção de voto para presidente PO813812 17 e 18/06/2015.** 2015g. Disponível em: <  
<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/06/22/avaliacao-dilma-intencao-de-voto-v2.pdf>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff PO813781 02 e 03/12/2014.** 2014a. Disponível em: < <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2014/12/08/avaliacao-dilma.pdf>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff PO813815 04 e 05/08/2015.** 2015h. Disponível em: <  
[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/08/06/avaliacao\\_dilma\\_agosto\\_2015.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/08/06/avaliacao_dilma_agosto_2015.pdf)>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff PO813824 25 e 26/11/2015.** 2015i. Disponível em: <  
[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/11/30/avaliacao\\_dilma.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/11/30/avaliacao_dilma.pdf)>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff PO813843 24 e 25/02/2016.** 2016b. Disponível em:  
<[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/02/29/avaliacao\\_dilma\\_rousseff.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/02/29/avaliacao_dilma_rousseff.pdf)>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação da presidente Dilma Rousseff PO813859 07 e 08/04/2016.** 2016c. Disponível em: < <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/04/11/avaliacao-presidente-dilma.pdf>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação do presidente Michel Temer PO813867 14 e 15/07/2016.** 2016d. Disponível em: < <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/07/20/av-presidente-michel-temer-completa.pdf>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Avaliação presidente Dilma Rousseff PO813801 16 e 17/03/2015.** 2015j. Disponível em: <  
[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/18/avaliacao\\_presidente\\_dilma\\_site.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/18/avaliacao_presidente_dilma_site.pdf)>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Corrupção lidera pela primeira vez pauta de problemas do país.** 2015k. Disponível em: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/11/1712972-corrupcao-lidera-pela-primeira-vez-pauta-de-problemas-do-pais.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Governo Temer é aprovado por 14%.** 2016e. Disponível em: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/07/1792812-governo-temer-e-aprovado-por-14.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Maioria agora apoia fim da reeleição.** 2015l. Disponível em: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/06/1646602-maioria-agora-apoia-fim-da-reeleicao.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Manifestação na avenida Paulista 12/04/2015.** 2015m. Disponível em: <[http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/04/13/manifestacao\\_12\\_04.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/04/13/manifestacao_12_04.pdf)>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Manifestação na avenida Paulista 15/03/2015.** 2015n. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Por Lava Jato, maioria quer abertura de processo contra Dilma Rousseff.** 2015o. Disponível em: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/04/1615897-por-lava-jato-maioria-quer-abertura-de-processo-contra-dilma-rousseff.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Recorde, rejeição a Dilma atinge 65%.** 2015p. Disponível em: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/06/1646136-recorde-rejeicao-a-dilma-atinge-65.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Recorde, reprovação a Dilma supera pior momento de Collor.** 2015q. Disponível em: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1665278-recorde-reprovacao-a-dilma-supera-pior-momento-de-collor.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Reforma Política PO813812 17 e 18/06/2015.** 2015r. Disponível em: < <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/06/23/reforma-politica-v2.pdf>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Reprovação a Dilma para de subir, mas maioria ainda rejeita seu governo.** 2015s. Disponível em: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/04/1615892-reprovacao-a-dilma-para-de-subir-mas-maioria-ainda-rejeita-seu-governo.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Reprovação à gestão Dilma recua e volta a nível pré-manifestação.** 2016f. Disponível em: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/04/1759676-reprovacao-a-gestao-dilma-recua-e-volta-a-nivel-pre-manifestacao.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Reprovação ao governo Dilma atinge 62% e é mais alta desde Collor.** 2015t. Disponível em: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604505-reprovacao-ao-governo-dilma-atinge-62-e-e-mais-alta-desde-collor.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Responsabilizada por Petrobras pela maioria, Dilma tem avaliação estável.** 2014b. Disponível em: < <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/12/1559419-responsabilizada-por-petrobras-pela-maioria-dilma-tem-avaliacao-estavel.shtml>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2017.

## PORTAIS DE NOTÍCIAS

ALVARES, Debora; BRAGON, Ranier. Suspeito de corrupção, Cunha recebe pedido de impeachment de Dilma. **Folha (online)**. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1696548-suspeito-de-corrupcao-cunha-recebe-pedido-de-impeachment-de-dilma.shtml>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

ALVARES, Debora; LIMA, Daniela; URIBE, Gustavo, CRUZ, Valdo. Lula aceita convite de Dilma e assumirá Casa Civil. **Folha (online)**. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750501-lula-aceitou-ir-para-a-casa-civil-anunciam-lideres-do-pt.shtml>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017

ALVARES, Debora; LIMA, Daniela; URIBE, Gustavo. Aos gritos de ‘Fora PT’, PMDB deixa governo em reunião de três minutos. **Folha (online)**. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755183-aos-gritos-de-fora-pt-pmdb-deixa-governo-em-reuniao-de-tres-minutos.shtml>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Em posse de Lula, Dilma critica Moro e diz que ação dele abre caminho para golpe. **Folha (online)**. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750969-ex-presidente-lula-toma-posse-como-ministro-da-casa-civil-em-brasilia.shtml>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

BÄCHTOLD, Felipe. Protesto cresce, mas manifestante mantém perfil de alta renda. **Folha (online)**. 2016. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749640-protesto-cresce-mas-manifestante-mantem-perfil-de-alta-renda.shtml>>. Acesso em: 16 de abril de 2016.

CERQUEIRA, Laurez. A coragem e a dignidade de Dilma calaram senadores. **Brasil 247 (online)**. 2016. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/colunistas/laurezcerqueira/252334/A-coragem-e-a-dignidade-de-Dilma-calaram-senadores.htm>>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CRUZ, Valdo; HAUBERT, Mariana; BOGHOSSIAN, Bruno. Dilma passa articulação política para Michel Temer. **Folha (online)**. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1613387-dilma-pode-transferir-articulacao-politica-para-michel-temer.shtml>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

FABRINI, Fábio. Para Ministério Público, pedaladas do governo Dilma não são crime. **Estadão (online)**. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,param-pedaladas-do-governo-dilma-nao-sao-crime,10000062862>>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

FERNANDES, Antônio Teixeira. **O Campo Político**. s/d. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4619.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2017.

FOLHA (online). **Movimentos de rua convocam protesto contra ajuste do PT**. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1646462-movimentos-de-rua-convocam-protesto-contra-ajuste-do-pt.shtml>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Nem Dilma nem Temer**. 2016a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **Ouçã a íntegra das conversas de Lula e Dilma reveladas na Lava Jato**. 2016b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750807-ouca-a-integra-das-conversas-de-lula-reveladas-na-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

FONSECA, Alana. Alberto Youssef sai da cadeia quase 3 anos depois de ser preso na Lava Jato. G1 (online). 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/11/alberto-youssef-sai-da-cadeia-quase-3-anos-depois-de-ser-preso-na-lava-jato.html>>. Acesso em: 23 de dezembro de 2016.

HAUBERT, Mariana. “Sou oposição ao governo”, diz Eduardo Cunha após ser citado por delator. **Folha (online)**. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1657020-eduardo-cunha-anuncia-que-agora-e-oposicao-ao-governo.shtml>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

MARTINS, Raphael. “Sofro a dor da injustiça, mas não esmoreço”, diz Dilma. **Exame (online)**. 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/sofro-a-dor-da-injustica-mas-nao-esmoreco-diz-dilma/>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. O partido da mídia. **Observatório da Imprensa (online)**. 2014. Disponível em: <[http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/\\_ed822\\_o-partido\\_da\\_midia/](http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed822_o-partido_da_midia/)>. Acesso: 27 de maio de 2016.

MURILLO, Álvaro. Ex-ditador Manuel Noriega pede perdão à população do Panamá. **El país (online)**. 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/25/internacional/1435207249\\_982351.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/25/internacional/1435207249_982351.html)>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Jornais apoiam o impeachment de Dilma?** 2016. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/jornais-apoiam-o-impeachment-de-dilma/>>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

O GLOBO (online). **Dilma passeia de bicicleta próximo a Lava Jato do Planalto**. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-passeia-de-bicicleta-proximo-lava-jato-do-planalto-16357325>>. Acesso: 15 de janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

R7 NOTÍCIAS (online). **Quase 50% dos usuários do Google Notícias só leem os títulos**. 2010. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/noticias/quase-50-dos-usuarios-do-google-noticias-so-leem-os-titulos-20100120.html>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

TSE (online). **Presidente do TSE anuncia que Dilma Rousseff foi reeleita presidente da República**. 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-que-dilma-rousseff-foi-reeleita-presidente-da-republica>>. Acesso em: 6 de março de 2016.

VERSIANI, Isabel. Governo vai quitar total de dívida com pedaladas ainda em 2015, diz Tesouro. **Folha (online)**. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1723657-governo-vai-quitar-total-de-divida-com-pedaladas-ainda-em-2015-diz-tesouro.shtml>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

## ANEXOS

### **ANEXO A – Pesquisas de Opinião Pública do Datafolha que compõem o corpus analítico**

#### **RESPONSABILIZADA POR PETROBRAS PELA MAIORIA, DILMA TEM AVALIAÇÃO ESTÁVEL**

OPINIÃO PÚBLICA - 08/12/2014 18H28

DE SÃO PAULO

A presidente Dilma Rousseff (PT) termina seu primeiro mandato com a mesma aprovação registrada na semana da votação que a reelegeu: atualmente, 42% dos brasileiros com 16 anos ou mais consideram seu governo ótimo ou bom atualmente, índice idêntico ao registrado em pesquisa realizada no dia 21 de outubro deste ano. O índice de reprovação ao seu governo, porém, é mais alto hoje (24%) do que antes da votação (20%), enquanto a taxa dos que avaliam a gestão como regular é de 33% (ante 37% no levantamento anterior).

Ao longo de seu primeiro mandato, o governo Dilma alcançou sua taxa de aprovação mais alta (65%) em março de 2013, após dois anos e três meses de governo. Três meses mais tarde, em junho, a aprovação à gestão da petista atingiria seu patamar mais baixo (30%).

De 0 a 10, a nota média atribuída ao desempenho de Dilma até aqui é 6,2, nota similar à registrada em 21 de outubro (6,3).

Em relação ao segundo mandato, 50% avaliam que a petista fará um segundo governo ótimo ou bom, 26%, que seu próximo mandato será regular, e 21%, que será ruim ou péssimo. Há ainda 4% que não souberam opinar. Esses resultados são menos otimistas do que os registrados antes de Dilma Rousseff assumir seu primeiro mandato. Em dezembro de 2010, 73% acreditavam que a petista faria um governo ótimo ou bom, 16% esperavam um governo regular, e 6%, ruim ou péssimo. À época, 6% não opinaram.

Mais da metade dos brasileiros (56%) cita espontaneamente Lula quando questionada sobre qual o melhor presidente que o Brasil já teve. O nome de Fernando Henrique Cardoso vem a seguir, com 13%, e depois aparecem, no mesmo patamar, Getúlio Vargas (6%), Dilma (5%) e Juscelino Kubitschek (3%). Também foram mencionados José Sarney (2%), Itamar Franco (1%), Fernando Collor (1%) e João Baptista Figueiredo (1%), além de outros que não atingiram 1%. Uma fatia de 8% não soube opinar.

O ex-presidente Lula lidera a lista de melhor presidente em todos os segmentos, com índices mais altos entre os mais jovens (64%), entre os mais pobres (61%), nas regiões Norte (62%) e Nordeste (68%), e com índices mais baixos entre os mais velhos (46%, em segmento no qual se destaca Getúlio Vargas, com 14%), na fatia dos mais escolarizados (41%, ante 25% de Fernando Henrique) e entre os mais ricos (36%, em patamar próximo ao de Fernando Henrique, citado por 32%).

A popularidade de Lula fica hoje abaixo da atingida ao final de seu governo, em novembro de 2010, e acima da obtida em dezembro de 2006, quando concluía seu primeiro mandato. Em 2006, 35% citavam Lula como o melhor presidente da história do Brasil, enquanto 12% indicavam Fernando Henrique, 11%, Juscelino, e 8%, Vargas, entre outros. Quatro anos depois, 71% mencionavam o petista, 6%, Fernando Henrique, 5%, Vargas, e outros 5%, Juscelino, entre outros.

### **Saúde é área com pior avaliação**

Entre as áreas que são consideradas de responsabilidade do governo federal, 43% indicam a saúde como a mais problemática atualmente. Esse índice é inferior ao registrado em junho (38%) e abril (34%) deste ano, e fica mais próximo do registrado em junho do ano passado, quando a saúde atingiu seu percentual mais alto como principal problema do país (48%). Em seguida, atualmente, aparecem segurança/violência, com 18% (ante 15% no último levantamento); educação, com 9% (na pesquisa anterior, 10%); corrupção, também com 9% (ante 14% no último levantamento); desemprego, com 4%; economia, com 3%; e inflação, com 2%, entre outros indicados.

Entre os mais jovens, 36% apontam saúde como a área mais problemática, que é seguida por educação (16%). Na fatia dos mais escolarizados, 34% avaliam a saúde como principal problema do Brasil, 17% acreditam que é a educação, 15% citam a segurança, e para 13% é a corrupção.

Questionados sobre a área em que o governo federal está se saindo melhor, 16% mencionaram educação e 14% citaram a área social. Em seguida aparecem miséria/fome (11%), habitação (11%), saúde (4%), desemprego (4%), corrupção (2%) e economia (2%), entre outras. Uma fatia de 15% afirmou que o governo não se destaca positivamente em nenhuma área, e 14% não souberam opinar sobre o assunto.

As áreas de pior desempenho do governo federal coincidem com os resultados sobre o principal problema brasileiro: 40% indicam a saúde, e em seguida aparecem

segurança/violência/polícia (16%), educação (7%), corrupção (7%), economia (6%), inflação (3%), e desemprego (2%), entre outras. Uma fatia de 3% avalia que o governo tem desempenho negativo em todas as áreas, e 10% não souberam opinar.

### **66% defendem democracia, índice mais alto desde 1989**

A confiança na democracia como melhor forma de governo atingiu, em dezembro, seu índice mais alto desde setembro de 1989. Atualmente, 66% avaliam que a democracia é sempre a melhor forma de governo, índice acima do registrado em fevereiro deste ano (62%). Na primeira ocasião em que a questão foi submetida aos brasileiros pelo Datafolha, em 1989, 43% compartilhavam dessa opinião. No levantamento atual, há ainda 15% para quem tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura, 12% que acreditam que em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que um regime democrático, e 7% que não souberam opinar sobre o assunto.

Entre aqueles que estudaram até o ensino fundamental, fica abaixo da média a defesa da democracia como a melhor forma de governo (57%), e acima da média o índice dos que avaliam que tanto faz se democracia ou ditadura (19%) e dos que não opinaram (13%). Entre os mais escolarizados a tendência se inverte e 80% avaliam que a democracia é sempre a melhor forma de governo. Na fatia dos que avaliam o governo da presidente Dilma como ruim ou péssimo, um índice acima da média (17%) avalia que em certas circunstâncias é melhor a ditadura do que a democracia.

### **Para 68%, Dilma tem alguma responsabilidade em corrupção na Petrobras**

A maioria dos brasileiros (84%) tomou conhecimento das prisões, no início deste mês, de executivos de empreiteiras acusados de corrupção em negócios com a Petrobras, sendo que 28% estão bem informados sobre o assunto, 42% estão mais ou menos informados, e 14% estão mal informados.

Para 85%, houve um esquema de corrupção em negócios da Petrobras que beneficiou empreiteiras, ex-funcionários da estatal e partidos políticos. Uma fatia de 2% acredita que não houve um esquema de corrupção para esse fim, e 13% não souberam opinar sobre o tema.

Entre os que acreditam ter existido um esquema de corrupção na Petrobras, 41% avaliam que os principais beneficiados por ele foram os partidos políticos, 11% indicam as

empreiteiras como principais beneficiadas, e 8%, os ex-funcionários da Petrobras. Para 35%, todos eles foram beneficiados pelo esquema de corrupção, e 5% não souberam opinar.

A maioria dos brasileiros (68%) avalia que a presidente Dilma Rousseff tem alguma responsabilidade no caso de corrupção em negócios da Petrobras. Para 20%, ela não tem responsabilidade, e 12% não souberam responder.

### **Gestão Dilma foi a que mais teve corrupção investigada e punida, segundo brasileiros**

Para medir a percepção de corrupção em governos que assumiram a Presidência após a redemocratização, em 1989, o Datafolha consultou os brasileiros sobre em qual deles houve mais corrupção, qual mais combateu a corrupção e em qual os corruptos mais foram punidos. Uma lista com todos os presidentes que governaram o país após 1989 foi apresentada aos entrevistados em todas as questões.

O governo de Fernando Collor de Mello é apontado por 29% como o governo mais corrupto entre os apresentados, e em seguida aparecem os governos Dilma (20%), Fernando Henrique (13%), Lula (12%), Sarney (6%) e Itamar Franco (1%). Uma fatia de 6% citou, espontaneamente, todos eles, e 12% não souberam responder.

Para metade dos brasileiros (49%), foi no governo de Dilma Rousseff que a corrupção foi mais investigada. Em seguida aparecem as gestões de Lula (16%), Fernando Collor (11%), Fernando Henrique (4%), José Sarney (2%) e Itamar Franco (1%). Para 3%, a corrupção não foi investigada em nenhum desses governos, 1% avaliam que foi investigada em todos eles, e 15% não souberam responder.

A gestão de Dilma também é a mais apontada (40%) quando os brasileiros são questionados sobre em qual governo os corruptos foram mais punidos. Em seguida são citados os governos Collor (12%), Lula (11%), Fernando Henrique (3%), Sarney (2%) e Itamar Franco (1%). Para 11%, em nenhum destes governos os corruptos foram punidos, 1% avalia que em todos eles houve punição, e 20% não souberam opinar sobre o assunto.

### **APROVAÇÃO A GOVERNO DILMA ROUSSEFF CAI, E REPROVAÇÃO A PETISTA DISPARA**

OPINIÃO PÚBLICA - 09/02/2015 12H17

DE SÃO PAULO

No início do segundo mandato, a presidente Dilma Rousseff (PT) atingiu seu pior índice de aprovação desde que tomou posse, em janeiro de 2011. Atualmente, 23% dos brasileiros adultos avaliam a gestão da petista como ótima ou boa, enquanto 44% a consideram ruim ou péssima. Há ainda 33% que avaliam o governo Dilma como regular, e 1% não opinou. Na comparação com dezembro de 2014, houve queda expressiva na taxa de aprovação da presidente (à época, 42% consideravam seu governo ótimo ou bom), e alta na reprovação (24% de ruim ou péssimo, 20 pontos a menos do que atualmente). Na série histórica de avaliações do governo Dilma, seu pior índice de aprovação, até então, havia sido registrado no final de julho de 2013 (30%), e o seu melhor índice, em março do mesmo ano (65%).

A aprovação a Dilma caiu em todos os segmentos da população. Mesmo em estratos em que o apoio a petista se mantém acima da média, houve queda significativa. Entre os menos escolarizados, por exemplo, 31% aprovam seu governo atualmente, índice que era de 54% em dezembro do ano passado. Na parcela dos mais pobres, com renda mensal familiar de até 2 salários, a aprovação caiu de 50% para 27% no mesmo período. No Nordeste, foi de 53% para 29%, e no Norte, de 51% para 34%.

De forma geral, os segmentos em que Dilma enfrenta seus piores níveis de aprovação hoje são: jovens de 16 a 24 anos (19%); brasileiros com ensino médio (19%) e curso superior (16%); brasileiros com renda mensal familiar de 5 a 10 salários (16%) e mais de 10 salários (17%); residentes no Sudeste (19%) e em cidades com mais de 500 mil habitantes (17%).

De 0 a 10, a nota média atribuída ao desempenho da presidente Dilma Rousseff nos seus quatro anos e um mês de governo é 4,8, o que também representa sua pior nota desde a posse, em 2011.

Para a maioria dos brasileiros, a presidente Dilma Rousseff mentiu durante a campanha à reeleição. Esse grupo inclui aqueles que acreditam que ela disse mais mentiras do que verdades durante a campanha (46%), os que avaliam que disse somente mentiras (14%). A parcela dos que acreditam que a petista disse somente verdades soma 8%, há 25% para quem houve mais verdades do que mentiras, e há 8% que não opinaram sobre o assunto.

A imagem da presidente diante dos brasileiros também piorou na comparação com levantamentos anteriores. Atualmente, 50% a consideram indecisa, 46%, decidida, e 3% não têm opinião a respeito. Em abril de 2012, um ano e três meses após assumir, na última pesquisa em que esses atributos foram avaliados, 82% a apontavam como decidida, e somente 15%, como indecisa. Dois em cada três brasileiros (66%) avaliam a presidente como muito inteligente, e 31%, como pouco inteligente (4% não opinaram). Em abril de 2012, a taxa dos

que a apontavam como muito inteligente alcançava 84%, e somente 10% diziam que era pouco inteligente.

No mesmo período, a taxa dos que a avaliam como sincera caiu pela metade (de 73% para 35%), enquanto subiu de 13% para 54% a dos que a consideram falsa - 11% não opinaram na pesquisa atual, e 14% na realizada em 2012. Também foi consultada pela primeira vez a imagem sobre a honestidade da petista, e 47% a avaliaram como desonesta. A fatia dos que a apontaram como honesta soma 39%, e 14% não opinaram.

O desempenho de Dilma na área econômica, atualmente, é pior do que na área social: 20% avaliam a gestão econômica da petista ótima ou boa, 43% acham que é ruim ou péssima, e para 35%, é regular. Na área social, 32% avaliam seu desempenho como ótimo ou bom, 38%, como regular, e 27%, como ruim ou péssimo. Parcelas iguais, de 2%, não opinaram sobre esses temas.

### **Cresce percepção de corrupção como principal problema do país**

A maioria dos brasileiros (59%) considera o país um lugar ótimo, mas esse índice representa uma queda de 18 pontos na comparação com dezembro do ano passado (77%). O índice atual de satisfação com a vida no país é o mais baixo na série histórica do Datafolha sobre o tema, só comparável aos registrados em março/abril de 2003 (61%) e junho de 2001 (60%). A série histórica da questão tem início em março de 2000. Atualmente, há 13% que avaliam o Brasil como ruim ou péssimo para viver (em dezembro do ano passado, 5%), e 28% que o consideram regular (ante 18% no levantamento anterior).

A taxa dos que indicam que tem mais orgulho do que vergonha de viver no Brasil (74%) também é a mais baixa desde março de 2000. Na comparação com dezembro de 2014, houve queda de dez pontos na parcela dos que sentem mais orgulho do que vergonha (era de 84%), e alta de 14% para 24% na fatia dos que sentem mais vergonha do que orgulho de ser brasileiro. Há ainda 2% que não responderam ou indicaram outras respostas.

Os principais problemas do Brasil, citados espontaneamente pelos brasileiros, estão ligados à saúde (26%) e corrupção (21%). Em seguida aparecem problemas relacionados à violência e segurança (14%), educação (9%), desemprego (6%), falta d'água (4%), inflação (4%), economia (2%) e fome/miséria (2%), entre outros menos citados de forma espontânea. Esse quadro aponta para mudanças significativas na percepção do brasileiro sobre os problemas do país quando comparado ao verificado em dezembro de 2014. Desde então, a taxa dos que indicam saúde caiu 17 pontos (era de 43%), a dos que citam corrupção cresceu

12 pontos (era de 9%), e a dos que mencionam a violência/segurança caiu 4 pontos (era de 18%). Cada entrevistado só pode dar uma resposta à pergunta.

### **Expectativa de alta na inflação atinge nível mais alto desde 1994**

A queda nas taxas de aprovação do Governo Federal e satisfação com o país encontram respaldo nas expectativas pessimistas dos brasileiros com os indicadores econômicos do país. Sondagens sobre as expectativas em relação à inflação, desemprego e poder de compra dos salários, além da situação econômica do país e dos entrevistados, são realizadas pelo Insitutot Datafolha desde meados da década de 1990, e há resultados que nunca foram tão pessimistas quanto os registrados em fevereiro de 2015.

Esse é o caso, por exemplo, da inflação: atualmente, 81% dos brasileiros preveem que daqui para frente inflação irá aumentar, 5%, que irá diminuir, e 11%, que irá ficar como está, além de 3% sem opinião sobre o assunto. Em dezembro do ano passado, 54% esperavam por aumento da inflação. Até agora, a taxa mais alta de expectativa de alta na inflação havia sido registrada em setembro de 2001 (72%), em pesquisa realizada uma semana após os atentados terroristas aos Estados Unidos - à época, 51% dos brasileiros acreditavam que as consequências dos atentados para a economia brasileira seriam grandes, 29%, que seriam pequenas, e 11%, que não haveria consequências. As taxas mais baixas de pessimismo foram registradas em dezembro de 1994, julho de 2003 e outubro de 2003 (30%).

O aumento no desemprego é esperado por 62%, e os demais se dividem entre aqueles que acreditam que o desemprego irá diminuir (13%) ou ficar como está (22%). Há ainda 2% que não opinaram. Em dezembro de 2014, 39% avaliavam que o desemprego iria aumentar, 27%, que iria aumentar, e 29%, que ficaria como estava. Essa é a taxa mais alta de expectativa de alta no desemprego desde dezembro 2001 (66%). Na série histórica sobre o tema, que tem início em março de 1995, a mais alta expectativa de aumento de desemprego havia sido registrada em junho de 2001 (72%), em pesquisa que refletia o pessimismo dos brasileiros com a crise energética instalada no país.

Pela primeira vez, desde 1994, a maioria (57%) da população adulta do país acredita que o poder de compra dos salários irá diminuir nos próximos meses. A parcela dos que acreditam que irá aumentar fica em 17%, outros 22% avaliam que irá ficar como está, e 3% não opinaram. Em dezembro do ano passado, o tema dividia os brasileiros: 34% avaliavam que o poder de comprar iria diminuir, 31%, que iria aumentar, e 29%, que ficaria estável. A

expectativa mais alta de diminuição de poder de compra registrada, até então, havia sido registrada em fevereiro de 1999 (48%).

Para 55%, a situação econômica do país irá piorar nos próximos meses, o dobro do registrado em dezembro do ano passado (28%). Esse é o índice mais alto de pessimismo em relação à economia brasileira desde que essa questão começou a ser abordada pelo Datafolha, em dezembro de 1997. O resultado só é comparável a setembro de 2001, quando 53% esperavam por piora na economia do país. A parcela dos que esperam que a economia melhore nos próximos meses é de 16%, e para 26% ficará estável. Há ainda 3% que não responderam.

A expectativa em relação à própria situação econômica é menos pessimista, mas o cenário também é de deterioração das expectativas na comparação com o final do ano passado. Para 33%, a situação econômica pessoal irá melhorar (em dezembro, 51%), 26% acreditam que irá piorar (em dezembro, 12%), e 38% avaliam que irá ficar como está (ante 35% em dezembro).

Esse pessimismo econômico traz impactos no consumo dos brasileiros, que cortaram despesas nos últimos meses e não pretendem aumentar seu consumo nos próximos meses. A maioria (56%) cortou algum tipo de despesa pessoal nos últimos meses, e quase metade da população (46%) pretende consumir menos nos próximos meses. Pretendem consumir mais 19%, e 33% pretendem manter o nível de consumo estável.

### **Para 52% dos brasileiros, Dilma sabia de corrupção na Petrobras e permitiu que ocorresse**

Para os brasileiros, a Petrobras tem muita importância para o Brasil, mas parte significativa da população acredita que o futuro da empresa esteja em risco por causa dos casos de corrupção envolvendo seus negócios. Consultados sobre a importância da Petrobras para o país, tendo como parâmetro uma escala de 0 a 10 onde 0 significa nada importante e 10, muito importante, 45% atribuíram máxima importância, ou seja, nota 10. A fatia dos que atribuíram nota 9 é de 9%, e 16% indicaram nota 8. Somadas, as notas 8, 9 e 10 foram apontadas por 70% dos brasileiros, e notas igual ou abaixo de 5 somaram 15%, (uma fatia de 5% atribuiu nota 0, ou nenhuma importância).

Após serem consultados sobre a importância da Petrobras, os brasileiros foram questionados sobre os casos de corrupção envolvendo os negócios da empresa, seu quadro de funcionários e agentes políticos. As questões foram feitas nessa ordem para que a atribuição

de importância não fosse influenciada pelas informações trazidas pelas questões referentes à corrupção na estatal.

A maioria dos brasileiros (86%) tomou conhecimento das prisões, no final do ano passado, de executivos de empreiteiras acusados de corrupção em negócios com a Petrobras, índice similar ao registrado em dezembro de 2014 (84%). Dos que tomaram conhecimento, 30% estão bem informados, 44%, mais ou menos informados, e 12%, mal informados.

Para 82%, a corrupção descoberta na Petrobras irá prejudicar a estatal em vários níveis. Os mais pessimistas (45%) acreditam que irá prejudicar a empresa por muito tempo e coloca seu futuro em risco. Para 23%, a corrupção descoberta na empresa irá prejudicá-la por muito tempo, mas não coloca seu futuro em risco. Há ainda 15% que veem prejuízo para a Petrobras, mas por pouco tempo, sem colocar seu futuro em risco, e 8% que não veem prejuízo.

Apenas 14% dos brasileiros avaliam que a presidente Dilma Rousseff não sabia da corrupção na Petrobras, e para 25% ela sabia mas não poderia fazer nada para evitá-la. A maior parte (52%), porém, acredita que a petista sabia da corrupção na Petrobras e deixou que ela ocorresse, e 8% não tem opinião sobre o assunto. Entre os que aprovam o governo Dilma, 17% acreditam que ela sabia da corrupção mas deixou que ocorresse, 31%, que sabia mas não poderia evitá-la, e 37%, que não sabia.

### **65% apoiam adotar racionamento de energia imediatamente**

A maioria dos brasileiros (94%) tomou conhecimento de que a falta de chuvas em algumas regiões do país tem feito baixar o volume de reservatórios de água usados para abastecer a população e gerar energia elétrica. A fatia dos bem informados sobre o assunto atinge 57%, e os demais estão ou mais ou menos informados (31%) ou mal informados (7%)

Um em cada três brasileiros (32%) acredita que o principal responsável pelo risco de faltar energia no Brasil seja o Governo Federal, e 18% avaliam que seja a população. Também foram apontadas as grandes empresas (10%) e os governos estaduais (8%), assim como todos eles (23%). Há ainda 2% que não consideram nenhum dos citados culpado, e 8% não opinaram sobre o assunto. Entre os mais jovens, ficam abaixo da média as indicações ao Governo Federal (27%), e acima da média (25%), a todos (governos, população e grandes empresas). Na parcela dos mais escolarizados, 42% dizem que o principal culpado é o Governo Federal, índice que cai para 27% entre os menos escolarizados.

Dois em cada três brasileiros (65%) acreditam que o governo deveria adotar imediatamente o racionamento para enfrentar o problema de falta de chuvas que prejudica o abastecimento de energia elétrica em algumas regiões do país. Para 27%, o governo deveria esperar mais alguns meses para observar se as chuvas a partir de agora irão encher os reservatórios, e 8% não opinaram. No Sul, o índice dos que apoiam um racionamento imediato fica abaixo da média (58%), assim como entre os menos escolarizados (56%). Entre os mais escolarizados, 77% avaliam que o governo deveria adotar o racionamento imediatamente.

A falta de energia atingiu na residência onde moram atingiu, no último mês, 39% dos brasileiros. Destes, 15% dizem ter ficado sem energia por 1 dia, 10%, por 2 dias, 6%, por 3 dias, e 8%, por quatro dias ou mais. Em média, os atingidos ficaram sem energia em 2,9 dias, considerando os 30 dias anteriores à pesquisa. A região menos atingida por falta de energia foi o Sul (30% relataram ter ficado sem energia em pelo menos 1 dia dentre os 30 dias anteriores), e as mais atingidas foram Centro Oeste (45%), Norte (45%) e Nordeste (43%). No Sudeste, 37% disseram ter faltado energia no período.

### **36% sofreram com falta de água no último mês**

A maioria (95%) tomou conhecimento sobre a falta de água que está atingindo algumas regiões do país devido ao baixo volume de reservatórios de água usados para abastecer a população. Destes, 58% declaram estar bem informados sobre o assunto, e os demais estão ou mais ou menos informados (30%) ou mal informados (6%)

Há uma divisão na atribuição de responsabilidade pela falta de água em algumas regiões do país: para 24%, a população é o principal responsável, índice igual (24%) ao dos que indicam todos (governos federal e estaduais, grandes empresas e população) e no mesmo patamar dos que atribuem a responsabilidade principalmente ao Governo Federal (22%). Para 14%, o principal responsável são os governos estaduais, 6% acreditam que sejam as grandes empresas, e 3%, que não seja nenhum desses. Há ainda 6% que não opinaram sobre o assunto.

Na região Sudeste, a principal ameaçada pelo problema de abastecimento de água, 26% acreditam que todos sejam responsáveis pela falta de água, 22%, que seja a população, 21%, que seja o Governo Federal, e 19%, os governos estaduais. As grandes empresas foram apontadas por 5%, e uma fatia de 3% não atribui responsabilidade a nenhum deles.

A falta de água na residência onde moram atingiu, no último mês, 36% dos brasileiros. Destes, 18% ficaram sem água em casa por 5 dias ou mais, 7%, de 3 a 4 dias, e 6%, 2 dias ou

menos. No Nordeste, 50% ficaram sem água na residência por pelo menos 1 dia nos 30 dias anteriores ao levantamento. No Sudeste, o índice fica em 37%, e cai para 29% no Centro-Oeste, 24%, no Norte, e 19%, no Sul.

## **47% FORAM À AVENIDA PAULISTA EM 15 DE MARÇO PROTESTAR CONTRA A CORRUPÇÃO**

OPINIÃO PÚBLICA - 17/03/2015 19H52  
DE SÃO PAULO

A maioria dos manifestantes presentes à Avenida Paulista no domingo, 15 de março, era do sexo masculino (63%), e 38% eram do sexo feminino. Uma parcela de 14% tinha até 25 anos, 28%, de 26 a 35 anos, 37%, de 36 a 50 anos, e 21%, 51 anos ou mais. A idade média era de 40 anos. Uma parcela de 76% tinha ensino superior, e os demais haviam estudado até o ensino médio (21%) ou fundamental (2%). Uma fatia de 85% fazia parte da PEA (População Economicamente Ativa), com destaque para assalariados registrados (37%), autônomos regulares (11%), profissionais liberais (7%), empresários (14%). A segmentação por renda mostra que 14% tinham renda mensal de até 3 salários mínimos, 15%, de 3 a 5 salários mínimo, 27%, de 5 a 10 salários mínimos, 22%, de 10 a 20 salários mínimos, e 19%, mais de 20 salários. Uma fatia de 4% não informou sua renda mensal familiar.

Sete em cada dez (69%) se declararam de cor branca, e os demais se dividiram entre pardos (20%), preta (5%), amarela (3%) e indígena (1%). Os moradores das regiões sul (28%) e oeste (23%) eram os mais numerosos, e em seguida aparecem leste (14%), centro (13%), norte (9%) e outras cidades (13%).

A parcela dos que já haviam participado de outras manifestações neste ano é de 26%. Neste grupo, a média foi de participação em 3,6 protestos neste ano.

O PSDB é o partido preferido dos manifestantes (37%), e 51% não têm partido preferido. Ampla maioria (94%), porém, não tem filiação partidária, e entre os filiados se destacou somente o PSDB (3%). A fatia dos que disseram não ter ligação com nenhum dos grupos que organizaram os protestos é de 91%. Entre os que declararam ter ligação, 3% disseram fazer parte do Vem pra Rua, 2%, do Revoltados, e 1%, do MBL, entre outros menos citados.

A maioria absoluta (96%) dos presentes na Paulista no domingo avalia o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) como ruim ou péssimo, e 3%, como regular. Há ainda 1%

que não opinou. No 2º turno da última eleição presidencial, 82% votaram em Aécio Neves (PSDB), 6% não votaram, 8% votaram em branco ou nulo, e 3% votaram na petista Dilma Rousseff, que acabou reeleita.

Esponaneamente, ou seja, sem alternativas previamente informadas aos respondentes, 47% declararam estar na manifestação para protestar contra a corrupção. Um em cada quatro (27%) teve como motivação o impeachment/saída da presidente Dilma Rousseff, e 20% declararam estar protestando contra o PT, de forma geral. A fatia dos que disseram estar na Paulista para protestar contra todos os políticos soma 15%, e 6% foram pedir mais segurança.

A avaliação do trabalho dos deputados e Senadores do Congresso Nacional também é negativa: 77% atribuem a eles desempenho ruim ou péssimo, 19%, regular, e 3%, ótimo ou bom.

### **Avaliação de instituições**

As redes sociais via internet são o meio ou categoria de maior prestígio entre os manifestantes: 83% avaliam que elas têm muito prestígio, 14%, que têm pouco prestígio, e 3%, que têm nenhum prestígio. A imprensa vem a seguir: 61% a consideram com muito prestígio, 30%, com pouco prestígio, e 8%, com nenhum prestígio. Para 33%, a Igreja Católica tem muito prestígio, enquanto 49% avaliam que têm pouco prestígio, e 17%, que têm nenhum prestígio. As Forças Armadas têm prestígio similar (32% consideram que têm muito prestígio, 49%, que têm pouco de prestígio, e 16%, que têm nenhum prestígio).

Em seguida aparece o Poder Judiciário, considerado por 22% com muito prestígio junto à sociedade, por 55%, com pouco prestígio, e por 22%, com nenhum prestígio. Em outro patamar aparecem a Igreja Universal do Reino de Deus (12% a avaliam com muito prestígio, 33%, com pouco prestígio, e 51%, com nenhum prestígio), os sindicatos dos trabalhadores (12% de muito prestígio, 39%, de pouco prestígio, e 48%, nenhum prestígio), os partidos políticos (10% de muito prestígio, 39%, de pouco prestígio, e 50%, de nenhum prestígio), e o Congresso Nacional (9% de muito prestígio, 50%, de pouco prestígio, e 41%, de nenhum prestígio).

A Presidência da República e ministérios possuem o menor grau de prestígio: 7% avaliam que têm muito prestígio, 25%, pouco prestígio, e 68%, nenhum prestígio.

Sobre as mesmas categorias, o Datafolha também mediu o poder ou capacidade de influência no Brasil atualmente, e as redes sociais foram apontadas como as mais influentes pelos manifestantes. Segundo 89% deles, as redes sociais têm muita influência, 9% acreditam

que pouca influência, e 1%, nenhuma influência. A imprensa vem a seguir: para 77%, ela têm muita influência, 21% dizem que têm pouca influência, e 3%, que têm nenhuma influência. Os partidos políticos têm muita influência para 39%, pouca influência para 39%, e nenhuma para 21%.

Em seguida aparecem a Presidência da República e ministérios (35% de muita influência, 31% de pouca influência, e 34% de nenhuma influência), o Poder Judiciário (29% de muita influência, 54% de pouca influência, e 16% de nenhuma influência), o Congresso Nacional (29% de muita influência, 49% de pouca influência, e 22% de nenhuma influência), a Igreja Católica (27% de muita influência, 57% de pouca influência, e 15% de nenhuma influência), os sindicatos de trabalhadores (26% de muita influência, 47% de pouca influência, e 26% de nenhuma influência), a Igreja Universal do Reino de Deus (26% de muita influência, 40% de pouca influência, e 30% de nenhuma influência).

### **Petrobras e corrupção**

Em uma escala de 0 a 10 em que zero significa nada importante e 10, muito importante, a Petrobras teve nota média 8,5 em importância para o Brasil. A maioria (57%) atribuiu nota 10 em importância à estatal. Uma parcela de 99% dos presentes ao protesto acreditam que a corrupção descoberta na Petrobras irá prejudicá-la, sendo que a maioria (75%) avalia que a corrupção irá prejudicar a estatal por muito tempo e coloca seu futuro em risco. Há ainda os que acreditam que irá prejudicar por muito tempo mas não coloca seu futuro em risco (19%), e aqueles que acreditam que irá prejudicar por pouco tempo e não colocar o futuro da empresa em risco (5%).

Para 90%, a presidente Dilma Rousseff sabia da corrupção na Petrobras e deixou que ela ocorresse, e 9% avaliam que a petista sabia mas não poderia fazer nada para evitá-la.

### **Democracia e posicionamento político**

A maioria (85%) dos manifestantes acredita que a democracia é sempre a melhor forma de governo. Para 10%, em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que um regime democrático, e 3% consideram que tanto faz se é uma democracia ou uma ditadura. Também foi consultada a posição política dos manifestantes. Em uma escala de 1 a 7 em que 1 é o máximo à esquerda e 7, o máximo à direita, a média obtida foi de 4,6, ou seja, entre o

centro e a direita. Um em cada quatro (25%) se posicionaram mais à direita (6 e 7), e 6%, nas posições mais à esquerda (1 e 2).

Os dados completos da pesquisa, com comparação de perfil com resultados da manifestação de 13 de março, também na Avenida Paulista, pode ser baixada neste link

## **REPROVAÇÃO AO GOVERNO DILMA ATINGE 62% E É MAIS ALTA DESDE COLLOR**

OPINIÃO PÚBLICA - 18/03/2015 11H00  
DE SÃO PAULO

Pela primeira vez desde que assumiu a Presidência da República, em janeiro de 2011, Dilma Rousseff enfrenta a insatisfação da maioria da população com seu governo. Atualmente, 62% dos brasileiros com 16 anos ou mais avaliam a gestão da petista como ruim ou péssima, 13% a consideram ótima ou boa, e para 24% é regular.

A avaliação negativa do governo Dilma, acima de 60%, é comparável à enfrentada por Sarney (pesquisas em 10 capitais durante o mandato do maranhense mostravam índices negativos de 62% a 68% entre março de 1988 e janeiro de 1990) e por Fernando Collor (68% avaliavam seu governo como ruim ou péssimo no início de setembro de 1992, pouco antes de Collor ser impedido de exercer a Presidência da República).

No pior momento de sua administração, Fernando Henrique Cardoso também se aproximou desse patamar (o governo do peessedebista foi avaliado como ruim ou péssimo por 56% em setembro de 1999). Durante o governo Lula, a taxa mais alta de reprovação foi registrada em dezembro de 2005 (29%).

Na comparação com pesquisa realizada em fevereiro, a taxa de aprovação ao governo Dilma Rousseff caiu pela metade (de 23% para 13%), enquanto a reprovação saltou de 44% para os atuais 62%. A taxa de avaliação regular passou de 33% para 24% nesse período.

Houve queda em todos os segmentos analisados, e atualmente a petista enfrenta os índices mais altos de rejeição a seu governo entre os eleitores com escolaridade média (66%), entre aqueles com renda mensal familiar de 2 a 5 salários mínimos (66%), na fatia dos que possuem renda de 5 a 10 mínimos (65%), nas regiões Sudeste (66%) e Centro-Oeste (75%), e em cidades com mais de 200 mil habitantes (66%). A taxa de aprovação mais alta da petista é registrada na região Norte (21%). No Nordeste, fica em 16%.

De 0 a 10, a nota média atribuída ao desempenho da presidente Dilma Rousseff nos seus quatro anos e três meses de governo é 3,7. Na pesquisa de janeiro, a nota média era 4,8.

A avaliação do Congresso Nacional também é negativa: 50% consideram o desempenho dos deputados e Senadores da atual legislatura ruim ou péssimo, e somente 9% avaliam o desempenho como ótimo ou bom. Para 36%, o trabalho dos congressistas é regular, e 5% não opinaram sobre o assunto.

Na série histórica do Datafolha sobre o desempenho de deputados e Senadores, o índice de reprovação atual só é comparável aos registrados em novembro de 1993 (56%) e dezembro do mesmo ano (55%), época em que denúncias contra congressistas deram origem ao episódio que ficou conhecido como "escândalo dos anões do orçamento". Na comparação com a avaliação mais recente do Congresso, realizada em dezembro de 2014, a reprovação subiu (era de 32%), enquanto as taxas de aprovação e de avaliação regular caíram (eram de 17% e 42%, respectivamente).

Entre os brasileiros com ensino superior, 61% reprovam o trabalho dos congressistas, índice que chega a 63% entre aqueles com renda mensal entre 5 e 10 salários e a 65% na fatia dos que possuem renda superior a 10 salários. Entre os que avaliam o governo Dilma como ótimo ou bom, 27% também aprovam o desempenho dos membros do Congresso. No Norte, a aprovação ao trabalho de deputados e Senadores fica acima da média (14%).

## **REPROVAÇÃO A DILMA PARA DE SUBIR, MAS MAIORIA AINDA REJEITA SEU GOVERNO**

OPINIÃO PÚBLICA - 13/04/2015 11H46

DE SÃO PAULO

A reprovação ao governo da presidente Dilma Rousseff (PT) oscilou de 62% em março para 60%, o que indica uma avaliação negativa estável em um patamar elevado. A taxa de aprovação à gestão da petista atualmente (13%) é igual à registrada no mês passado (13%), e há ainda 27% que a avaliam como regular (em março, 24%).

De 0 a 10, a nota média atribuída ao desempenho da presidente Dilma Rousseff durante seu governo é 3,8, em nível similar ao registrado em março (3,7). Em pesquisa realizada em fevereiro, a nota média era 4,8.

Nesta pesquisa, foram realizadas 2834 entrevistas, entre brasileiros com 16 anos ou mais, em 171 cidades de todas as regiões do país. A margem de erro do levantamento, considerando o total da amostra, é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

Apesar de ver a popularidade de seu legado diminuir, Lula segue o mais apontado como melhor presidente que o Brasil já teve. Metade (50%) dos brasileiros escolhe seu nome, espontaneamente, quando consultados sobre o tema. Em novembro de 2010, no penúltimo mês de seu segundo mandato, o petista era indicado por 71% como melhor presidente da história. Quatro anos depois, em dezembro de 2014, esse índice havia recuado para 56%, e agora fica em 50%.

Em seguida aparecem, atualmente, Fernando Henrique Cardoso (15%, índice similar aos 13% de dezembro de 2014), Getúlio Vargas (6%), Juscelino Kubistchek (3%), José Sarney (2%), Dilma (2%), Fernando Collor de Mello (1%), Itamar Franco (1%) e João Batista Figueiredo (1%). A fatia dos que não souberam responder é de 13%.

A avaliação negativa do Congresso Nacional caiu entre março (quando 50% consideravam o desempenho dos deputados e senadores ruim ou péssimo) e abril (44% compartilham da mesma opinião). Nesse período, oscilou de 9% para 11% o índice dos que avaliam o trabalho dos congressistas como ótimo ou bom, e de 36% para 38% a taxa de avaliação regular.

Pela primeira vez, a área da saúde divide com a corrupção a liderança do ranking de principal problema do país (com 23% e 22% das menções espontâneas, respectivamente). Esse é o mais alto de percepção da corrupção como principal problema do país já registrado na série histórica sobre o tema. Em pesquisa realizada em fevereiro, a saúde ainda liderava isoladamente (citada por 26%) como o principal problema brasileiro, sendo seguida por corrupção (21%). Em junho de 2013, a área da saúde alcançava 48% das menções para principal problema do país, índice mais alto da categoria na série histórica, enquanto a corrupção ficava com 11% das citações.

Além de saúde e corrupção, a lista de principais problemas do Brasil, hoje, abrange as áreas da educação (10%), inflação (9%), desemprego (8%), violência/segurança (7%), economia (4%), salário (1%), fome/miséria (1%), falta d'água (1%) e má administração (1%), entre outras que não obtiveram 1% das citações. Há ainda 3% que não souberam apontar nenhuma área problemática.

A alta das menções à corrupção foi acompanhada de outros movimentos significativos na opinião dos brasileiros sobre o principal problema do país. O índice alcançado nesta pesquisa pela inflação, por exemplo, também é o mais alto já registrado desde 1996. Desde

então, a inflação havia ultrapassado o índice de 2% somente em dois momentos - em dezembro de 2002, quando atingiu 5%, e na pesquisa realizada em fevereiro deste ano, quando era de 3%. As indicações relacionadas à segurança pública e violência caíram pela metade (de 14% para 7%) entre março e abril, e estão agora no patamar mais baixo desde junho de 2001 (7%).

## **POR LAVA JATO, MAIORIA QUER ABERTURA DE PROCESSO CONTRA DILMA ROUSSEFF**

OPINIÃO PÚBLICA - 13/04/2015 12H05

DE SÃO PAULO

Três em cada quatro (75%) brasileiros apoiam as manifestações contra o governo da presidente Dilma Rousseff que vêm ocorrendo em várias cidades brasileiras. Apenas 19% declaram ser contra os protestos, e 5% não responderam. Os protestos têm apoio acima da média entre aqueles que estudaram até o ensino médio (81%), e abaixo da média entre os que possuem escolaridade fundamental (68%).

Para 57%, a presidente Dilma Rousseff sabia da corrupção na Petrobras e deixou que ela ocorresse, índice ligeiramente abaixo do verificado em março (61%), mas acima do registrado em fevereiro (52%). A fatia dos que avaliam que ela sabia da corrupção porém não poderia fazer nada para evita-la é de 26% (ante 23% em março), e para 12% a presidente não sabia da corrupção na estatal.

Considerando tudo o que se sabe até o momento sobre a Operação Lava Jato, a maioria dos brasileiros (63%) avalia que o Congresso Nacional deveria abrir um processo de impeachment para afastar Dilma Rousseff da Presidência da República. São contrários à abertura 33%, e 4% não souberam responder. Entre os mais escolarizados, fica abaixo da média o índice dos que apoiam a abertura do processo de impeachment da presidente (52%), assim como entre os mais ricos (51%) e os mais velhos (52%).

No Centro Oeste, 73% são favoráveis à abertura de um processo para afastar Dilma, ante 54% de apoio no Nordeste. Na parcela dos que declaram ter votado na petista no 2º turno da última eleição presidencial, 43% acreditam que o Congresso deveria abrir processo de impeachment contra a petista. Entre os que votaram em Aécio, o índice chega a 79%.

A maioria (64%), porém, avalia que Dilma não será afastada da Presidência da República, e os demais se dividem entre aqueles que acreditam que ela será afastada (29%) e

os que não opinaram sobre o assunto (7%). A avaliação de que Dilma será afastada tem índices acima da média entre os menos escolarizados (36%), entre os mais pobres (35%), na parcela de brasileiros com idade entre 45 a 59 anos (34%) e entre moradores da região Norte (34%). Entre os mais escolarizados, apenas 16% acreditam em afastamento da petista.

Em agosto de 2005, o Datafolha consultou os brasileiros sobre a abertura de processo de impeachment contra Lula por causa de denúncia de corrupção no governo federal - à época, o caso do mensalão tinha seus primeiros desdobramentos. Naquela pesquisa, 63% apontavam que o Congresso Nacional não deveria abrir processo para afastar Lula da Presidência da República, enquanto 29% acreditam que deveria, e 9% não tinham opinião a respeito. A maioria (73%) também acreditava que o petista não sofreria impeachment, e os demais acreditavam que ele sairia (17%) ou não opinaram (10%).

Quatro em cada dez brasileiros (39%) não sabem responder espontaneamente sobre quem assumiria a Presidência da República caso Dilma Rousseff fosse afastada do cargo. As menções genéricas ao vice-presidente, sem apontar nome, somam 29%, e só então aparece Michel Temer, citado por 13%, mesmo patamar de Aécio Neves (12%). Há ainda 3% que citaram Lula, 1% que mencionam Marina Silva, e 5%, nomes diversos que não atingiram 1%.

Entre os mais jovens, 18% apontam Aécio Neves, e somente 9%, Michel Temer. Entre as mulheres, 46% não souberam citar quem assumiria a Presidência da República no lugar de Dilma Rousseff. Esse índice também fica acima da média entre os menos escolarizados (52%), na parcela dos mais velhos (48%) e entre os mais pobres (48%). No segmento dos mais escolarizados, 43% mencionaram o vice-presidente, sem especificar nome, e 27% citaram Michel Temer.

Questionados sobre quem é o vice-presidente do Brasil, a maioria (63%) declarou desconhecimento, e 36% mencionaram corretamente o nome de Michel Temer. Entre os mais jovens, 72% não souberam responder quem é o vice-presidente do país, índice que vai a 79% entre os menos escolarizados, e fica em 76% entre os mais pobres.

### **Aécio e Lula dividem liderança em simulação de nova eleição presidencial**

Se houvesse uma nova eleição presidencial hoje e os candidatos fossem Aécio Neves, Lula, Marina Silva (PSB) Joaquim Barbosa, Luciana Genro e Eduardo Jorge, o tucano teria 33% das intenções de voto, em situação de empate técnico com o ex-presidente petista (29%). Em seguida, também empatados, apareceriam Marina Silva (14%) e Joaquim Barbosa (13%),

e em um patamar mais baixo, Luciana Genro (2%) e Eduardo Jorge (1%). Uma fatia de 6% não votaria em nenhum deles, e 3% não souberam responder.

Na parcela dos menos escolarizados, Lula levaria vantagem sobre Aécio (40% a 32%), enquanto entre os mais escolarizados o tucano (com 30%) ficaria à frente de Joaquim Barbosa (25%) e do petista teria (17%). Lula tem melhor desempenho no Nordeste (44%, ante 24% de Aécio), enquanto o tucano se destaca no Sul (41%, ante 22% do petista), no Centro Oeste (35%, ante 22% de Lula) e na região Norte (43%, ante 23% de Lula).

Entre os que declaram ter votado em Dilma no 2º turno da eleição de 2014, 51% votariam em Lula, 15%, em Aécio, e 13%, em Marina Silva. Na parcela do eleitorado que votou no tucano, 59% repetiriam a escolha, e os demais se dividiriam entre Barbosa (17%), Marina (12%) e Lula (6%).

## **100 MIL FORAM À PAULISTA EM 12 DE ABRIL; 77% DEFENDEM IMPEACHMENT**

OPINIÃO PÚBLICA - 13/04/2015 13H33

DE SÃO PAULO

Os cerca de 100 mil manifestantes que foram à Avenida Paulista para protestar no domingo, 12 de abril, tinham opiniões e perfil similar aos dos que estiveram na manifestação ocorrida em 15 de março deste ano, no mesmo local, com exceção da idade - o evento de abril reuniu um público mais velho do que o de março. Os dois eventos também guardam em comum a rejeição ao governo da presidente Dilma Rousseff (PT), o posicionamento de centro-direita, a preferência por Aécio Neves (PSDB) na última eleição e a má avaliação que também fazem do Congresso Nacional.

Segundo contagem realizada pelo Datafolha, 100 mil pessoas passaram pelo protesto na Avenida Paulista entre 12h e 18h. Entende como o instituto realiza essa contagem de multidões acessando este vídeo.

A maioria dos manifestantes presentes à Avenida Paulista no domingo, 12 de abril, era do sexo masculino (56%), e 44% eram do sexo feminino. Uma parcela de 11% tinha até 25 anos, 19%, de 26 a 35 anos, 30%, de 36 a 50 anos, e 41%, 51 anos ou mais. A idade média ficou em 45 anos. Na comparação com o protesto realizado na Paulista em 15 de março, aumentou a idade média de idade dos participantes (era de 40 anos).

Uma parcela de 78% dos que estiveram em 12 de abril na avenida tinha ensino superior (77%), e 20% tinham ensino médio. Apenas 3% haviam estudado até o ensino fundamental. Faziam parte da PEA (População Economicamente Ativa) 82% dos presentes, com destaque para assalariados registrados (35%), autônomos regulares (15%) e empresários (10%).

A segmentação por renda mostra que 14% tinham rendimento familiar mensal de até 3 salários mínimos, 14%, de 3 a 5 salários mínimo, 24%, de 5 a 10 salários mínimos, 25%, de 10 a 20 salários mínimos, e 16%, de 20 salários ou mais. Uma fatia de 5% não informou sua renda mensal familiar.

Quatro em cada cinco (73%) se declararam de cor branca, e 18%, de cor parda. Apenas 4% se declararam da cor preta, 1% afirmou ser indígena, 2% disseram ser amarelos, e 2% indicaram, espontaneamente, outras cores. Os locais de moradia mais frequentes entre os participantes era a região sul (32%), e em seguida apareciam oeste (18%), centro (13%), leste (11%), norte (8%). Moradores de outras cidades eram 17%.

Seis em cada dez manifestantes (63%) também estiveram na avenida Paulista em 15 de março. .

### **Maioria quer impeachment e conhece vice-presidente**

A reprovação ao governo da presidente Dilma Rousseff (PT) entre os manifestantes alcança 96%, e 3% o veem como regular. Essa avaliação é similar à registrada em 15 de março (96% e 3%, respectivamente). Na população brasileira adulta, a rejeição ao governo da petista é menor, mais ainda abrange a maioria (60%), e há ainda 27% que o consideram regular e outros 13% que o avaliam como bom ou ótimo.

O desempenho dos deputados e senadores no Congresso é considerado ruim ou péssimo por 77% dos que foram protestar em 12 de abril. Para 19%, é regular, e somente 2% avaliam o trabalho dos congressistas como ótimo ou bom. O resultado é similar ao verificado na manifestação realizada em 15 de março (77% de ruim ou péssimo, 19% de regular, 3% de ótimo ou bom). Entre os brasileiros, a imagem dos membros do Congresso é menos negativa: 44% consideram o desempenho deles ruim ou péssimo, 38%, regular, 11%, ótimo ou bom, e 6% não têm opinião. Dos que foram à Paulista, 83% declaram ter votado em Aécio Neves (PSDB) no 2º turno da eleição presidencial. Apenas 3% votaram em Dilma, e os demais não votaram (7%) ou votaram em branco ou nulo (6%).

Os motivos mais citados espontaneamente pelos manifestantes para ir à Paulista foi protestar contra a corrupção (33%), pelo impeachment da presidente Dilma (13%), contra o governo (11%), contra o PT (10%), por indignação e insatisfação, sem especificar (8%), por mudanças no Brasil, por um país melhor (8%), para dar apoio à maioria (4%), por mudança, sem especificar (4%), pela reforma política (3%), contra Dilma (2%), por insatisfação com a situação econômica (2%), pela saúde (2%) e por direitos, de forma geral (2%), além de outras respostas com base menor de menções.

Quatro em cada dez manifestantes (77%) acreditam que o Congresso Nacional deveria abrir processo de impeachment contra Dilma Rousseff por tudo o que foi apurado na Operação Lava-Jato até o momento. Os demais acham que não deveria abertura de processo para afastar a petista (21%) ou não têm opinião a respeito deste assunto (3%). O apoio é maior entre os que estudaram até o ensino médio (85%) do que entre os que têm curso superior (75%). O Datafolha também consultou a população brasileira adulta sobre o tema entre 09 e 10 de abril de 2015, e 63% defendiam a abertura de processo de cassação do mandato da petista.

Questionados se acreditam que Dilma será afastada da Presidência da República por causa das denúncias de corrupção da Operação Lava-Jato, 48% dizem que não, e um índice similar, de 44%, acredita que sim, a petista será afastada. Há ainda 7% que não souberam opinar sobre o assunto. Entre os brasileiros com 16 anos ou mais, 64% acreditam que ela não será afastada.

Quase metade (45%) dos que foram protestar menciona corretamente o nome de Michel Temer (PMDB) quando consultados sobre quem assumiria o cargo de presidente caso Dilma fosse afastada. Há ainda 29% que citam o vice-presidente, sem especificar seu nome. Os demais não souberam responder 6%, ou mencionaram Aécio (2%). O conhecimento espontâneo do nome do vice entre os presentes ao protesto é superior ao registrado na população brasileira (39% não sabe, e somente 13% citam corretamente o nome do peemedebista).

A maioria (90%) dos manifestantes também indica corretamente o nome de Michel Temer ao ser questionada sobre o nome do vice-presidente do Brasil. Uma parcela de 9% declarou não saber, e 1% citou outros nomes. Entre os brasileiros de forma geral, apenas 36% citaram o nome de Temer, e 63% declararam não saber.

**86% dos manifestantes na Paulista defendem democracia sobre qualquer forma de governo**

Para 86%, a democracia é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo, e 3% acreditam que tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura. Uma fatia de 9% dos que foram à Paulista acreditam que, em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático. Na parcela dos que estudaram até o ensino superior, 89% defendem a democracia sobre qualquer outra forma de governo, índice que cai para 77% entre os que estudaram até o ensino fundamental.

Em uma escala de 1 a 7, em que 1 é o máximo à esquerda e 7 o máximo à direita, 34% dos que estiveram no protesto se colocam na posição de centro (4), e 21% ficam entre o centro e a direita (5). A parcela de direita soma 26%, considerando as posições 6 (12%) e 7 (14%). A média registrada entre os manifestantes foi 4,6, ou seja, entre o centro e a direita do espectro ideológico. A fatia dos que se posicionam mais à esquerda é de 14%, incluindo as posições 3 (7%), 2 (3%) e 1 (4%).

Apenas 5% dos manifestantes tinha alguma filiação partidária, com destaque para os manifestantes filiados ao PSDB (2%). A maioria (93%) também declarou não ser ligada a nenhum dos grupos que organizaram a manifestação. Entre aqueles ligados a algum grupo, 4% afirmaram fazer parte do Vem pra Rua, 1%, do MBL, e 1%, do Revoltados, entre outros menos citados.

## **RECORDE, REJEIÇÃO A DILMA ATINGE 65%**

OPINIÃO PÚBLICA - 22/06/2015 12H32

DE SÃO PAULO

A reprovação ao governo Dilma Rousseff (PT) atinge seu índice mais alto (65%) desde o início do mandato da presidente, em 2011. Na comparação com pesquisa realizada em abril deste ano, o índice de rejeição à gestão da petista avançou cinco pontos (era de 60%), enquanto a aprovação passou de 13% para os atuais 10%. Há ainda 24% que consideram o governo da petista, hoje, regular, ante 27% em abril.

A taxa de rejeição do governo Dilma está em patamar próximo à enfrentada por Fernando Collor em setembro de 1992 (68%), pouco antes de ser afastado da Presidência da República. O índice atingido por Collor ainda é o pior já registrado pelo Instituto Datafolha em sua série histórica nacional, que tem início em 1990.

A nota média atribuída ao desempenho de Dilma Rousseff à frente da Presidência, atualmente, é 3,4, nota mais baixa já registrada durante seu governo. Em abril, os brasileiros

atribuíam nota média 3,8 ao desempenho da petista. Três em cada dez brasileiros (31%) atribuem nota zero à atual administração.

Nesse levantamento nos dias 17 e 18 de junho de 2015, foram realizadas 2.840 entrevistas em 174 municípios brasileiros. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%.

O trabalho de dois nomes do governo Dilma Rousseff também foram avaliados: Michel Temer, vice-presidente, e Joaquim Levy, ministro da Fazenda. Antes, a taxa de conhecimento de cada um deles também foi consultada.

O peemedebista Michel Temer é conhecido por 72% dos brasileiros, sendo que 41% o conhecem só de ouvir falar. Apenas 10% declaram conhecê-lo bem, e 21% o conhecem um pouco. Entre os mais escolarizados, 25% o conhecem bem, índice que cai para 7% entre aqueles que estudaram até o ensino médio, e para 5% entre os que possuem escolaridade fundamental.

De forma geral, o desempenho de Temer no governo é avaliado como ótimo ou bom por 13%, como regular por 30%, e como ruim ou péssimo também por 30%. A taxa dos que não souberam responder é de 27%. Na parcela dos que o conhecem, 15% aprovam seu trabalho, 37% reprovam, e 36% classificam como regular.

O ministro da Fazenda é conhecido por 57% da população adulta do país, sendo que somente 4% dizem conhecê-lo muito bem, e 15%, um pouco. Uma parcela de 37% conhece Joaquim Levy só de ouvir falar, e 43% declaram desconhecê-lo. Mesmo entre aqueles que possuem curso superior a taxa de conhecimento de Levy é baixa: apenas 12% desse segmento o conhece muito bem.

A avaliação sobre o desempenho de Joaquim Levy no governo reflete esse desconhecimento: 39% não sabem avaliar seu trabalho, índice superior ao dos que o reprovam (19%), aprovam (13%) ou consideram seu desempenho regular (29%). Na fatia dos que o conhecem, 20% consideram seu trabalho ótimo ou bom, 26%, ruim ou péssimo, e 41% o avaliam como regular.

O trabalho de deputados e senadores que compõem o Congresso Nacional também foi, novamente, avaliado pelos brasileiros, assim como, pela primeira vez, o desempenho individual dos presidentes da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB).

### **Avaliação do Legislativo**

O peemedebista Eduardo Cunha é conhecido por 65% dos brasileiros, mas somente 5% declaram conhece-lo muito bem, e 17%, um pouco. A maioria o conhece só de ouvir falar (42%) ou não o conhece (35%). Entre os mais escolarizados, 15% dizem conhecer Eduardo Cunha muito bem, e 31%, um pouco.

Para 13% dos brasileiros, o trabalho de Eduardo Cunha à frente da Câmara dos Deputados é ótimo ou bom, índice de aprovação menor do que o dos que avaliam como ruim ou péssimo (21%). Há ainda 33% que consideram o desempenho de Cunha regular, e outros 33% não souberam opinar. Entre os que conhecem o peemedebista, 17% aprovam seu trabalho à frente da Câmara, enquanto 28% reprovam, e 42% consideram regular.

O senador Renan Calheiros tem uma taxa de conhecimento geral de 74%, porém somente 9% declaram conhecê-lo muito bem, e 18%, um pouco. Metade dos brasileiros (48%) o conhece só de ouvir falar, e 26% não conhecem o peemedebista. De forma geral, o trabalho de Renan à frente do Senado é aprovado por 11%, reprovado por 28%, e considerado regular por 33%. Os demais 28% não souberam avaliar. Na parcela dos que conhecem Calheiros, 13% avaliam seu desempenho como ótimo ou bom, 34%, como ruim ou péssimo, e 39% classificam como regular.

## **MAIORIA AGORA APOIA FIM DA REELEIÇÃO**

OPINIÃO PÚBLICA - 23/06/2015 12H50

DE SÃO PAULO

A maioria dos entrevistados apoia o fim da reeleição. Para o cargo de presidente da República o índice alcança 67%, para governador, 65%, e para prefeito, 64%. Taxas mais altas de apoio do fim da reeleição são observadas entre os mais escolarizados. Já o contrário, a manutenção da reeleição, alcança índices mais altos entre os mais jovens e entre os simpatizantes do PT.

Na comparação com pesquisas anteriores, de 2005 e 2007, observa-se que o apoio ao fim da reeleição vem crescendo e alcançou no atual levantamento o índice mais alto. Para o cargo de Presidente da República, o apoio ao fim da reeleição dobrou, passou de 33%, em 2005, para 39%, em 2007, e agora alcançou 67%. Para o cargo de governador, o índice passou de 34% (2005), 40% (2007) para 65%. Por fim, para prefeito, o apoio ao fim da reeleição foi de 35% (2005), 41% (2007) para atuais 64%.

Dois em cada três entrevistados (66%) são contrários ao voto obrigatório, enquanto 32% são favoráveis (entre os simpatizantes do PT o índice alcança 51%), 1% indiferentes e 1% não souberam responder. A taxa de contrários ao voto obrigatório, que vinha em queda no último ano, alcançou o patamar mais alto da série e subiu doze pontos na comparação com o último levantamento, de outubro passado (era 54%). Entre os mais instruídos, a taxa chegou a 72%. Já, a taxa dos favoráveis ao voto obrigatório alcançou o índice mais baixo da série, dois pontos abaixo ao alcançado em maio de 2014 (era 34%).

Quando perguntados se votariam nas próximas se não fosse obrigatório, 58% dos eleitores declararam que não iriam votar, ante 41% que sim. Ambos os índices são recordes. O índice dos que não votariam, após ápice em maio de 2014, quando alcançou o patamar de 57% vinha caindo até chegar a 46%, em outubro passado (próximo ao índice de 1989, 44%, quando se iniciou a série). Enquanto o índice dos que votariam superou o patamar mais baixo observado em maio de 2014 (42%).

Dos que não votariam se destacam os segmentos: menos escolarizados (65%), mais pobres (64%) e moradores da região Nordeste (65%). Já, dos que votariam se destacam os segmentos: moradores da região Sul (48%), mais escolarizados (56%), simpatizantes do PT e PSDB (57%, cada um) e mais ricos (62%).

Quanto ao tema da mudança no tempo de mandato para os cargos políticos eletivos, de 4 para 5 anos, as opiniões dos brasileiros ficaram divididas. Metade (53%) é favorável à mudança no tempo de mandato, 42% são contrários, 3% são indiferentes e 2% não souberam opinar. Entre os mais escolarizados (58%), entre os moradores de cidades com mais de 50 mil a 200 mil habitantes (59%), entre os moradores da região Norte (60%), entre os simpatizantes do PT e PSDB (61%, cada um) são observadas as taxas mais altas de apoio à mudança no tempo de mandato.

## **RECORDE, REPROVAÇÃO A DILMA SUPERA PIOR MOMENTO DE COLLOR**

OPINIÃO PÚBLICA - 06/08/2015 13H42

DE SÃO PAULO

### **66% dos brasileiros apoiam abertura de processo para afastar petista do cargo**

A reprovação ao governo Dilma Rousseff (PT) voltou a subir e atingiu patamar mais alto (71%) desde que a petista tomou posse, em 2011. Na comparação com pesquisa realizada

em junho deste ano, o índice de rejeição à gestão da petista avançou seis pontos (era de 65%), enquanto a taxa de aprovação oscilou de 10% para 8%. Há ainda 20% que consideram o governo da petista, hoje, regular, ante 24% em junho.

O índice de rejeição atual coloca Dilma como a presidente mais impopular na série histórica do Datafolha, que tem início em 1987. Até então, essa posição cabia a Fernando Collor, que em setembro de 1992, pouco antes de ser afastado da Presidência da República, tinha 68% de reprovação, e a José Sarney, que em setembro de 1989 também era reprovado por 68%. Os levantamentos feitos entre 1987 e 1990, durante o governo Sarney, porém, eram realizados em 10 capitais brasileiras, e só em março de 1990 passaram a ter abrangência nacional.

A nota média atribuída ao desempenho de Dilma Rousseff à frente da Presidência, atualmente, é 3,0, nota mais baixa já registrada durante seu governo. Em junho, os brasileiros atribuíam nota média 3,4 ao desempenho da petista. Aproximadamente quatro em cada dez brasileiros (38%) atribuem nota zero à atual administração.

Nesse levantamento nos dias 04 e 05 de agosto de 2015, foram realizadas 3.363 entrevistas em 201 municípios brasileiros. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%.

### **Maioria apoia processo de impeachment, mas metade não acredita em afastamento**

Para 66% dos brasileiros, o Congresso Nacional deveria abrir um processo para afastar Dilma da Presidência da República. Em abril deste ano, um percentual próximo (63%) defendia que os congressistas iniciassem um processo de impeachment contra a petista - a questão consultada, porém, ligava o processo de afastamento às denúncias de corrupção originadas na Operação Lava Jato, enquanto na pesquisa atual não há menção a essa operação. Há ainda 28% que avaliam que Dilma não deveria sofrer um processo de impeachment, e 5% não opinaram sobre o assunto.

O apoio à abertura de um processo de impeachment contra Dilma Rousseff tem apoio abaixo da média entre os brasileiros mais escolarizados (56%), entre os mais velhos (59%) e entre os mais ricos (59%).

Apesar do apoio ao impeachment, 53% avaliam que Dilma não será afastada da Presidência, enquanto 38% acreditam que haverá afastamento. Uma parcela de 9% não opinou sobre o tema. Em abril, 64% avaliavam que a petista não seria afastada do cargo de presidente por causa das denúncias de corrupção da Operação Lava-Jato.

## **Preferência por presidencialismo supera parlamentarismo**

Entre o presidencialismo, sistema em quem manda é o Presidente da República, e o parlamentarismo, sistema em quem manda são os deputados do Congresso Nacional, a maioria (53%) avalia que o primeiro é o melhor para o Brasil, e 28% preferem o sistema protagonizado pelos parlamentares. Um índice expressivo (de 19%) não tem opinião sobre ou assunto ou preferiu não optar por nenhum dos dois sistemas.

Entre os mais jovens, 34% acreditam que o parlamentarismo seria o melhor sistema de governo para o Brasil. Essa preferência também fica acima da média entre aqueles com renda familiar mensal de 5 a 10 salários (32%) e entre simpatizantes do PSDB (39%) e do PMDB (36%).

## **CORRUPÇÃO LIDERA PELA PRIMEIRA VEZ PAUTA DE PROBLEMAS DO PAÍS**

OPINIÃO PÚBLICA - 30/11/2015 15H30

DE SÃO PAULO

A reprovação ao governo Dilma Rousseff (PT) recuou levemente desde o início de agosto, quando um nível recorde de 71% dos brasileiros considerava seu governo ruim ou péssimo, para 67% atualmente. Esse resultado representa o segundo pior índice de rejeição à gestão da petista desde seu início, em janeiro de 2011, e está entre os mais altos já registrados pelo Datafolha desde 1987. Ainda entre agosto e novembro, a avaliação regular do governo Dilma passou de 20% para 22%, a taxa dos que o consideram ótimo ou bom, de 8% para 10%, e 1% não opinou.

De 0 a 10, a nota média atribuída ao desempenho de Dilma Rousseff à frente da Presidência atualmente é 3,2.

Nesse levantamento nos dias 25 e 26 de novembro de 2015, foram realizadas 3.541 entrevistas em 185 municípios brasileiros. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%. A data do campo do levantamento coincidiu com o anúncio da prisão do senador Delcídio Amaral (PT).

A má avaliação da gestão Dilma Rousseff reflete na opinião de 65% dos brasileiros que, consultados se o Congresso Nacional deveria ou não abrir um processo de impeachment para afastar a petista da Presidência, disseram que sim, deveria. Uma parcela de 30% acredita que o Congresso não deveria abrir um processo para afastar Dilma de seu cargo, e 5% não

opinaram. Esses resultados mostram uma avaliação estável sobre o assunto entre os brasileiros: em agosto deste ano, 66% defendiam a abertura do processo para afastar Dilma, 28% eram contrários à ideia, e 5% preferiram não se posicionar.

Questionados se acreditam no afastamento de Dilma da Presidência, 56% avaliam que ela não será afastada, e os demais se dividem entre os que acreditam que será afastada (36%) e os que preferiram não opinar (7%). Neste caso, os resultados indicam ligeiras mudanças na comparação com o levantamento anterior, quando 53% opinaram que Dilma não seria afastada, 38%, que seria, e 9% não se manifestaram sobre o tema.

A renúncia de Dilma também tem apoio majoritário entre a população: 62% acreditam que ela deveria renunciar a seu cargo, e para 34% ela não deveria renunciar. Uma parcela de 5% não opinou sobre o assunto.

### **Menos popular, Lula é apontado melhor presidente**

O nome de Lula é citado espontaneamente por 39% dos brasileiros diante da questão sobre qual o melhor presidente que o Brasil já teve. Apesar de manter o petista como o ex-presidente mais popular do país, esse resultado indica nova piora na imagem de Lula, que já foi apontado por 71% dos brasileiros como o melhor presidente da história, em novembro de 2010. Desde então, o índice vem caindo: em dezembro de 2014, 56% apontavam o petista como melhor presidente; em abril deste ano, eram 50%; e agora, nova queda, para 39%.

A segunda posição na consulta coube novamente a Fernando Henrique Cardoso, apontado por 16% como o melhor presidente que o Brasil já teve, similar ao registrado em abril deste ano (15%) e em dezembro de 2002 (18%), já no final de seu governo. Em seguida aparecem Getúlio Vargas (8%), Juscelino Kubitscheck (5%), José Sarney (2%), Tancredo Neves (2%), Itamar Franco (1%), João Baptista Figueiredo (1%), Fernando Collor de Mello (1%), Dilma (1%), entre outras respostas menos citadas. Uma parcela significativa (18%) não soube citar nenhum nome, e 4% disseram que nenhum dos ocupantes do cargo foi o melhor presidente.

Uma análise por segmentos da população mostra diferentes opiniões sobre o melhor presidente da história do país. Entre os brasileiros de 24 a 35 anos, 44% citam Lula, e na parcela dos mais velhos, esse índice cai para 30% (nesse segmento, 16% citam Getúlio Vargas, que empata com Fernando Henrique, com 18%). O peessedebista obtém seu melhor desempenho, por sua vez, entre quem têm de 35 a 44 anos (24%), segmento no qual Lula tem 39%.

Entre os menos escolarizados, 47% mencionam Lula como melhor presidente, ante os 12% de Fernando Henrique. Na parcela dos que estudaram até o nível superior, a taxa do petista cai para 25% empata com o tucano (28%). A tendência verificada entre os níveis de escolaridade se acentua nos segmentos de renda: entre aqueles com renda mensal familiar de até 2 salários mínimos, 51% veem Lula como o melhor presidente que o país já teve, e 11% citam Fernando Henrique. Na parcela dos que têm renda superior a 10 salários, 34% mencionam o peessedebista, e 23%, o petista. No Nordeste, Lula tem seu melhor resultado regional, sendo citado por 57%, ante os 10% de Fernando Henrique. Na região Sul, porém, 26% indicam Lula, em patamar próximo ao de Fernando Henrique (22%) e dos que não apontam nenhum nome (24%). No Sudeste, região mais populosa do país, Lula é visto por 31% como o melhor presidente, e 19% atribuem esse papel a Fernando Henrique Cardoso.

### **Pela 1ª vez corrupção é vista como principal problema**

A corrupção é o principal problema do país atualmente na opinião de 34% dos brasileiros, taxa que coloca o tema pela primeira vez, de forma isolada, no topo dos principais problemas do país. Nas últimas três consultas sobre o principal problema junto à população, realizadas em fevereiro, abril e junho deste ano, a corrupção já vinha ganhando destaque, porém ainda dividia o posto de principal problema nacional com a área da saúde. Atualmente, a saúde ocupa a segunda posição, citada espontaneamente por 16%, e em seguida aparecem desemprego (10%), educação (8%), violência e segurança pública (8%), economia (5%), governantes e política (3%), inflação (3%), e fome e miséria (2%), entre outros menos citados.

Entre os mais pobres, 25% veem a corrupção como principal problema e 15% citam o desemprego. Na parcela dos mais ricos, a corrupção alcança 49%, e o desemprego cai para 4%. Na região Nordeste, 25% apontam a corrupção como principal problema, e depois aparecem saúde (15%), violência/segurança pública (13%) e desemprego (12%) No Sul, a parcela dos que apontam corrupção é a mais alta entre as regiões: 43%.

Ao longo da série histórica do Datafolha sobre o tema, iniciada em junho de 1996, poucos problemas chegaram ao patamar de mais citado pelos brasileiros. Por dez anos entre 1996 e 2006, coube ao desemprego a liderança isolada de área mais problemática, tendo como ápice dezembro de 1999, quando era citada por 53%. Em março de 2007, o problema da violência e segurança pública atingiu o topo dessa agenda, mencionado por 31%, deixando para trás o desemprego (22%). Logo depois, cresceu a preocupação dos brasileiros com a área

da saúde, que em dezembro de 2007 foi citada por 21% como a mais problemática do país, ao lado da violência e segurança pública (21%) e do desemprego (21%). Desde então, com exceção de março de 2009, quando desemprego e saúde apareciam no mesmo patamar, a área da saúde vinha sendo apontada isoladamente como a mais problemática do Brasil.

## **64% REPROVAM GOVERNO DILMA**

OPINIÃO PÚBLICA - 29/02/2016 11H59

DE SÃO PAULO

A reprovação ao governo Dilma Rousseff (PT) oscilou de 65% em dezembro de 2015 para 64% atualmente, o que aponta para um cenário estável na avaliação ruim ou péssima da gestão da petista pelos brasileiros. Nesse intervalo, o índice de aprovação à petista oscilou de 12% para 11%, e passou de 22% para 25% a parcela dos que classificam o governo Dilma como regular. Há ainda 1% que não opinaram sobre o assunto.

Entre os mais jovens, com idade entre 16 e 24 anos, a aprovação a Dilma fica em 7%, e entre os mais velhos, com 60 anos ou mais, esse índice alcança 18%. A petista também tem aprovação acima da média entre os menos escolarizados (15%), mas entre os mais escolarizados fica acima da média sua taxa de reprovação (68%). Na região Sudeste, 71% reprovam a gestão de Dilma, e na região Centro-Oeste, 72%. No Nordeste, a reprovação cai para 51%, e a aprovação vai a 16%.

Na parcela de simpatizantes do PT, Dilma tem taxas próximas de aprovação (31%) e reprovação (27%), e 42% consideram seu governo regular. Entre os que avaliam que a situação econômica pessoal melhorou nos últimos seis meses, 23% consideram o governo atual ótimo ou bom, e 46%, ruim ou péssimo. Na fatia dos que viram a situação econômica pessoal piorar, 73% dizem que a gestão Dilma é ruim ou péssima, e 5%, que é ótima ou boa. Há ainda os que dizem que a situação econômica própria ficou como estava, e neste grupo 57% consideram o governo da petista ruim ou péssimo, e 14%, ótimo ou bom.

De 0 a 10, a nota média atribuída ao desempenho de Dilma Rousseff à frente da Presidência atualmente é 3,5, ante 3,4 em dezembro de 2015.

Nesse levantamento, realizado nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2016, foram feitas 2.768 entrevistas em 171 municípios brasileiros. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%.

Na consulta sobre qual o melhor presidente que o Brasil já teve, Lula continua a ser o mais citado espontaneamente, embora seu percentual tenha oscilado negativamente entre novembro do ano passado (39%) e a atualmente (37%). O petista tem grande vantagem neste quesito sobre o segundo mais mencionado pelos brasileiros, Fernando Henrique Cardoso, indicado por 15% (em novembro, FHC tinha 16%). Em seguida aparecem Getúlio Vargas (6%), Juscelino Kubitschek (5%), José Sarney (3%), Itamar Franco (2%), Fernando Collor de Mello (1%), João Baptista Figueiredo (1%), Dilma (1%) e Jânio Quadros (1%), entre outros com menos de 1%. Uma parcela significativa da população (20%), no entanto, não soube ou preferiu indicar nenhum nome.

O ex-presidente Fernando Henrique atinge 30% das citações sobre o mesmo assunto entre os mais ricos - é o único estrato sócio demográfico em que supera Lula. Entre os mais escolarizados, 23% mencionam o tucano, e 29%, o petista.

Apesar de seguir como o mais citado pelos brasileiros como o melhor presidente da história, os números atuais de Lula são significativamente menores do que quando ele se preparava para deixar o cargo, em novembro de 2010: à época, 71% o apontavam como melhor presidente. Em dezembro de 2012, esse índice caiu para 56%; em abril de 2014, foi a 50%; e em novembro do ano passado, a 39%.

Considerando todos os governos desde o liderado por José Sarney, o de Dilma Rousseff é o mais apontado, dentre os apresentados para consulta estimulada, como aquele em que houve maior número de casos de corrupção. Um em cada três (34%) indica a gestão da petista quando perguntado sobre o assunto. O índice é ligeiramente menor do que o registrado há dois meses (37%). Em dezembro de 2014, quando a questão foi apresentada pela primeira vez aos brasileiros, quem liderava esse ranking era o governo de Fernando Collor de Mello, citado então por 29%, e a petista tinha 20%. Atualmente, a gestão de Collor, que deixou o cargo após ser denunciado no Congresso por corrupção durante o período em que esteve à frente da Presidência, aparece com 20%, mesmo índice registrado pelo governo de Lula.

Em dezembro do ano passado, 17% consideravam o período de Lula na Presidência como o mais corrupto, e em dezembro de 2014, 12%. Em seguida aparecem as gestões de Fernando Henrique (7%), José Sarney (4%), Itamar Franco (1%) e em todos eles (4%), além de 9% que não opinaram.

Os brasileiros também foram consultados novamente sobre qual deveria ser a posição dos deputados federais em relação ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff iniciado em 2015. Para a maioria (60%), os deputados deveriam votar a favor do afastamento, e para 33%, deveriam votar contra. Há ainda 4% que são indiferentes, e 3% não souberam

opinar sobre o assunto. Esses resultados são similares ao registrado no levantamento realizado em dezembro do ano passado, quando 60% apoiavam o afastamento da petista, 34% eram contrários a essa medida, e 6% eram indiferentes ou não opinaram sobre o assunto.

Questionados se acreditam no afastamento de Dilma da Presidência da República, 60% disseram acreditar que ela não será afastada, e 33% pensam o contrário, que será afastada. Uma fatia de 7% não respondeu. Em dezembro de 2015, 54% acreditavam no afastamento da presidente. O auge da expectativa em relação ao afastamento de Dilma foi registrado em abril do ano passado, quando 64% avaliavam que ela deixaria o cargo.

A renúncia de Dilma Rousseff tem apoio similar ao impedimento: 58% opinam que a petista deveria renunciar à Presidência da República, e 37%, que não deveria renunciar, além dos 5% que não opinaram sobre o assunto. O índice dos que gostariam que a petista deixasse voluntariamente o cargo, atualmente, está no mesmo patamar registrado em dezembro (56%).

## **REPROVAÇÃO À GESTÃO DILMA RECUA E VOLTA A NÍVEL PRÉ-MANIFESTAÇÃO**

OPINIÃO PÚBLICA - 11/04/2016 12H29  
DE SÃO PAULO

A reprovação ao governo Dilma Rousseff (PT) recuou entre março e abril, e atualmente é avaliado como ruim ou péssimo por 63% dos brasileiros, ante 69% no último levantamento, realizado na semana seguinte a manifestações contra seu governo que, somente em São Paulo, reuniu cerca de 500 mil pessoas na Avenida Paulista. Com o recuo, o percentual dos que veem a gestão da petista como ruim ou péssimo fica em nível mais próximo ao registrado em fevereiro (64%). Numericamente, o índice negativo atual é o mais baixo desde abril do ano passado.

Essa queda na reprovação, contudo, não foi revertida integralmente em apoio à gestão da petista. Entre a pesquisa de março e a atual, o nível de aprovação ao governo Dilma apenas passou de 10% para 13%, e a parcela dos que consideram seu governo regular cresceu de 21% para 24%. Há ainda 1% que não opinou sobre o assunto.

De 0 a 10, a nota média atribuída ao desempenho de Dilma Rousseff à frente da Presidência atualmente é 3,5, ante 3,0 em março.

Nesse levantamento, realizado nos dias 07 e 08 de abril de 2016, foram feitas 2779 entrevistas em 170 municípios brasileiros. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos considerando um nível de confiança de 95%.

Na consulta espontânea sobre qual o melhor presidente que o Brasil já teve, Lula foi citado por 40%, índice superior ao registrado em março (35%) e similar ao observado junto à população em novembro de 2015 (39%). O índice atual, contudo, continua distante do alcançado pelo petista em novembro de 2010, penúltimo mês de seu governo, quando era apontado por 71% como o melhor presidente da história brasileira.

O petista tem vantagem significativa sobre Fernando Henrique Cardoso, indicado como melhor presidente por 14% dos brasileiros (em março, 16%). Em seguida aparecem Getúlio Vargas (7%), Juscelino Kubitscheck (5%), José Sarney (2%), Itamar Franco (1%), João Baptista Figueiredo (1%), Fernando Collor de Mello (1%), Jânio Quadros (1%) e Dilma (1%), entre outros com menos de 1%. Uma parcela de 20% não soube ou preferiu indicar nenhum nome, e 4% disseram que nenhum foi o melhor presidente.

## **GOVERNO TEMER É APROVADO POR 14%**

OPINIÃO PÚBLICA - 18/07/2016 11H25

DE SÃO PAULO

Na primeira avaliação de seu governo realizada pelo Datafolha, dois meses após assumir, Temer larga com aprovação similar à de Dilma antes de deixar o cargo: atualmente, 14% consideram a gestão do peemedebista ótima ou boa; no início de abril, 13% tinham a mesma opinião sobre o governo da petista. Os índices de reprovação, porém, são diferentes: o governo de Temer é visto como ruim ou péssimo por 31%, cerca de metade do índice atribuído a Dilma (65%) antes de ser afastada. Essa diferença é explicada pelo índice dos que consideram a gestão de Temer regular (42%), em patamar superior ao obtido pela petista (24%). Uma parcela de 13% não soube opinar sobre a gestão do interino.

A comparação da avaliação de Temer com o início do governo de Itamar Franco mostra uma aprovação inicial maior do mineiro à frente da Presidência: em dezembro de 1992, dois meses após assumir no lugar de Fernando Collor, a gestão de Itamar era considerada ótima ou boa por 34%, regular por 45% e ruim ou péssima por 11%, com outros 11% sem opinião sobre o assunto.

Temer tem aprovação acima da média entre os mais ricos (23%) entre simpatizantes do PSDB (38%) e PMDB (27%). Entre os que têm o PT como partido preferido, a reprovação ao peemedebista sobe pra 45%.

De 0 a 10, a nota média atribuída ao desempenho de Temer até o momento é 4,5.

Um em cada três brasileiros (33%) não sabe o nome do atual ocupante do cargo da Presidência da República, e 65% respondem corretamente que Michel Temer é o ocupante do cargo, além de 2% que citaram nomes errados.

O afastamento definitivo de Dilma Rousseff pelo Senado é defendido por 58% dos brasileiros, e 35% se opõem à saída. Há ainda 3% que declaram ser indiferentes em relação à situação, e 3% não opinaram. Em abril deste ano, quando consultados sobre o afastamento da petista pela Câmara dos Deputados, 61% defendiam o impedimento da presidente, e 33% eram contrários à medida.

Independente da posição sobre o assunto, 71% acreditam que Dilma será afastada definitivamente da Presidência da República, e para 22% ela não será afastada. Há ainda 7% que preferiram não opinar.

Entre a volta de Dilma e a continuidade de Temer à frente do governo, 50% avaliam que, para o Brasil, seria melhor que o peemedebista continuasse no cargo até 2018, e 32% gostariam que Dilma voltasse. Uma parcela de 9% não opinou, e outros 9% apontaram outras respostas.

### **Corrupção é principal problema do país para 32%**

Uma parcela de 32% dos brasileiros cita espontaneamente a corrupção como o principal problema do país atualmente, índice inferior ao registrado em março deste ano, quando 37% tinham a mesma opinião. Na sequência aparecem a área da saúde (17%, mesmo índice de março), desemprego (16%, ante 14% em março; é o índice mais alto para a categoria desde março de 2009), violência e falta de segurança (6%, ante 4% em março), educação (6%, ante 5% em março), economia (4%, ante 7% em março), inflação (3%, mesmo índice anterior) e fome/miséria (2%) e políticos (2%), entre outros com 1% ou menos das citações.

Em dezembro de 2014, após a reeleição de Dilma, 43% viam a saúde como principal problema do país, e 18%, a violência e insegurança. Só então apareciam a corrupção (9%), com o mesmo índice da educação, e o desemprego (4%).

A corrupção atinge níveis acima da média entre os brasileiros mais ricos e mais escolarizados e cede espaço para saúde e desemprego entre os menos escolarizados e mais pobres. Entre os que cursaram o ensino superior, 47% veem a corrupção como o principal problema do país; na parcela com renda mensal familiar de 5 a 10 salários, esse índice é de 48%; entre quem mora em domicílio com renda superior a 10 salários, fica em 49%.

No segmento de brasileiros que estudaram até o ensino fundamental, 22% consideram a corrupção o principal problema do país, índice similar ao verificado para a área da saúde (25%) e igual ao do desemprego (22%). Na parcela dos que vivem em domicílios com renda mensal de até 2 salários, 23% citam a corrupção como maior problema nacional, em patamar similar à área da saúde (21%) e ao desemprego (22%).

Entre aqueles que consideram o governo Temer ótimo ou bom, 29% veem a corrupção como principal problema, e 22%, o desemprego. Na parcela que considera o governo do peemedebista regular, 35% citam a corrupção como maior problema. Entre quem o avalia como ruim ou péssimo, 32% têm a mesma opinião.

Os potenciais eleitores de Lula na disputa presidencial, considerando o quadro em que Aécio é candidato pelo PSDB, se dividem quanto ao principal problema do país: 26% indicam a corrupção, 21%, o desemprego, e 17%, a saúde. Entre aqueles que preferem Marina, 32% citam a corrupção, 17%, o saúde, e 16%, o desemprego. No segmento que opta por Aécio, a corrupção é mencionada por 27%, e em seguida aparecem desemprego (18%) e saúde (17%). Entre aqueles que preferem Jair Bolsonaro na Presidência, a corrupção atinge 50%, a saúde fica com 11%, e o desemprego, com 4% das indicações.

Em consulta sobre a atuação o juiz Sérgio Moro na Operação Lava Jato, 62% avaliaram sua atuação como ótima ou boa, 16%, como regular, 13%, como ruim ou péssima, e 10% não souberam opinar. Entre os homens, 70% aprovam o desempenho do juiz, ante 54% entre as mulheres. Na parcela dos mais escolarizados, 74% aprovam o trabalho de Moro, índice que fica em 53% entre os que estudaram até o ensino fundamental (neste segmento, sobe para 16% a taxa dos que não souberam opinar).

A discussão sobre o conteúdo desta pesquisa foi publicada em matéria da Folha.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Perguntas realizadas pelo Datafolha nas pesquisas analisadas

Título	Perguntas
<p>“Responsabilizada por Petrobras pela maioria, Dilma tem avaliação estável”</p>	<p>1. No final do ano termina o primeiro mandato da presidente Dilma. Na sua opinião Dilma está fazendo um governo: (Ótimo/ Bom; Regular; Ruim/ Péssimo; Não sabe).</p> <p>2. De zero a dez que nota você dá para o desempenho do governo Dilma?</p> <p>3. Em 1º de Janeiro a presidente Dilma, que foi reeleita em outubro, inicia seu segundo mandato. Na sua opinião, ela vai fazer um governo: (Ótimo/ Bom; Regular; Ruim/ Péssimo; Não sabe).</p> <p>4. Pelo que você sabe ou ouviu falar qual foi o melhor presidente que o Brasil já teve? (Lula; Fernando Henrique Cardoso; Getúlio Vargas; Dilma; Juscelino; José Sarney; Itamar Franco; Fernando Collor de Mello; João Batista Figueiredo; Tancredo Neves; João Goulart; Jânio Quadros; Outras respostas; Nenhum; Não sabe).</p> <p>5. Considerando as áreas que são de responsabilidade do governo federal, na sua opinião qual é o principal problema do país hoje? (Saúde; Violência/segurança; Educação; Corrupção; Desemprego; Economia; Inflação; Fome/miséria; Salário; Habitação; Drogas; Social; Falta de água/água; Reforma agrária/sem terra; Outras respostas; Nenhuma; Não sabe).</p> <p>6. Na sua opinião em qual área o governo Dilma está se saindo melhor? (Educação; Social; Habitação; Fome/miséria; Outras respostas; Saúde; Desemprego; Corrupção; Economia; Salário; Violência/segurança/polícia; Reforma agrária/sem terra; Inflação; Esporte (s/esp.); Nenhuma; Não sabe).</p> <p>7. E na sua opinião em qual área o governo Dilma está se saindo pior? (Saúde; Violência/segurança/polícia; Educação; Corrupção; Economia; Inflação; Desemprego; Salário; Habitação; Fome/miséria; Social; Reforma agrária/sem terra; Outras respostas; Todas/todas as áreas; Nenhuma; Não sabe).</p> <p>10. Gostaria que você me dissesse com qual dessas três afirmações você concorda mais: (A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo; Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático; Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura; Outras respostas; Não sabe).</p> <p>23. Você tomou conhecimento das prisões, no início deste mês, de executivos de empreiteiras acusados de corrupção em negócios com a Petrobras? Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse assunto? (TOMOU CONHECIMENTO: Está bem informado; Está mais ou menos informado; Está mal informado. NÃO TOMOU CONHECIMENTO).</p> <p>24. Na sua opinião, houve ou não um esquema de corrupção nos negócios da Petrobras que beneficiou empreiteiras, ex-funcionários da Petrobras e partidos políticos? (Sim; Não; Não sabe).</p> <p>25. E quem foram os principais beneficiados por esse esquema de corrupção: as empreiteiras, os ex-funcionários da Petrobras ou os partidos políticos? (Partidos políticos; Todos; Empreiteiras; Ex-</p>

	<p>funcionários da Petrobras; Nenhum deles; Não sabe).</p> <p>26. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff tem ou não responsabilidade no caso de corrupção em negócios da Petrobras? A presidente tem muita responsabilidade ou um pouco de responsabilidade? (TEM RESPONSABILIDADE: Tem muita responsabilidade; Tem pouca responsabilidade. NÃO TEM RESPONSABILIDADE. NÃO SABE).</p> <p>27. Pelo que você sabe ou ouvir falar, em qual destes governos existiu mais corrupção? (Fernando Collor de Mello; Dilma Rousseff; Fernando Henrique Cardoso; Lula; José Sarney; Itamar Franco; Em todos; Em nenhum deles; Não sabe).</p> <p>28. E em qual destes governos a corrupção foi mais investigada? (Dilma Rousseff; Lula; Fernando Collor de Mello; Fernando Henrique Cardoso; José Sarney; Itamar Franco; Em todos eles; Em nenhum deles; Não sabe).</p> <p>29. E em qual destes governos os corruptos foram mais punidos? (Dilma Rousseff; Fernando Collor de Mello; Lula; Fernando Henrique Cardoso; José Sarney; Itamar Franco; Em todos eles; Em nenhum deles; Não sabe).</p>
<p>“Aprovação a governo Dilma Rousseff cai, e reprovação a petista dispara”</p>	<p>1. A presidente Dilma Rousseff vai completar quatro anos e um mês de governo. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>2. De zero a dez que nota você dá para o desempenho do governo Dilma Rousseff nesse período de governo?</p> <p>3. Na sua opinião, durante a campanha eleitoral no ano passado, a presidente Dilma Rousseff falou somente a verdade, falou mais verdades do que mentiras, mais mentiras do que verdades ou somente mentiras? (Mais mentiras do que verdades; Mais verdades do que mentiras; Somente mentiras; Somente a verdade; Não sabe).</p> <p>4. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff: (Indecisa; É decidida; Não sabe. É muito inteligente; Pouco inteligente; Não sabe. Falsa; É sincera; Não sabe. Desonesta; É honesta; Não sabe).</p> <p>12. Você diria que o Brasil é um país ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo para se viver? (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>13. Você diria que tem mais orgulho do que vergonha ou mais vergonha do que orgulho de ser brasileiro? (Mais orgulho do que vergonha; Mais vergonha do que orgulho; Outras respostas; Não sabe).</p> <p>14. Na sua opinião qual é o principal problema do país hoje? (Saúde; Corrupção; Violência/segurança/polícia; Educação; Desemprego; Falta de água; Inflação; Economia; Fome/miséria; Desigualdade Social/desigualdade; Drogas/tráfico de drogas; Política/políticos; Administração/Má administração; Governo Federal/Governo/Governantes; Impostos/Altos impostos/Carga Tributária; Outras respostas; Não sabe).</p> <p>15. Na sua opinião, o desempenho da presidente Dilma Rousseff na área econômica, de um modo geral, é: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>16. E o desempenho da presidente Dilma Rousseff na área social, na sua opinião, de um modo geral, é: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>17. Na sua opinião, daqui para frente a inflação vai aumentar,</p>

	<p>diminuir ou ficar como está? E o desemprego, vai aumentar diminuir ou ficar como está? E o poder de compra dos salários vai aumentar, diminuir ou ficar como está? (INFLAÇÃO: Vai aumentar; Vai diminuir; Vai ficar como está; Não sabe. DESEMPREGO: Vai aumentar; Vai diminuir; Vai ficar como está; Não sabe. PODER DE COMPRA: Vai aumentar; Vai diminuir; Vai ficar como está; Não sabe).</p> <p>18. Na sua opinião, nos próximos meses, a situação econômica do país vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está? E no seu caso pessoal, você acha que a sua situação econômica vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está? (SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS: Vai melhorar; Vai piorar; Vai ficar como está; Não sabe. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO ENTREVISTADO: Vai melhorar; Vai piorar; Vai ficar como está; Não sabe).</p> <p>19. Pensando em tudo o que você consumiu nos últimos seis meses, você diria que nos próximos seis meses você pretende consumir mais, menos ou a mesma quantidade? (Pretende consumir mais; Pretende consumir menos; Pretende consumir a mesma quantidade; Não sabe).</p> <p>20. Você cortou algum tipo de despesa no seu orçamento pessoal ou familiar nos últimos seis meses? (Sim; Não).</p> <p>21. Pensando em uma escala de zero a dez, onde zero significa nada importante e 10 muito importante, qual a importância da Petrobras para o Brasil?</p> <p>22. Você tomou conhecimento das prisões, no final do ano passado, de executivos de empreiteiras acusados de corrupção em negócios com a Petrobras? Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse assunto? (TOMOU CONHECIMENTO: Está bem informado; Está mais ou menos informado; Está mal informado. NÃO TOMOU CONHECIMENTO).</p> <p>23. Na sua opinião, a corrupção descoberta na Petrobras: (IRÁ PREJUDICAR A PETROBRÁS: Por muito tempo e coloca o futuro da empresa em risco; Por muito tempo mas não coloca o futuro da empresa em risco; Por pouco tempo, sem riscos para o futuro da empresa. NÃO IRÁ PREJUDICAR A PETROBRÁS. NÃO SABE).</p> <p>24. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff: (Sabia da corrupção na Petrobras e deixou que ela ocorresse; Sabia da corrupção mas não poderia fazer nada para evita-la; Ela não sabia da corrupção na Petrobras; Não sabe).</p> <p>25. Você tomou conhecimento de que a falta de chuvas em algumas regiões do país tem feito baixar o volume de reservatórios de água usados para abastecer a população e gerar energia elétrica? (SE SIM) Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse assunto? (TOMOU CONHECIMENTO: Está bem informado; Está mais ou menos informado; Está mal informado. NÃO TOMOU CONHECIMENTO).</p> <p>26. Na sua opinião, quem é o principal responsável pelo risco de faltar energia no Brasil _____? (Governo Federal; Todos; População; Grandes empresas; Governos; Nenhum; Não sabe).</p> <p>27. Na sua opinião, como o governo federal deveria agir para enfrentar o problema da falta de chuvas que prejudica o abastecimento de energia elétrica em algumas regiões do país:</p>
--	--

	<p>adotar o racionamento de energia imediatamente OU esperar mais alguns meses para ver se as chuvas a partir de agora vão encher os reservatórios? (O governo deveria adotar o racionamento de energia; O governo deveria esperar mais alguns meses; Não sabe).</p> <p>28. Nos últimos 30 dias, faltou energia na sua casa algum dia? Quantos dias você ficou sem energia na sua casa? (FALTOU ENERGIA: 1 dia; 2 dias; 3 dias; 4 dias; 5 dias ou mais. NÃO FALTOU ENERGIA. NÃO SABE).</p> <p>29. E você tomou conhecimento sobre a falta de água que está atingindo algumas regiões do país devido ao baixo volume de reservatórios de água usados para abastecer a população? Você diria que está bem informado, mais ou menos informado ou mal informado sobre esse assunto? (TOMOU CONHECIMENTO: Está bem informado; Está mais ou menos informado; Está mal informado. NÃO TOMOU CONHECIMENTO).</p> <p>30. Na sua opinião, quem é o principal responsável pela falta de água em algumas regiões no Brasil? (População; Todos; Governo Federal; Governos estaduais; Grandes empresas; Nenhum; Não sabe).</p> <p>31. Nos últimos 30 dias, faltou água na sua casa algum dia? Quantos dias você ficou sem água na sua casa? (FALTOU ÁGUA: 1 dia; 2 dias; 3 dias; 4 dias; 5 dias ou mais. NÃO FALTOU ÁGUA. NÃO SABE).</p>
<p>“47% foram à Avenida Paulista em 15 de março protestar contra a corrupção”</p>	<p>1. Participação em manifestações: (JÁ PARTICIPOU: 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10. PRIMEIRA VEZ).</p> <p>2. A presidente Dilma Rousseff está completando quatro anos e três meses de governo. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>3. Voto declarado no 2º turno da eleição para presidente 2014: (Aécio Neves; Dilma Rousseff; Branco/Nulo/Nenhum; Não votou; Não sabe).</p> <p>4. A presidente Dilma Rousseff está completando quatro anos e três meses de governo. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>5. E você diria que os senadores e deputados federais que estão atualmente no Congresso estão tendo um desempenho: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>6. Motivos da participação na manifestação: (Contra corrupção; Pelo impeachment da presidente Dilma; Contra o PT; Contra os políticos; Por mais segurança; Outros motivos).</p> <p>7. Gostaria também que você me dissesse, de cada uma, se tem muito, pouco ou nenhum poder ou capacidade de influência hoje no Brasil. (Redes sociais na internet; Imprensa; Igreja Católica; Forças armadas; Poder Judiciário; Igreja Universal do Reino de Deus; Sindicato de trabalhadores; Partidos Políticos; Congresso Nacional; Presidência da República e Ministérios).</p> <p>8. Pensando em uma escala de zero a dez, onde zero significa nada importante e 10 muito importante, qual a importância da Petrobras para o Brasil?</p> <p>9. Na sua opinião, a corrupção descoberta na Petrobras: (IRÁ PREJUDICAR A PETROBRAS: Por muito tempo e coloca o futuro da empresa em risco; Por muito tempo mas não coloca o futuro da empresa em risco; Por pouco tempo, sem riscos para o</p>

	<p>futuro da empresa. NÃO IRÁ PREJUDICAR A PETROBRAS. NÃO SABE).</p> <p>10. Na sua opinião, a presidente Dilma: (Sabia da corrupção na Petrobras e deixou que ela ocorresse; Sabia da corrupção, mas não poderia fazer nada para evitá-la; Ela não sabia da corrupção na Petrobras; Não sabe).</p> <p>11. Gostaria que você me dissesse com qual dessas três afirmações você concorda mais: (A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo; Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático; Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura; Outras respostas; Não sabe).</p> <p>12. Como você sabe, muita gente quando pensa em política utiliza os termos esquerda e direita. No quadro que aparece neste cartão (MOSTRE CARTÃO) em qual posição política você se colocaria, sendo que a posição "um" é o máximo à esquerda e a posição "sete" é o máximo à direita? (Esquerda (1+2); Centro-esquerda (3); Centro (4); Centro-direita (5); Direita (6+7); Outras respostas; Não sabe).</p> <p>13. Você é filiado a algum partido político? (PSDB; PV; PT; PSOL; PSB; Nenhum; Outros).</p> <p>14. Você participa de algum dos grupos que organizou a manifestação? Quais? (Não participa de nenhum grupo; Vem pra Rua; Revoltados; MBL; Apeoesp; CUT; PT; MST; Sindicato dos professores; CTB; Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Outros).</p>
<p>“Reprovação ao governo Dilma atinge 62% e é mais alta desde Collor”</p>	<p>1. A presidente Dilma Rousseff está completando quatro anos e dois meses de governo. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>2. De zero a dez que nota você dá para o desempenho do governo Dilma Rousseff nesse período de governo?</p> <p>3. E você diria que os senadores e deputados federais que estão atualmente no Congresso estão tendo um desempenho: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p>
<p>“Reprovação a Dilma para de subir, mas maioria ainda rejeita seu governo”</p>	<p>1. A presidente Dilma Rousseff está completando quatro anos e três meses de governo. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>2. De zero a dez que nota você dá para o desempenho do governo Dilma Rousseff nesse período de governo?</p> <p>3. Pelo que você sabe ou ouviu falar qual foi o melhor presidente que o Brasil já teve? (Lula; Fernando Henrique Cardoso; Getúlio Vargas; Juscelino Kubitschek; José Sarney; Dilma; Fernando Collor de Mello; João Batista Figueiredo; Itamar Franco; Jânio Quadros; João Goulart; Outras respostas; Nenhum; Não sabe).</p> <p>4. E você diria que os senadores e deputados federais que estão atualmente no Congresso estão tendo um desempenho: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>6. Na sua opinião qual é o principal problema do país hoje? (Saúde; Corrupção; Educação; Inflação; Desemprego; Violência/segurança/polícia; Economia; Salário; Fome/miséria; Falta de água; Desigualdade Social; Má administração/Falta de administração; Impostos/Impostos Altos; Desonestidade/Corrupção/Corrupção no Governo/Político; Todos; Drogas/Tráfico de drogas; Falta de energia; Habitação; Reforma agrária/sem terra; Outras respostas; Não sabe).</p>

	<p>7. Na sua opinião, daqui para frente a inflação vai aumentar, diminuir ou ficar como está? E o desemprego, vai aumentar diminuir ou ficar como está? E o poder de compra dos salários vai aumentar, diminuir ou ficar como está? (INFLAÇÃO: Vai aumentar; Vai diminuir; Vai ficar como está; Não sabe. DESEMPREGO: Vai aumentar; Vai diminuir; Vai ficar como está; Não sabe. PODER DE COMPRA: Vai aumentar; Vai diminuir; Vai ficar como está; Não sabe).</p> <p>8. Na sua opinião, nos próximos meses, a situação econômica do país vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está? E no seu caso pessoal, você acha que a sua situação econômica vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está? (SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS: Vai melhorar; Vai piorar; Vai ficar como está; Não sabe. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO ENTREVISTADO: Vai melhorar; Vai piorar; Vai ficar como está; Não sabe).</p> <p>9. Você é a favor ou contra os protestos que estão ocorrendo em várias cidades brasileiras contra o governo Dilma? (A favor; Contra; Indiferente; Não sabe).</p> <p>10. <b>Na sua opinião, considerando tudo o que se sabe até o momento a respeito da Operação Lava Jato, o Congresso Nacional deveria ou não abrir um processo de impeachment, isto é, um processo para afastar a presidente Dilma da Presidência?</b> (Sim, deveria; Não deveria; Não sabe).</p> <p>11. E na sua opinião, a presidente Dilma vai ou não ser afastada da Presidência por causa das denúncias de corrupção na Operação Lava Jato? (Sim, vai ser afastada; Não vai ser afastada; Não sabe).</p> <p>12. Caso a presidente Dilma seja afastada, quem assumirá a Presidência da República? (O vice-presidente (sem citar o nome); Michel Temer; Aécio Neves; Lula; Marina Silva; Outros nomes; Não sabe).</p> <p>13. Você saberia me dizer quem é o vice-presidente da República? (Michel Temer; Outros nomes; Não sabe).</p> <p>15. Caso a presidente e o vice-presidente sofram impeachment, haveria novas eleições. Se houvesse eleição para Presidente da República neste ano e os candidatos fossem estes, em quem você votaria? (Aécio Neves; Lula; Marina Silva; Joaquim Barbosa; Luciana Genro; Eduardo Jorge; Em nenhum deles; Não sabe).</p> <p>16. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff: (Sabia da corrupção na Petrobras e deixou que ela ocorresse; Sabia da corrupção mas não poderia fazer nada para evita-la; Ela não sabia da corrupção na Petrobras; Não sabe).</p> <p>25/27. Atualmente, em relação ao seu emprego, você diria que: / Atualmente, em relação ao seu trabalho, você diria que: (Corre grande risco de ser demitido/ficar sem trabalho; Corre algum risco de ser demitido/ficar sem trabalho; Não corre risco de ser demitido/ficar sem trabalho; Outras respostas; Não sabe).</p> <p>26/28. Você diria que atualmente a possibilidade de ficar sem emprego é: / Você diria que atualmente a possibilidade de ficar sem trabalho é: (O que mais lhe dá medo; É uma das coisas que mais lhe dá medo; É uma coisa que não lhe dá medo; Outras respostas; Não sabe).</p>
<p>“Por Lava Jato, maioria quer abertura de processo contra Dilma Rousseff”</p>	<p>1. A presidente Dilma Rousseff está completando quatro anos e três meses de governo. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p>

	<p>2. De zero a dez que nota você dá para o desempenho do governo Dilma Rousseff nesse período de governo?</p> <p>3. Pelo que você sabe ou ouviu falar qual foi o melhor presidente que o Brasil já teve? (Lula; Fernando Henrique Cardoso; Getúlio Vargas 6 6 5 5 4 4 4 13 5 4 9 4 6 8 658 Juscelino Kubitschek; José Sarney; Dilma; Fernando Collor de Mello; João Batista Figueiredo; Itamar Franco; Jânio Quadros; João Goulart; Outras respostas; Nenhum; Não sabe).</p> <p>4. E você diria que os senadores e deputados federais que estão atualmente no Congresso estão tendo um desempenho: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>6. Na sua opinião qual é o principal problema do país hoje? (Saúde; Corrupção; Educação; Inflação; Desemprego; Violência/segurança/polícia; Economia; Salário; Fome/miséria; Falta de água; Desigualdade Social; Má administração/Falta de administração; Impostos/Impostos Altos; Desonestidade/Corrupção/Corrupção no Governo/Político; Todos; Drogas/Tráfico de drogas; Falta de energia; Habitação; Reforma agrária/sem terra; Outras respostas; Não sabe).</p> <p>7. Na sua opinião, daqui para frente a inflação vai aumentar, diminuir ou ficar como está? E o desemprego, vai aumentar diminuir ou ficar como está? E o poder de compra dos salários vai aumentar, diminuir ou ficar como está? (INFLAÇÃO: Vai aumentar; Vai diminuir; Vai ficar como está; Não sabe. DESEMPREGO: Vai aumentar; Vai diminuir; Vai ficar como está; Não sabe. PODER DE COMPRA: Vai aumentar; Vai diminuir; Vai ficar como está; Não sabe).</p> <p>8. Na sua opinião, nos próximos meses, a situação econômica do país vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está? E no seu caso pessoal, você acha que a sua situação econômica vai melhorar, vai piorar ou vai ficar como está? (SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS: Vai melhorar; Vai piorar; Vai ficar como está; Não sabe. SITUAÇÃO ECONÔMICA DO ENTREVISTADO: Vai melhorar; Vai piorar; Vai ficar como está; Não sabe).</p> <p>9. Você é a favor ou contra os protestos que estão ocorrendo em várias cidades brasileiras contra o governo Dilma? (A favor; Contra; Indiferente; Não sabe).</p> <p>10. <b>Na sua opinião, considerando tudo o que se sabe até o momento a respeito da Operação Lava Jato, o Congresso Nacional deveria ou não abrir um processo de impeachment, isto é, um processo para afastar a presidente Dilma da Presidência?</b> (Sim, deveria; Não deveria; Não sabe).</p> <p>11. E na sua opinião, a presidente Dilma vai ou não ser afastada da Presidência por causa das denúncias de corrupção na Operação Lava Jato? (Sim, vai ser afastada; Não vai ser afastada; Não sabe).</p> <p>12. Caso a presidente Dilma seja afastada, quem assumirá a Presidência da República? (O vice-presidente (sem citar o nome); Michel Temer; Aécio Neves; Lula; Marina Silva; Outros nomes; Não sabe).</p> <p>13. Você saberia me dizer quem é o vice-presidente da República? (Michel Temer; Outros nomes; Não sabe).</p> <p>15. Caso a presidente e o vice-presidente sofram impeachment, haveria novas eleições. Se houvesse eleição para Presidente da República neste ano e os candidatos fossem estes, em quem você votaria? (Aécio Neves; Lula; Marina Silva; Joaquim Barbosa;</p>
--	--

	<p>Luciana Genro; Eduardo Jorge; Em nenhum deles; Não sabe).</p> <p>16. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff: (Sabia da corrupção na Petrobras e deixou que ela ocorresse; Sabia da corrupção mas não poderia fazer nada para evita-la; Ela não sabia da corrupção na Petrobras; Não sabe).</p> <p>25/27. Atualmente, em relação ao seu emprego, você diria que: / Atualmente, em relação ao seu trabalho, você diria que: (Corre grande risco de ser demitido/ ficar sem trabalho; Corre algum risco de ser demitido/ ficar sem trabalho; Não corre risco de ser demitido/ ficar sem trabalho; Outras respostas; Não sabe).</p> <p>26/28. Você diria que atualmente a possibilidade de ficar sem emprego é: / Você diria que atualmente a possibilidade de ficar sem trabalho é: (O que mais lhe dá medo; É uma das coisas que mais lhe dá medo; É uma coisa que não lhe dá medo; Outras respostas; Não sabe).</p>
<p>“100 mil foram à Paulista em 12 de abril; 77% defendem impeachment”</p>	<p>1. A presidente Dilma Rousseff está completando quatro anos e três meses de governo. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>2. E você diria que os senadores e deputados federais que estão atualmente no Congresso estão tendo um desempenho: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>3. Voto declarado no 2º turno: Aécio Neves; Dilma Rousseff; Não votou; Branco/Nulo/Nenhum; Não sabe).</p> <p>4. <b>Na sua opinião, considerando tudo o que se sabe até o momento a respeito da Operação Lava Jato, o Congresso Nacional deveria ou não abrir um processo de impeachment, isto é, um processo para afastar a presidente Dilma da Presidência?</b> (Sim, deveria abrir processo de impeachment; Não deveria abrir processo de impeachment; Não sabe).</p> <p>5. E na sua opinião, a presidente Dilma vai ou não ser afastada da Presidência por causa das denúncias de corrupção na Operação Lava Jato? (Sim, vai ser afastada; Não vai ser afastada; Não sabe).</p> <p>6. Caso a presidente Dilma seja afastada, quem assumirá a Presidência da República? (Michel Temer; O vice presidente (sem citar o nome); Teriam novas eleições; Aécio Neves; Militares/Exército; Eduardo Cunha; Lula; Marina Silva; Outros nomes; Não sabe).</p> <p>7. Você saberia me dizer quem é o vice-presidente da República? (Michel Temer; Outros nomes; Não sabe).</p> <p>8. Gostaria que você me dissesse com qual dessas três afirmações você concorda mais: (A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo; Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura do que um regime democrático; Tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura; Outras respostas; Não sabe).</p> <p>9. Como você sabe, muita gente quando pensa em política utiliza os termos esquerda e direita. No quadro que aparece neste cartão (MOSTRE CARTÃO) em qual posição política você se colocaria, sendo que a posição "um" é o máximo à esquerda e a posição "sete" é o máximo à direita? (Esquerda (1+2); Centro-esquerda (3); Centro (4); Centro-direita (5); Direita (6+7); Outras respostas; Não sabe).</p> <p>10. Você é filiado a algum partido político? (PSDB; PV; Nenhum; Outros; Nomes e referências).</p> <p>11. Você participa de algum dos grupos que organizou a</p>

	manifestação? Quais? (Não participa de nenhum grupo; Vem pra Rua; Revoltados; MBL; Outros).
“Recorde, rejeição a Dilma atinge 65%”	<p>1. presidente Dilma Rousseff está completando quatro anos e seis meses de governo. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>2. De zero a dez que nota você dá para o desempenho do governo Dilma Rousseff nesse período de governo?</p> <p>3. Alguns nomes já estão sendo cogitados como candidatos a presidente EM 2018. Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem este, em quem você votaria? E se os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente? (SITUAÇÃO A: Aécio Neves; Lula; Marina Silva; Em branco/nulo/nenhum; Luciana Genro; Eduardo Jorge; Eduardo Paes; Não sabe. SITUAÇÃO B: Lula; Marina Silva; Geraldo Alckmin; Em branco/nulo/nenhum; Eduardo Paes; Luciana Genro; Eduardo Jorge; Não sabe).</p> <p>4. Você conhece o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha? Conhece muito bem, conhece um pouco ou conhece só de ouvir falar o nome? (CONHECE: Conhece muito bem; Conhece um pouco; Conhece só de ouvir falar. NÃO CONHECE).</p> <p>5. Na sua opinião, o deputado Eduardo Cunha está fazendo um trabalho ótimo, bom, regular ruim ou péssimo à frente da Câmara dos Deputados? (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>6. Você conhece o presidente do Senado, Renan Calheiros? Conhece muito bem, conhece um pouco ou conhece só de ouvir falar o nome? (CONHECE: Conhece muito bem; Conhece um pouco; Conhece só de ouvir falar. NÃO CONHECE).</p> <p>7. Na sua opinião, o senador Renan Calheiros está fazendo um trabalho ótimo, bom, regular ruim ou péssimo à frente do Senado Federal? (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>7a. Você conhece o vice-presidente do Brasil, Michel Temer? Conhece muito bem, conhece um pouco ou conhece só de ouvir falar o nome? (CONHECE: Conhece muito bem; Conhece um pouco; Conhece só de ouvir falar. NÃO CONHECE).</p> <p>7b. Na sua opinião, o vice-presidente do Brasil Michel Temer está fazendo um trabalho ótimo, bom, regular ruim ou péssimo no governo? (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>7c. Você conhece o ministro da Fazenda Joaquim Levy? Conhece muito bem, conhece um pouco ou conhece só de ouvir falar o nome? (CONHECE: Conhece muito bem; Conhece um pouco; Conhece só de ouvir falar. NÃO CONHECE).</p> <p>7d. Na sua opinião, o ministro Joaquim Levy está fazendo um trabalho ótimo, bom, regular ruim ou péssimo no governo? (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p>
“Maioria agora apoia fim da reeleição”	<p>20. A lei atual permite a reeleição dos governantes no Brasil, isto é, terminados os mandatos, os prefeitos, governadores e o presidente da República podem concorrer novamente ao cargo para um novo mandato de quatro anos. Uma proposta que está sendo votada no Congresso quer proibir que governantes possam ser reeleitos. Na sua opinião, os prefeitos devem ou não continuar a ter o direito de concorrer à reeleição? E os governadores, devem ou não continuar a ter esse direito? E os presidentes da República, devem ou não continuar a ter o direito de concorrer à reeleição?</p>

	<p>(PREFEITOS: Devem ter o direito; Não devem ter o direito; Não sabe. GOVERNADORES: Devem ter o direito; Não devem ter o direito; Não sabe. PRESIDENTES DA REPÚBLICA: Devem ter o direito; Não devem ter o direito; Não sabe).</p> <p>21. Hoje, no Brasil, os políticos eleitos têm um mandato de quatro anos, com exceção de senadores, que têm mandato de oito anos. Uma proposta no Congresso pretende que todos os mandatos sejam de cinco anos. Você é a favor ou contra que os mandatos passem a ser de cinco anos? (A favor; Contra; Indiferente; Não sabe).</p> <p>21a. Se o voto não fosse obrigatório, você iria votar nas próximas eleições? (Sim, votaria; Não votaria; Não sabe).</p> <p>21b. No Brasil o voto é obrigatório por lei. Você é a favor ou contra o voto obrigatório? (A favor; Contra; Indiferente; Não sabe).</p>
<p>“Recorde, reprovação a Dilma supera pior momento de Collor”</p>	<p>1. A presidente Dilma Rousseff está completando quatro anos e sete meses de governo. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>2. De zero a dez que nota você dá para o desempenho do governo Dilma Rousseff nesse período de governo?</p> <p>3. Na sua opinião, o Congresso Nacional deveria ou não abrir um processo de impeachment, isto é, um processo para afastar a presidente Dilma da Presidência? (Sim. Deveria; Não deveria; Não sabe).</p> <p>4. E na sua opinião, a presidente Dilma vai ou não ser afastada da Presidência? (Não vai ser afastada; Sim, vai ser afastada; Não sabe).</p> <p>5. Na sua opinião, qual é o melhor sistema de governo para o Brasil: _____ (O presidencialismo, em que quem manda no governo é o Presidente da República; O parlamentarismo, em que quem manda no governo são os deputados do Congresso Nacional; Não sabe).</p>
<p>“Corrupção lidera pela primeira vez pauta de problemas do país”</p>	<p>1. A presidente Dilma Rousseff está completando quatro anos e onze meses de governo. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>2. De zero a dez que nota você dá para o desempenho do governo Dilma Rousseff nesse período de governo?</p> <p>8. Pelo que você sabe ou ouviu falar qual foi o melhor presidente que o Brasil já teve? (Lula; Fernando Henrique Cardoso; Getúlio Vargas; Juscelino Kubitschek; Tancredo Neves; José Sarney; Itamar Franco; João Batista Figueiredo; Fernando Collor de Mello; Dilma; Jânio Quadros; João Goulart; Outras respostas; Nenhum; Não sabe).</p> <p>13. Na sua opinião qual é o principal problema do país hoje? (Corrupção; Saúde; Desemprego; Educação; Violência/segurança/polícia; Economia; Governantes/governo/político/política; Inflação; Fome/miséria; Má Administração/Administração; Desigualdade Social; Crise/Crise econômica; Presidente/Dilma; Salário; Falta de água; Habitação; Reforma agrária/sem terra; Falta de energia; Outras respostas; Não sabe).</p> <p>16AA. Na sua opinião, o Congresso Nacional deveria ou não abrir um processo de impeachment, isto é, um processo para afastar a</p>

	<p>presidente Dilma da Presidência? (Sim, deveria; Não deveria; Não sabe).</p> <p>16BA. E na sua opinião, a presidente Dilma vai ou não ser afastada da Presidência? (Sim, vai ser afastada; Não vai ser afastada; Não sabe).</p> <p>16DA. E na sua opinião, Dilma deveria ou não renunciar à Presidência da República? (Sim, deveria renunciar; Não deveria renunciar; Não sabe).</p>
<p>“64% reprovam governo Dilma”</p>	<p>1. A presidente Dilma Rousseff está completando cinco anos e dois meses de governo. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>2. De zero a dez que nota você dá para o desempenho do governo Dilma Rousseff nesse período de governo?</p> <p>5. Pelo que você sabe ou ouviu falar qual foi o melhor presidente que o Brasil já teve? (Lula; Fernando Henrique Cardoso; Getúlio Vargas; Juscelino Kubitschek; José Sarney; Itamar Franco; Fernando Collor de Mello; João Batista Figueiredo; Dilma; Jânio Quadros; João Goulart; Outras respostas; Nenhum; Não sabe).</p> <p>13. A Câmara dos Deputados analisa um pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Na sua opinião, os deputados federais deveriam votar a favor ou contra o afastamento da presidente Dilma Rousseff? (A favor; Contra; Indiferente; Não sabe).</p> <p>14. E na sua opinião, a presidente Dilma vai ou não ser afastada da Presidência? (Sim, vai ser afastada; Não vai ser afastada; Não sabe).</p> <p>15. E na sua opinião, Dilma deveria ou não renunciar à Presidência da República? (Sim, deveria renunciar; Não deveria renunciar; Não sabe).</p> <p>18. Pelo que você sabe ou ouvir falar, em qual destes governos existiu mais corrupção? (Dilma Rousseff; Fernando Collor de Mello; Lula; Fernando Henrique Cardoso; José Sarney; Itamar Franco; Em todos eles; Em nenhum deles; Não sabe).</p>
<p>“Reprovação à gestão Dilma recua e volta a nível pré-manifestação”</p>	<p>1. A presidente Dilma Rousseff está completando cinco anos e quatro meses de governo. Na sua opinião, a presidente Dilma Rousseff está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>2. De zero a dez que nota você dá para o desempenho do governo Dilma Rousseff nesse período de governo?</p> <p>5. A Câmara dos Deputados analisa um pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Na sua opinião, os deputados federais deveriam votar a favor ou contra o afastamento da presidente Dilma Rousseff? (A favor; Contra; Não sabe; Indiferente).</p> <p>6. E na sua opinião, Dilma deveria ou não renunciar à Presidência da República? (Sim, deveria renunciar; Não deveria renunciar; Não sabe).</p> <p>10. E na sua opinião, a presidente Dilma vai ou não ser afastada da Presidência? (Sim, vai ser afastada; Não vai ser afastada; Não sabe).</p> <p>8. Pelo que você sabe ou ouviu falar qual foi o melhor presidente que o Brasil já teve? (Lula; Fernando Henrique Cardoso; Getúlio Vargas; Juscelino Kubitschek; José Sarney; Itamar Franco; João Batista Figueiredo; Dilma; Fernando Collor de Mello; Jânio</p>

	<p>Quadros; João Goulart; Outras respostas; Nenhum; Não sabe).</p> <p>15. Caso o vice-presidente Michel Temer assuma a Presidência, na sua opinião, ele fará um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>16. Na sua opinião, Michel Temer na Presidência faria um governo: (Melhor; Igual; Pior que o governo da presidente Dilma; Não sabe).</p> <p>17. Existem pedidos de impeachment contra o vice-presidente Michel Temer na Câmara. Você é a favor ou contra o afastamento do vice-presidente Michel Temer? (A favor; Contra; Indiferente; Não sabe).</p> <p>18. O PMDB partido do vice-presidente Michel Temer anunciou que está saindo do governo. Na sua opinião, o vice-presidente Michel Temer deveria ou não renunciar ao cargo de vice-presidente da República? (Sim, deveria renunciar; Não deveria renunciar; Não sabe).</p> <p>19. Caso a presidente Dilma e o vice-presidente Michel Temer sejam cassados ou renunciem aos seus cargos seriam convocadas novas eleições presidenciais. Você é a favor ou contra a realização de nova eleição para presidente da República? (A favor; Contra; Indiferente; Não sabe).</p> <p>20. Como você avalia o desempenho do juiz Sergio Moro na Lava Jato: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo? (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>22. Nas delações da Operação Lava Jato foram citados políticos de vários partidos, tanto do governo quanto da oposição. Pelo que você imagina, a Operação Lava Jato irá investigar até o fim para valer os políticos do governo ou vai parar sem chegar a nenhum resultado? (Irá investigar até o fim; Vai parar sem nenhum resultado; Não sabe).</p> <p>23. E os políticos da oposição, a Operação Lava Jato irá investigar até o fim para valer ou vai parar sem chegar a nenhum resultado? (Irá investigar até o fim; Vai parar sem nenhum resultado; Não sabe).</p>
<p>“Governo Temer é aprovado por 14%”</p>	<p>7. Você sabe o nome do atual ocupante do cargo de presidente da República? (Michel Temer; Outros; Não sabe).</p> <p>8. O presidente interino Michel Temer está completando dois meses de governo. Na sua opinião, Michel Temer está fazendo um governo: (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p> <p>9. De zero a dez que nota você dá para o desempenho do governo Michel Temer?</p> <p>10. O Senado analisa um pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. Na sua opinião, os senadores deveriam votar a favor ou contra o afastamento definitivo da presidente Dilma Rousseff? (A favor; Contra; Indiferente; Não sabe).</p> <p>11. Na sua opinião, o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff está seguindo a regras democráticas e a Constituição ou está desrespeitando as regras democráticas e a Constituição? (Sim, está seguindo; Não está seguindo; Não sabe).</p> <p>12. E na sua opinião, a presidente Dilma vai ou não ser afastada definitivamente da Presidência? (Sim, vai ser afastada; Não vai ser afastada; Não sabe).</p> <p>13. Na sua opinião, o que seria melhor para o país: que Dilma voltasse à Presidência ou que Michel Temer continuasse no mandato até 2018? (Michel Temer continuasse; Dilma voltasse à</p>

	<p>Presidência; Nenhum/nenhum dos dois; Eleições/Novas eleições/outras eleições; Outras respostas; Não sabe).</p> <p>14. Uma situação em que poderia haver novas eleições presidenciais no Brasil seria em caso de renúncia de Dilma Rousseff e Michel Temer a seus cargos. Você é a favor ou contra Michel Temer e Dilma Rousseff renunciarem para a convocação de novas eleições para a Presidência da República ainda neste ano? (A favor; Contra; Indiferente; Não sabe).</p> <p>21. Na sua opinião qual é o principal problema do país hoje? (Corrupção; Saúde; Desemprego; Violência/segurança/polícia; Educação; Economia; Inflação; Governo/governante/políticos/política; Fome/miséria; Má administração/administração pública; Crise/ crise econômica/ financeira; Desigualdade/desigualdade social; Salário; Todas as alternativas; Imposto/imposto alto; Habitação; Falta de água; Reforma agrária/sem terra; Outras respostas; Não sabe).</p> <p>21A. Como você avalia o desempenho do juiz Sergio Moro na Operação Lava Jato: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo? (Ótimo/Bom; Regular; Ruim/Péssimo; Não sabe).</p>
--	---

## APÊNDICE B – Resumo-síntese

No dia 26 de outubro de 2014, a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi reeleita no que a Folha de S. Paulo chamou de disputa mais apertada da história<sup>38</sup>. Segundo a notícia, ela contou com 51,6% dos votos válidos, representando 54,5 milhões de eleitores, enquanto seu adversário, o senador Aécio Neves, do PSDB, recebeu 48,4% dos votos, equivalente a 51 milhões de pessoas. A própria matéria já alerta que Dilma terá que lidar com “um cenário econômico negativo – de crescimento baixo, inflação em alta e desconfiança dos investidores – e com o escândalo de desvio de recursos na Petrobras”.

Porém, não foi apenas a crise econômica e a Operação Lava Jato que representaram os obstáculos para a presidenta eleita. Segundo Almeida (2016, p.25), “o PSDB de Aécio Neves, Fernando Henrique Cardoso e José Serra esperou apenas quatro dias para gritar oficialmente contra o resultado das urnas”. Isso porque, no dia 30 do mesmo mês, os tucanos entraram com um pedido no Tribunal Superior Eleitoral com um pedido de auditoria especial no resultado das eleições. Para o autor, a proximidade das porcentagens de votação para os dois candidatos no segundo turno deixou peessedebistas, antipetistas e antidilmistas inconformados.

Em novembro de 2014, Aécio Neves, em uma reunião com os aliados, prometeu fazer “a mais vigorosa oposição que esse país já assistiu”. Na tribuna do Senado, em seu discurso,

<sup>38</sup> Edição de 27 de outubro de 2014, nº31.253.

completou o que havia dito: “Faremos uma oposição incansável, inquebrável e intransigente” (ALMEIDA, 2016, p.26).

A sensação era de que o Brasil saiu dividido ao meio das eleições de 2014: metade a favor de Dilma, metade apoiando Aécio, porém, Almeida (2016) nos lembra de que essa visão não é real. A soma dos votos dos dois candidatos é de 105,5 milhões, praticamente a metade da população brasileira. Portanto, o que estava dividido ao meio eram os votos, e não a população.

Em dezembro do mesmo ano, a Operação Lava Jato já ganhava alta visibilidade. O procurador-geral da república, Rodrigo Janot, começava a anunciar o indiciamento de executivos de seis empreiteiras pelos esquemas de corrupção na Petrobras<sup>39</sup>. O juiz Sérgio Moro, que conduz as apurações da Operação Lava Jato afirmava que o esquema de fraudes na empresa ia “muito além da estatal”. Na ocasião, Moro divulgava o descobrimento de uma tabela, apreendida com o doleiro Alberto Youssef<sup>40</sup>, que listava cerca de 750 obras de infraestrutura com órgãos públicos e privados, em nível federal, estadual e municipal, espalhadas por todo país<sup>41</sup>.

No dia 6 de dezembro, um protesto anti-Dilma reuniu cerca de 5 mil pessoas na Avenida Paulista, um dos pontos mais importantes de São Paulo. Segundo a Folha de S. Paulo, o senador José Serra, do PSDB, discursou contra a presidenta em cima do carro de som ao final do manifesto.

Naquela altura, a maioria dos brasileiros responsabilizava a presidenta eleita pelos escândalos envolvendo a Petrobras. Era o que revelava uma pesquisa do Instituto Datafolha, que afirmava que 68% da população acreditava que Dilma sabia dos esquemas criminosos na estatal, mas deixou que acontecessem. A mesma pesquisa mostrava que apenas 28% dos que responderam ao questionário se consideravam bem informados sobre o assunto em questão.

Outro ponto da pesquisa é que os brasileiros acreditam que o governo da presidenta Dilma foi o que mais teve corrupção investigada e punida, com uma representação de 49%. Ao mesmo tempo, pensam que seu governo foi segundo mais corrupto, perdendo apenas para o de Fernando Collor de Mello. Apesar dos dados, a avaliação de popularidade da presidenta

---

<sup>39</sup> Edição de 7 de dezembro de 2014, nº31.294.

<sup>40</sup> Yousseff foi um dos primeiros alvos da Operação Lava Jato, sendo preso em março de 2014. Segundo o portal do G1, “À época, as investigações da Polícia Federal apuravam a existência de uma quadrilha especializada em lavagem de dinheiro. O doleiro era apontado como um dos líderes do grupo”. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/11/alberto-youssef-sai-da-cadeia-quase-3-anos-depois-de-ser-preso-na-lava-jato.html>>. Acesso: 23/12/2016.

<sup>41</sup> Edição de 6 de dezembro de 2014, nº31.293.

permanece estável: 42% dos brasileiros com 16 anos ou mais consideravam seu governo bom ou ótimo.

Porém, a estabilidade durou por pouco tempo. Novas denúncias no fim de 2014 e começo de 2015 balançam ainda mais a reputação do Partido dos Trabalhadores. Em dezembro de 2014, uma matéria na revista *Época* acusa José Dirceu de receber R\$ 886 mil da empreiteira Camargo Corrêa, investigada na Operação Lava Jato, por serviços como “análise de aspectos sociológicos e políticos do Brasil”, “assessoria na integração dos países da América do Sul” e “palestras e conferências internacionais” (CIOCCARI, 2015, p.77). José Dirceu cobrava da presidenta estratégias para o partido se defender melhor dos escândalos do chamado “Petrolão” que, segundo editorial da Folha de S. Paulo<sup>42</sup>, já tinha feito o “mensalão virar fichinha”.

Em janeiro de 2015, o deputado Eduardo Cunha, do PMDB, partido aliado ao governo, se torna alvo da Procuradoria na Lava Jato por suspeita de receber dinheiro do esquema. No mês seguinte, a Polícia Federal leva o tesoureiro do PT, João Vaccari, para depor e tenta cumprir 62 mandados – “um de prisão preventiva, três de temporária, 18 conduções coercitivas e 40 de busca e apreensão. Essa nova fase tem como foco o pagamento de propinas na diretoria de Serviços da Petrobras e na BR Distribuidora” (CIOCCARI, 2015, p.78). Em matéria veiculada no dia 8 de fevereiro de 2015<sup>43</sup>, o delator Pedro Barusco, ex-gerente da Petroleira, detalha 1,2 bilhões em propina para o PT e executivo. Segundo o jornal, 455 milhões era a fatia destinada ao partido.

A exposição negativa do partido começou a ser tamanha que até o ex-presidente Lula, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, passou a fazer críticas. Em um evento de comemoração dos 35 anos de PT, Lula falou que o partido estaria se tornando igual aos outros e praticando vícios que sempre criticaram. Sobre o mesmo evento de comemoração, a Folha apresenta um editorial dizendo que, em falas, “os caciques do PT defendem João Vaccari Neto, tesoureiro mais do que suspeito segundo a Polícia Federal apura, e o próprio acusou o famoso golpe probo governo dos trabalhadores ao ser apontado como parte da gatunagem que assola a Petrobras”<sup>44</sup>.

Na tentativa de amenizar a situação, a presidenta Dilma destituiu o presidente da Petrobras, Graça Foster, e nomeou, em seu lugar, o presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine. Segundo a Folha de S. Paulo, a medida não agradou: “Nomeação do novo presidente

---

<sup>42</sup> Edição de 8 de fevereiro, n°31.357.

<sup>43</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 8 de fevereiro de 2015, n°31.357.

<sup>44</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 7 de fevereiro de 2015, n°31.356.

a Petrobras conseguiu provocar desconfianças tanto no mercado financeiro como no aparelho petista”. No editorial, encontramos os dizeres: “Presidente decidiu o sucessor de Graça sem ouvir ninguém, prática que vem se tornando cada vez mais comum”<sup>45</sup>.

Em meio a essa turbulência, nova pesquisa do Datafolha revela que a reprovação ao governo petista dispara. 44% dos brasileiros afirmaram que avaliam o governo de Dilma como ruim ou péssimo, enquanto 23% acreditam ser ótimo ou bom. De acordo com a sondagem:

A aprovação a Dilma caiu em todos os segmentos da população. Mesmo em estratos em que o apoio a petista se mantém acima da média, houve queda significativa. Entre os menos escolarizados, por exemplo, 31% aprovam seu governo atualmente, índice que era de 54% em dezembro do ano passado (DATAFOLHA, 2015b).

Outros dados são revelados na pesquisa: a maioria dos brasileiros acredita que Dilma mentiu durante a campanha de reeleição. O grupo que pensa que a presidenta disse mais mentiras que verdades somam 46% dos entrevistados, mais os 14% que afirmam que ela disse somente mentiras.

A percepção da corrupção como principal problema do país também cresceu, de acordo com os dados da pesquisa do Datafolha. A corrupção é citada por 21% dos entrevistados como maior problema do Brasil, perdendo apenas para a saúde, com 26% dos votos. Houve, também, uma queda representativa do número de brasileiros que consideram o país um lugar ótimo, de 18 pontos em dois meses (77% para 59%). O índice de satisfação com a vida no país era o mais baixo da série do Instituto Datafolha.

O mês seguinte não trouxe calma. Os dias 13 e 15 de março de 2015 foram marcados por manifestações. A primeira, pró-Dilma e democracia, como afirmavam os próprios manifestantes. O segundo, contra o Governo do PT.

De acordo com comparação feita pela Folha de S. Paulo<sup>46</sup>, os protestos do dia 13 reuniram, no país todo, 31 mil pessoas, enquanto o segundo, de oposição, somou 1,7 milhões, 210 mil apenas na Avenida Paulista. Entre os manifestantes do dia 15, uma pequena parcela pedindo intervenção militar.

Dados do Datafolha levantavam que a idade média dos participantes da manifestação de oposição era de 40 anos, uma parcela de 76% tinha ensino superior. 85% fazia parte da população economicamente ativa, com destaque para assalariados registrados. A segmentação

---

<sup>45</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 9 de fevereiro de 2015, nº31.358

<sup>46</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 16 de março de 2015, nº31.393.

por renda mostra que 14% tinha renda mensal de até três salários mínimos, 15%, de 3 a 5 salários mínimo, 27%, de 5 a 10 salários mínimos, 22%, de 10 a 20 salários mínimos, e 19%, mais de 20 salários. 69% se declararam da cor branca, e 37% afirmou ter o PSDB como partido preferido (51% diz não ter preferência por nenhum partido). Contudo, a Folha defendia que a ideia de que somente ricos participavam de atos contra o governo era falsa, porque, apesar de maioria, se viam outros tipos de manifestantes que não correspondiam à caricatura amplamente publicizada em redes sociais.

A mesma pesquisa mostra que 47% dos que foram à Avenida Paulista no dia 15 de março protestavam contra a corrupção, enquanto 27% teve como motivação o desejo de impeachment da presidenta. 96% dos presentes avaliavam o governo Dilma como ruim ou péssimo. Além disso, agora, 90% acreditava que ela sabia dos esquemas de corrupção na Petrobras e deixou que ocorresse. Outro dado importante é que 86% declarou que votou no candidato do PSDB no segundo turno das eleições presidenciais de 2014.

Sobre as manifestações do dia 15, o senador Aécio Neves publica, em coluna na Folha de S. Paulo que o Partido dos Trabalhadores tenta esconder o descontentamento do povo chamando todos os críticos ao governo de golpistas. Para Aécio, essa é uma tentativa de deslegitimar as manifestações populares contrárias à situação. O senador também repudia a ideia defendida pelos prós Governo de que os atos de oposição seriam armações ardilosas de partidos políticos que tenham interesse em poder. Aécio Neves afirma a legitimidade das manifestações de oposição e diz que representa um povo cansado das irregularidades do Partido dos Trabalhadores. Curiosamente, o mesmo senador foi impedido de se pronunciar durante o ato e expulso das ruas pelos manifestantes, como noticiou o próprio jornal<sup>47</sup>.

Para tentar melhorar seu quadro de aprovação, o governo federal começava a pautar a Reforma Política e já anunciava ao congresso a votação de um pacote anticorrupção, porém, as promessas aparentemente não surtiram o efeito esperado. Uma pesquisa divulgada pelo Datafolha no dia 18 de março de 2015 anuncia uma reprovação de 62% ao governo Dilma e completa: “a mais alta desde Collor”.

Apesar de essa frase poder dar a entender que o índice de rejeição de Dilma superou a de Collor, não foi o que aconteceu. A presidenta tinha como porcentagem de rejeição o valor de 62%, e o de Collor chegou a 68%. Essa pesquisa divulgada poucos dias depois ainda carrega os resquícios das manifestações do dia 15 de março de 2015, contrárias ao governo.

---

<sup>47</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 16 de março de 2015, n°31.393.

O governo, nesse momento, ainda está enfrentando as consequências de imagem trazidas pelos atos de oposição. Em matéria veiculada no dia 17 de março de 2015, na Folha de S. Paulo, Dilma aparece pedindo uma trégua aos opositores para aprovar ajustes que melhorem o país. Segundo a presidenta, “não é o momento para ódio”. Em manchete de outra matéria, Rousseff afirma que o “país não tem espaço para golpistas”, mas assume que pode ter errado na dosagem na economia e que corrupção não poupa ninguém.

Contudo, as notícias sobre a Operação Lava Jato não aliviam as coisas para o PT. O ex-tesoureiro do partido, João Vaccari Neto, e o ex diretor da estatal, Renato Duque, também ligado ao PT, segundo a Folha, são formalmente denunciados. Além disso, dois ex-deputados foram presos nas investigações: André Vargas (ex-PT, hoje sem partido) e Luiz Argôlo (ex-PP, hoje Solidariedade), além de quatro pessoas ligadas a eles. Essa nova etapa da Operação extrapola a Petrobras e estende a investigação à Caixa Econômica e ao Ministério da Saúde, onde os supostos desvios eram feitos a partir de contratos de publicidade<sup>48</sup>.

Os aliados do governo já começavam a abandonar o barco e o agora presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha, já começava suas primeiras rinhas com o Partido dos Trabalhadores. Cunha acusava o executivo por cometer atos corruptos, e dizia que o PT não tinha amigos, mas servos.

Foi entregue ao STF um pedido, feito pelo PPS, para que a presidenta Dilma fosse investigada nos inquéritos que corriam na corte. O pedido foi negado pelo ministro do STF Teori Zavascki, que alegou não haver assinaturas suficientes na petição<sup>49</sup>.

Outra estremecida na reputação da presidenta veio quando, em abril de 2015, Dilma entregou para o vice-presidente da república, Michel Temer (PMDB), a articulação política do governo. Segundo matéria veiculada na Folha Online, a decisão cumpriria o objetivo de entregar a um nome peemedebista a função<sup>50</sup>. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) avaliou que a decisão da presidenta demonstra como sua capacidade de liderança está abalada. Para FHC, ela “entregou o comando político para outro que (...) pensa diferente, para outro partido. É uma situação delicada a que estamos vivendo”<sup>51</sup>.

A nomeação de Temer acirrou as disputas dentro do PMDB, partido com comando historicamente dividido por caciques regionais. O vice-presidente da república e presidente da legenda peemedebista via agora a chance de recuperar o protagonismo que vinha perdendo

---

<sup>48</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 11 de abril, n°31.419.

<sup>49</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 17 de março de 2015, n°31.394.

<sup>50</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/04/1613387-dilma-pode-transferir-articulacao-politica-para-michel-temer.shtml>

<sup>51</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 13 de abril, n°31.421.

para o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o presidente do Senado, Renan Calheiros, os dois de seu partido. Além disso, a expectativa de Dilma e Temer é que Cunha e Calheiros dessem uma trégua ao governo, já que os dois vinham representando grande oposição, apesar de pertencerem ao partido da situação<sup>52</sup>.

A crise política levou, mais uma vez, parte da população para as ruas. No dia 12 de abril, manifestantes de 24 capitais e do Distrito Federal demonstraram descontentamento com o governo de Dilma Rousseff. Os protestos foram nitidamente menores que os ocorridos no dia 15 de março, atingindo o número máximo de 92 mil manifestantes na Avenida Paulista. O perfil dos manifestantes pouco se difere daqueles do protesto anterior. Cartazes com a foto do juiz encarregado das investigações da Operação Lava Jato, Sergio Moro, estampam os manifestos<sup>53</sup>.

Dados do instituto mostram que 72% dos que foram protestar na Avenida Paulista queriam o impeachment da presidenta eleita. Nas palavras utilizadas pela própria pesquisa: “Quatro em cada dez manifestantes (77%) acreditam que o Congresso Nacional deveria abrir processo de impeachment contra Dilma Rousseff por tudo o que foi apurado na Operação Lava-Jato até o momento”.

É o que também afirma outra pesquisa, veiculada no mesmo dia: “Por Lava Jato, maioria quer impeachment de Dilma”. Essa sondagem revela que 75% dos brasileiros são a favor dos manifestos de oposição que vêm eclodindo no país, enquanto 19% se declaram contrários. Nessa pesquisa, que não se restringiu aos manifestantes da Avenida Paulista, 63% avalia que o Congresso Nacional deveria abrir um processo de impeachment para afastar Dilma Rousseff da Presidência da República, considerando tudo o que se sabe sobre a Operação Lava Jato. Porém, a maioria (64%) não acredita que a presidenta será afastada de seu cargo.

Mas a Operação Lava Jato não era a única que prejudicava o bom andamento do governo. No dia 22 de maio, os ministros Joaquim Levy e Nelson Barbosa anunciaram o corte do orçamento federal para os próximos meses. Conforme nos conta Almeida (2016), em uma entrevista Levy deixou escapar que o piso para o contingenciamento era de R\$70 bilhões. O PMDB e o vice Michel Temer aprovaram a medida de imediato, mas Temer queria garantir que Dilma também a apoiasse, para ser uma ação em conjunto.

Levy chegou a fazer declarações que davam a entender que, caso o governo não apoiasse o ajuste fiscal, ele deixaria o cargo. A estratégia funcionou, o apoio foi garantido,

---

<sup>52</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 12 de abril, nº31.420.

<sup>53</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 13 de abril, nº31.421.

mas Almeida (2016) argumenta que, mesmo a medida tendo trazido consequências positivas, o efeito não era bom para Dilma. A cada operação de Levy, menor a confiança na política econômica da presidenta e em suas escolhas.

No mês de junho, começam a surgir denúncias sobre as chamadas pedaladas fiscais, cometidas pela presidenta Dilma Rousseff<sup>54</sup>. Segundo matéria veiculada no dia 28 de dezembro de 2015 no portal online da Folha, as pedaladas “referem-se a atrasos nos repasses da União a bancos públicos para o pagamento de subsídios e benefícios sociais, acumulados no primeiro mandato de Dilma”<sup>55</sup>. Conforme contesta Almeida (2016), pouca gente sabia o que eram as pedaladas fiscais, e os poucos que sabiam garantiam que os prefeitos, governadores e presidentes anteriores também as tinham praticado. Portanto, começavam, aqui, a criar argumentos para um possível afastamento de Dilma da chefia do executivo.

Sobre a Lava Jato, a proximidade do ex-presidente Lula com empreiteiros envolvidos no escândalo passou a ser questionada. Segundo documentos obtidos na Operação, Lula era chamado de “Brahma” pelos diretores da OAS em negociação de viagem bancada pela empresa. Enquanto isso, o ex-presidente segue criticando o Partido dos Trabalhadores: “o PT envelheceu, só quer cargos, e precisa de revolução”. Os presidentes da Odebrecht e Andrade foram presos. Também surgem denúncias contra Sérgio Cabral, do PMDB<sup>56</sup>.

As associações infundáveis do Partido dos Trabalhadores aos escândalos revelados pela Operação Lava Jato afundavam cada vez mais o nome da presidenta. Para somar, movimentos de rua como o “Movimento Brasil Livre”, “Vem pra Rua” e “Revoltados Online” começaram a convocar a população para manifestar contra o ajuste fiscal proposto pelo governo. Os líderes dos movimentos justificavam que o povo “não deveria pagar a conta do PT”<sup>57</sup>.

É nesse contexto que a rejeição à Dilma atinge 65%, de acordo com os dados obtidos pelo Datafolha. Mais uma vez o instituto nos lembra de que os índices de rejeição da presidenta são comparáveis aos de Collor.

Nessa pesquisa, o instituto também avaliou a taxa de conhecimento do vice-presidente Michel Temer. O resultado foi de que 72% dos brasileiros conheciam Temer, sendo que 41% o conhecem apenas de ouvir falar. Seu desempenho no governo foi avaliado como ótimo ou

---

<sup>54</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 22 de junho de 2015, nº31.491.

<sup>55</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1723657-governo-vai-quietar-total-de-divida-com-pedaladas-ainda-em-2015-diz-tesouro.shtml>

<sup>56</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 22 de junho de 2015, nº31.491.

<sup>57</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1646462-movimentos-de-rua-convocam-protesto-contrajuste-do-pt.shtml>

bom por 13%, como regular por 30%, e como ruim ou péssimo também por 30%. A taxa dos que não souberam responder é de alarmantes 27%.

O momento conturbado na política também influenciou em outros pontos do tema. Agora, a maioria dos brasileiros se declarava contra a reeleição. Para o cargo de presidente, 67% se colocam contra o segundo mandato consecutivo, para governador, 65%, e, para prefeito, 64%. A manutenção da reeleição alcança índices mais altos entre os mais jovens e entre os simpatizantes do PT, conforme afirma o Datafolha.

Nos meses seguintes as intrigas políticas foram de intensificando. Eduardo Cunha anunciou seu rompimento com o Partido dos Trabalhadores alegando que o partido orquestrou contra ele na Operação Lava Jato. Nas palavras do próprio deputado: "Estou oficialmente rompido com o governo a partir de hoje. [...] Teremos a seriedade que o cargo ocupa. Porém, o presidente da Câmara é oposição ao governo"<sup>58</sup>.

Almeida (2016, p.111) revela que

Antes de fazer o anúncio oficial, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, ligou para o vice-presidente Michel Temer para informá-lo de sua decisão. Disse não mais confiar no PT e no governo e que iria deflagrar o processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, aceitando o pedido feito na representação assinada pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal.

Essa rivalidade estremeceu de vez o governo Dilma. Em agosto, Cunha começou a discutir com opositores do governo a possibilidade de aprovar um pedido de impeachment contra a presidenta. Da mesma forma, Renan Calheiros, José Serra e Aécio Neves agiam a favor da retirada de Dilma de seu cargo<sup>59</sup>. Enxergando a movimentação, o vice Michel Temer se pronuncia fazendo um apelo aos partidos aliados para evitar que a situação fique ainda mais desagradável<sup>60</sup>.

Mas a opinião pública já havia piorado, segundo nova pesquisa do Datafolha. A novidade era que a reprovação da presidenta ultrapassava o pior índice de Collor, atingindo 71% de rejeição. Além disso, os dados revelam que 66% dos brasileiros apoiavam a abertura de processo de impeachment contra a petista.

A reputação do PT piora ainda mais com novas denúncias da Operação Lava Jato envolvendo pessoas ligadas ao partido: Delcídio do Amaral, senador petista em exercício, é

---

<sup>58</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1657020-eduardo-cunha-anuncia-que-agora-e-oposicao-ao-governo.shtml>

<sup>59</sup> Edição de 5 de agosto de 2015, nº31.535.

<sup>60</sup> Edição de 4 de agosto de 2015, nº31.534.

preso no dia 25 de novembro de 2015. Para a polícia, “Delcídio tentava atrapalhar as investigações e ajudar na fuga de um condenado, Nestor Cerveró, ex-diretor da área Internacional da Petrobras” (ALMEIDA, 2016, p.147).

O filho de Lula também passou a ser investigado. A PF pretendia aprofundar uma apuração dos pagamentos ao filho do ex-presidente. Luis Cláudio Lula da Silva afirmou que recebeu 2,5 milhões de reais da firma do lobista Mauro Marcondes Machado por fazer trabalhos para ele. Segundo matéria veiculada no dia 28 de novembro, esses trabalhos eram cópias de conteúdos disponíveis no Wikipédia<sup>61</sup>. Além disso, Andrade Gutierrez, segunda maior empreiteira do país, confessou ter pagado propinas em obras da Petrobras, da Copa do Mundo em 2014 e das Usinas de Angra 3 e Belo Monte. A empresa pagou a maior multa da operação até o momento, no valor de um bilhão de reais.

As crescentes descobertas da Lava Jato certamente contribuíram com o aumento da percepção de que a corrupção assolava o país, cenário confirmado pela pesquisa do Datafolha que afirma que, em novembro de 2015, pela primeira vez, a corrupção lidera o ranking de principal problema brasileiro.

O mês de dezembro foi especialmente marcante em toda essa trama. No terceiro dia do mês, o então presidente da Câmara acatou o pedido de impeachment da presidenta. Conforme matéria veiculada na Folha Online<sup>62</sup>, o pedido de impedimento traz como motivos decretos assinados pelo governo em 2015, que aumentaram em R\$800 milhões as despesas do executivo sem autorização do Congresso, e as já mencionadas pedaladas fiscais.

Já no dia 9 do mesmo mês, uma carta de Michel Temer enviada ao gabinete da presidenta vazou e foi amplamente veiculada pela mídia. No documento, Temer afirmou ter ciência de que não tinha a confiança de Dilma, que sempre o tratou como um “Vice decorativo”, já que o governo não lhe dava condições e oportunidades para que atuasse em seu cargo. As lamúrias de Temer marcavam o rompimento entre presidente e vice.

Contudo, Dilma sabia da movimentação de Temer. Sabia que Temer havia recebido em sua residência oficial os senadores Aloysio Nunes, José Serra e Tasso Jereissati, do PSDB, Agripino Maia, do DEM, e Ricardo Ferraço e Waldemir Moka, do PMDB, para discutir o rito de afastamento da presidenta (ALMEIDA, 2016). Nesse momento, a dança das cadeiras no cargo da presidência estava visível para todos.

---

<sup>61</sup> Jornal Folha de S. Paulo, n°31.650.

<sup>62</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1696548-suspeito-de-corrupcao-cunha-recebe-pedido-de-impeachment-de-dilma.shtml>

O que não ajudava a presidenta eleita era a dita opinião pública contra seu mandato. Nos primeiros meses de 2016, seu índice de rejeição, segundo o Datafolha, marcava 64%. 60% dos brasileiros acreditavam que os deputados deveriam votar a favor do processo de impeachment, e 58% afirmava que ela precisava renunciar.

Em março, Lula foi convidado por Dilma a assumir o cargo de chefe da Casa Civil. O líder do PT na Câmara afirmou à Folha que “A decisão de Lula na Casa Civil decorre do compromisso com o país, única e exclusivamente imbuído do propósito de ajudar o país a sair da crise”<sup>63</sup>. Mas a decisão não repercutiu bem com o público. Como Lula era investigado pela Operação Lava Jato, os opositores acreditavam que a medida era um meio de proteger o ex-presidente, já que o cargo lhe garantiria foro privilegiado.

Poucos dias depois, um áudio vazado pelo juiz Sérgio Moro esquenta ainda mais a discussão. Na ocasião, por conta das investigações, as ligações telefônicas de Lula foram grampeadas, e uma conversa entre o ex-presidente e Dilma foi considerada suspeita. Nas palavras de matéria veiculada pela Folha Online<sup>64</sup>: “Lula ouve da presidente que vai receber seu ‘termo de posse’ como novo ministro da Casa Civil, mas é orientado a só usá-lo ‘em caso de necessidade’”. Os investigadores entenderam que o “caso de necessidade” seria uma eventual prisão. Porém, em discurso, Dilma afirmou que essa foi uma interpretação desvirtuada de uma investigação baseada em grampos ilegais<sup>65</sup>.

De qualquer forma, assim que o áudio foi a público, um juiz do Distrito Federal entrou com uma liminar suspendendo a posse do Lula na Casa Civil. Essa foi uma novela que durou alguns dias. Quando o ex-presidente estava apto a assumir o cargo, outra liminar o impedia. Como resultado, Luiz Inácio acabou ficando de fora, e quem ficou no cargo foi o deputado Samuel Moreira, do PSDB.

No mesmo mês, mais uma bomba abala as estruturas do planalto: o PMDB deixa o governo e anuncia seu rompimento oficial após uma reunião de três minutos. Segundo a Folha<sup>66</sup>, as palavras de despedida foram: “A partir de hoje, nessa reunião histórica, o PMDB se retira da base do governo da presidente Dilma Rousseff. E ninguém no país está autorizado a exercer qualquer cargo federal em nome do partido”. O ato foi encerrado aos gritos de "Fora PT" e "Brasil para frente, Temer Presidente".

<sup>63</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750501-lula-aceitou-ir-para-a-casa-civil-anunciam-lideres-do-pt.shtml>

<sup>64</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750807-ouca-a-integra-das-conversas-de-lula-reveladas-na-lava-jato.shtml>

<sup>65</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1750969-ex-presidente-lula-toma-posse-como-ministro-da-casa-civil-em-brasilia.shtml>

<sup>66</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1755183-aos-gritos-de-fora-pt-pmdb-deixa-governo-em-reuniao-de-tres-minutos.shtml>

Outras notícias que circulavam que circulavam também não ajudavam o índice a diminuir. Em abril de 2016, o ex-presidente da Andrade Gutierrez, preso durante as investigações da Lava Jato, afirmou que a empreiteira financiou as campanhas de Dilma com propina<sup>67</sup>.

Com os acontecimentos negativos envolvendo a presidenta, fortemente repercutidos nos veículos de comunicação, pode-se considerar uma vitória que os índices de rejeição ao seu governo tenham se mantido praticamente equivalentes ao da apuração anterior, marcando o valor de 63% de reprovação.

Porém, daí para frente, a derrocada de Dilma estava cada vez mais anunciada. Conforme explica Almeida (2016), a queda de Dilma Rousseff dividiu-se em três capítulos finais. O primeiro foi votação no Congresso, no dia 17 de abril de 2016. Nesse domingo, a Câmara, presidida por Eduardo Cunha, autorizou a abertura do processo de impeachment por 367 votos a favor e 137 contra. A sessão foi marcada por momentos inusitados, com deputados jogando confetes de carnaval em comemoração e dedicatória de votos aos parentes, como se fosse um dia de agradecimentos.

O segundo capítulo foi a primeira sessão no Senado, iniciada no dia 11 de maio, atravessando a madrugada, com o fim no dia 12. Na ocasião, por 55 votos a 22, sem nenhuma abstenção, os senadores decidiram pelo afastamento temporário da presidenta. Quem assumiu seu posto foi o vice, agora presidente interino, Michel Temer.

Em julho, antes da definição do resultado do processo de impeachment, o Datafolha realizou uma pesquisa para avaliar a popularidade do vice-presidente, que assumiria o cargo chefe do executivo em definitivo caso se confirmasse o afastamento de Dilma. Segundo a pesquisa, Michel Temer era aprovado por 14% dos brasileiros.

A última parte se deu no dia 31 de agosto, quando o Senado aprovou o impeachment de Dilma Rousseff por 61 votos a 20, também sem nenhuma abstenção.

---

<sup>67</sup> Jornal Folha de S. Paulo, 7 de abril de 2016, n°31.781.